



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA-GERAL**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

BRASÍLIA/DF, 2018



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA-GERAL**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017, APRESENTADO AOS ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO COMO PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL A QUE ESTA UNIDADE ESTÁ OBRIGADA NOS TERMOS DO ART. 70 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E ELABORADO DE ACORDO COM AS DISPOSIÇÕES DA IN TCU Nº 63/2010, DA DN TCU Nº 161/2017, DA PORTARIA TCU Nº 65/2018, E DAS ORIENTAÇÕES DO SISTEMA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS (e-Contas).

**SECRETARIA-EXECUTIVA
BRASÍLIA/DF, 2018**

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ABREVIATURA	DESCRIÇÃO
ABC	Agência Brasileira de Cooperação
ABEP	Associação Brasileira de Estudos Demográficos
AGU	Advocacia-Geral da União
APF	Administração Pública Federal
C&D	Capacitação e Desenvolvimento
CAMEX	Câmara de Comércio Exterior
CEGP	Comitê Estratégico de Gestão de Pessoas
CGD	Comitê de Governança Digital
CGR	Comitê de Gestão de Riscos
CGTI	Comitê de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação
CGU	Controladoria-Geral da União
CISSET	Secretaria de Controle Interno
CNPD	Comissão Nacional de População e Desenvolvimento
CPPI	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos
DBR	Declaração de Bens e Rendas
DDH	Diretoria de Documentação Histórica
DIGEP	Diretoria de Gestão de Pessoas
DILOG	Diretoria de Recursos Logísticos
EBC	Empresa Brasil de Comunicações
ENAP	Escola Nacional de Administração Pública
EPL	Empresa de Planejamento e Logística
ESAF	Escola de Administração Fazendária
E-SIC	Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão
FNUAP	Fundo de População das Nações Unidas
GSI	Gabinete de Segurança Institucional
IED	Investimento Estrangeiro Direto
INFOAP	Sistema de Gestão de Acervos Privados da Presidência da República
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ITI	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação
ITIL	Biblioteca de Infraestrutura de Tecnologia da Informação
MP	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
MRE	Ministério das Relações Exteriores
NAT	Núcleo de Articulação Territorial
NUP	Número nico de Protocolo
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
PACD	Plano Anual de Capacitação e Desenvolvimento
PAD	Processo Administrativo Disciplinar
PETIC	Planejamento de Tecnologia da Informação e Comunicação
PGR	Política de Gestão de Riscos

PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POSITEC	Política de Segurança da Tecnologia da Informação da residência da República
PPA	Plano Plurianual
PPCD	Programação Periódica de Capacitação e Desenvolvimento
PR	Presidência da República
SA	Secretaria de Administração
SAE	Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos
SE	Secretaria-Executiva
SECOM	Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República
SEGOV	Secretaria de Governo
SEI	Sistema Eletrônico de Informações
SERPRO	Serviço Federal de Processamento de Dados
SIADS	Sistema Integrado de Administração de Serviços
SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SICONV	Sistema de Convênio
SIGA	Sistema de Gestão de Documentos de Arquivos
SIOP	Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento
SIORG	Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal
SIPEC	Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal
SISG	Sistema de Serviços Gerais
SISP	Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática
SLTI	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
SYSAID	Central de Serviços
TCE	Tomada de Contas Especial
TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Tecnologia da informação
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
UG	Unidade Gestora
VPR	Vice-Presidência da República

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS E DOS MONTANTES TRANSFERIDOS NOS ÚLTIMOS TRÊS EXERCÍCIOS	33
QUADRO 2 RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NAS MODALIDADES DE CONVÊNIO, CONTRATOS DE REPASSE E INSTRUMENTOS CONGÊNERES.....	33
QUADRO 3 SITUAÇÃO DA ANÁLISE DAS CONTAS PRESTADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA DO RELATÓRIO DE GESTÃO	34
QUADRO 4 PERFIL DOS ATRASOS NA ANÁLISE DAS CONTAS PRESTADAS POR RECEBEDORES DE RECURSOS	34
QUADRO 5 RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS E DOS MONTANTES TRANSFERIDOS NOS ÚLTIMOS TRÊS EXERCÍCIOS	34
QUADRO 6 RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NAS MODALIDADES DE CONVÊNIO, CONTRATOS DE REPASSE E INSTRUMENTOS CONGÊNERES.....	35
QUADRO 7 SITUAÇÃO DA ANÁLISE DAS CONTAS PRESTADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA DO RELATÓRIO DE GESTÃO	35
QUADRO 8 PERFIL DOS ATRASOS NA ANÁLISE DAS CONTAS PRESTADAS POR RECEBEDORES DE RECURSOS	36
QUADRO 9 DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO	37
QUADRO 10 DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA.....	38
QUADRO 11 FORÇA DE TRABALHO DOS ÓRGÃOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (POSIÇÃO EM 31/12/2017)	69
QUADRO 12 DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA DOS ÓRGÃOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	70
QUADRO 13 DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DOS ÓRGÃOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.....	70
QUADRO 14 FORÇA DE TRABALHO DA SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	72
QUADRO 15 DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA DA SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.....	73
QUADRO 16 DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA SECRETARIA-GERAL/PR.....	73
QUADRO 17 - DESPESA DO PESSOAL DOS ÓRGÃOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.....	80
QUADRO 18 DESPESAS DO PESSOAL DA SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.....	81
QUADRO 19 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS DOS ÓRGÃOS DA PR	83
QUADRO 20 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS DA SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA DA PR	84
QUADRO 21 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS.....	85
QUADRO 22 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO	94
QUADRO 23 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS.....	94
QUADRO 24 IMÓVEIS SOB A RESPONSABILIDADE DA UPC, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL.....	95
QUADRO 25 DISCRIMINAÇÃO DE IMÓVEIS FUNCIONAIS DA UNIÃO SOB A RESPONSABILIDADE DA UPC	96
QUADRO 26 - SÍNTESE: PERÍODO: 2 DE FEVEREIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2017	116
QUADRO 27 DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE CUMPRIMENTO	153
QUADRO 28 RECOMENDAÇÕES ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	158

LISTA DE TABELAS

TABELA 1– RELAÇÃO DE PROCESSOS INSTAURADOS NO EXERCÍCIO DE 2016, DENTRE OS QUAIS, ALGUNS FORAM FINALIZADOS NO EXERCÍCIO DE 2017, E OUTROS SE ENCONTRAM EM CURSO.....	57
TABELA 2 - RELAÇÃO DE PROCESSOS INSTAURADOS PELA SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO NO EXERCÍCIO DE 2016/2017, DENTRE OS QUAIS, ALGUNS FORAM FINALIZADOS NO EXERCÍCIO DE 2017, E OUTROS SE ENCONTRAM EM CURSO	60
TABELA 3 RELAÇÃO DE PROCEDIMENTOS ACOMPANHADOS PELA CORREGEDORIA/CISET/SG-PR NO EXERCÍCIO DE 2016 E 2017, DENTRE OS QUAIS, ALGUNS FORAM FINALIZADOS NO EXERCÍCIO DE 2017, E OUTROS SE ENCONTRAM EM CURSO	62

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES.....	3
Apresentação.....	10
1 Visão Geral.....	11
1.1 Finalidade e Competências.....	11
1.2 Normas e Regulamentos de Criação, Alteração e Funcionamento da Unidade.....	12
1.3 Ambiente de Atuação.....	16
1.4 Organograma.....	17
1.5 Macroprocessos Finalísticos.....	21
2 Planejamento Organizacional e Resultados.....	29
2.1 Planejamento Organizacional.....	29
2.1.1 Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício.....	30
2.1.2 Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico.....	30
2.1.3 Vinculação dos Planos da Unidade com as Competências Institucionais e Outros Planos.....	30
2.2 Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução e Resultados dos Planos.....	31
2.3 Desempenho Orçamentário.....	32
2.3.1 Objetivos Estabelecidos no PPA de Responsabilidade da Unidade e Resultados Alcançados.....	32
2.3.2 Execução Física e Financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual de Responsabilidade da Unidade.....	32
2.3.3 Fatores Intervenientes no Desempenho Orçamentário.....	32
2.3.4 Execução Descentralizada com Transferência de Recursos.....	33
2.3.5 Informações sobre a Execução das Despesas.....	37
2.4 Desempenho Operacional.....	40
2.5 Apresentação e Análise de Indicadores de Desempenho.....	53
3 Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos.....	54
3.1 Descrição das Estruturas de Governança.....	54
3.2 Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos.....	57
3.3 Gestão de Riscos e Controles Internos.....	67
4 Áreas Especiais da Gestão.....	68
4.1 Gestão de Pessoas.....	68
4.1.1 Estrutura de Pessoal da Unidade.....	69
4.1.2 Demonstrativo das Despesas com Pessoal.....	80
4.1.3 Gestão de Riscos Relacionados ao Pessoal.....	82
4.1.4 Contratação de Pessoal de Apoio e de Estagiários.....	83

4.1.4.1 Contratação de Mão de Obra não Abrangidas pelo Plano de Cargos.....	85
4.2 Gestão do Patrimônio e Infraestrutura.....	91
4.2.1 Gestão do Patrimônio Imobiliário da União.....	91
4.2.1 Gestão do Patrimônio Imobiliário da Presidência da República.....	94
4.3 Gestão da Tecnologia da Informação.....	99
Força de Trabalho de Tecnologia da Informação.....	102
Plano de Capacitação de Pessoal em Tecnologia da Informação.....	102
4.3.1 Principais Sistemas de Informações.....	102
4.3.2 Informações sobre o PETI, PDTI e PETIC 2014-2018.....	107
4.4 Gestão Ambiental e Sustentabilidade.....	106
4.4.1 Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens e na Contratação de Serviços ou Obras.....	111
5 Relacionamento com a Sociedade.....	112
5.1 Canais de Acesso do Cidadão.....	112
5.2 Carta de Serviços ao Cidadão.....	114
5.3 Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos-usuários.....	114
5.4 Mecanismos de Transparência das Informações Relevantes sobre a Atuação da Unidade.....	114
5.5 Medidas para Garantir Acessibilidade aos Produtos, Serviços e Instalações.....	117
6 Desempenho Financeiro e Informações Contábeis.....	118
6.2 Sistemática de Apuração de Custos no Ambito da Unidade.....	120
6.3 Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 4.320/64 e Notas Explicativas.....	121
6.3.1 Balanços Financeiros.....	121
6.3.2 Balanços Orçamentários.....	125
6.3.3 Balanço Patrimonial.....	134
6.3.4 Demonstração das Variações Patrimoniais.....	140
7 Conformidade da Gestão e Demandas dos Órgãos de Controle.....	149
7.1 Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU.....	149
7.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno.....	158
7.3 Medidas Administrativas para Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário.....	177
7.4 Demonstração da Conformidade do Cronograma de Pagamentos de Obrigações com o Disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993.....	178
7.5 Informações sobre a Revisão dos Contratos Vigentes Firmados com Empresas Beneficiadas pela Desoneração da Folha de Pagamento.....	179
7.6 Informações sobre Ações de Publicidade e Propaganda.....	180
Anexos e Apêndices.....	181
Outros Itens de Informação.....	181

Rol de Responsáveis	181
Relatório de Instância ou Áreas e Correição	182
Declarações de Integridade	183
Declaração de integridade e completude das informações sobre contratos no Sistema Estruturante da Administração Pública Federal.....	183
Declaração de Integridade e Completude das Informações sobre Convênios nos Sistema Estruturante da Administração Pública Federal.....	184
Declaração de Integridade e Completude dos Registros no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões.....	185
Declaração de Cumprimento das Disposições da Lei 8.730/1993 quanto à Entrega das Declarações de Bens e Rendas.....	186
Declaração de Integridade dos Registros das Informações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento	187
Declaração do Contador sobre a Fidedignidade dos Registros Contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal I	188
Declaração sobre a Conformidade Contábil dos Atos e Fatos da Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial.....	188
Relatório do Espelho do Monitoramento do Simplificado PPA 2016-2019	192

APRESENTAÇÃO

O presente relatório de gestão foi elaborado em cumprimento às determinações contidas na Instrução Normativa nº 63, de 1º de setembro de 2010, na Decisão Normativa (DN) nº 161, de 1º de novembro de 2017, e na Portaria TCU nº 65, de 28 de fevereiro de 2018, do Tribunal de Contas da União (TCU).

Nele são apresentados dados e informações sobre atos de gestão praticados no exercício de 2017, em cumprimento às competências afetas às unidades que compõem a estrutura da Secretaria-Geral da Presidência da República, a saber: Secretaria-Executiva, Secretaria de Administração, Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos e Secretaria de Controle Interno, com exceção da Secretaria Especial de Comunicação Social; e da Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos, que apresentarão seus relatórios de gestão de forma individualizada.

Anteriormente à criação da Secretaria-Geral da Presidência da República, em 02 de fevereiro de 2017, pela Medida Provisória nº 768/2017, modificada pela Medida Provisória nº 782, de 31 de maio de 2017, convertida na Lei 13.502, de 1º de novembro de 2017, os atos de gestão relativamente as suas competências eram praticados pela Secretaria de Governo da Presidência da República. Assim as informações constantes nesse Relatório estão estruturadas considerando o período de fevereiro à dezembro de 2017.

Cumprido considerar que a Secretaria-Geral da Presidência da República, tendo sido criada em 2017, por meio de institutos consubstanciados com a promulgação da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017, no bojo de mudanças na estrutura organizacional que abrangeu importantes alterações no âmbito da PR, foi exigido um esforço adicional na sua atuação, tanto internamente como junto a órgãos da PR aos quais presta serviços, no sentido de dar maior racionalidade e organicidade ao desempenho institucional.

1 VISÃO GERAL

1.1 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS

A Secretaria-Geral da Presidência da República foi criada pela Medida Provisória nº 768, de 2 de fevereiro de 2017, modificada pela Medida Provisória nº 782, de 31 de maio de 2017, convertida na Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017.

Conforme os mencionados diplomas legais a Secretaria-Geral da Presidência da República tem por competência assistir direta e imediatamente o Presidente da República na supervisão e na execução das atividades administrativas; no acompanhamento da ação governamental e do resultado da gestão dos administradores, por intermédio da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, ambas as ações no âmbito dos órgãos integrantes da Presidência da República e supletivamente a Vice-Presidência da República; bem como no planejamento nacional de longo prazo; na discussão das opções estratégicas do País, consideradas a situação atual e as possibilidades para o futuro; na elaboração de subsídios para a preparação de ações de governo; na coordenação, no monitoramento, na avaliação e na supervisão das ações do Programa de Parcerias de Investimentos e no apoio às ações setoriais necessárias à sua execução; e na implementação de políticas e ações voltadas à ampliação das oportunidades de investimento e emprego e da infraestrutura pública.

Compete, ainda, à Secretaria-Geral formular e implementar a política de comunicação e de divulgação social do governo federal; organizar e desenvolver sistemas de informação e pesquisa de opinião pública; coordenar a comunicação interministerial e as ações de informação e de difusão das políticas de governo; coordenar, normatizar, supervisionar e realizar o controle da publicidade e dos patrocínios dos órgãos e das entidades da administração pública federal, direta e indireta, e de sociedades sob o controle da União; convocar as redes obrigatórias de rádio e televisão; coordenar a implementação e a consolidação do sistema brasileiro de televisão pública; e coordenar o credenciamento de profissionais de imprensa e o acesso e o fluxo a locais onde ocorram atividades das quais o Presidente da República participe.

1.2 NORMAS E REGULAMENTOS DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE

Normas relacionadas às unidades jurisdicionadas consolidadora e consolidadas
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas
<ul style="list-style-type: none">• Medida Provisória nº 768, de 2 de fevereiro de 2017, que cria a Secretaria-Geral da Presidência da República e o Ministério dos Direitos Humanos, altera a Lei no 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.• Decreto nº 9.038, de 26 de abril de 2017, que aprova as Estruturas Regimentais e os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Secretaria de Governo.• Medida Provisória nº 782, de 31 de maio de 2017 que estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.• Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017, que estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; altera a Lei no 13.334, de 13 de setembro de 2016; e revoga a Lei no 10.683, de 28 de maio de 2003, e a Medida Provisória no 768, de 2 de fevereiro de 2017.
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas
<ul style="list-style-type: none">• Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, que dispõe sobre a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, atualiza e consolida a legislação pertinente e dá outras providências;• Decreto 3.591, de 6 de setembro de 2000, que dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e dá outras providências;• Decreto nº 4.004, de 8 de novembro de 2001, que dispõe sobre a concessão de ajuda de custo e de transporte aos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, e dá outras providências;• Decreto nº 5.355, de 25 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a utilização do Cartão de Pagamento do Governo Federal - CPGF, pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, para pagamento de despesas realizadas nos termos da legislação vigente, e dá outras providências;• Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005: dispõe sobre o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, e dá outras providências.• Decreto nº 5.992, de 19 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a concessão de diárias no âmbito da administração federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências;• Decreto nº 6.370, de 1º de fevereiro de 2008, que altera os Decretos nº 5.355, de 25 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a utilização do Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF), e nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, que dispõe sobre a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, atualiza e consolida a legislação o pertinente, e determina o encerramento das contas bancárias destinadas à movimentação de suprimentos de fundos;• Decreto nº 6.594, de 6 de outubro de 2008, que institui o Programa Mercosul Social e Participativo;• Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, que institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;• Decreto nº 6.833, de 29 de abril de 2009, que institui o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal - SIASS e o Comitê Gestor de Atenção à Saúde do

Servidor;

- Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009, que estabelece medidas organizacionais para o aprimoramento da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, dispõe sobre normas gerais relativas a concursos públicos, organiza sob a forma de sistema as atividades de organização e inovação institucional do governo federal, e dá outras providências;

- Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, que regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, a qual dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no §2º do art. 216 da Constituição;

- Decreto nº 9.038, de 26 de abril de 2017: aprova as Estruturas Regimentais e os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Secretaria de Governo e da Secretaria-Geral da Presidência da República, e dá outras providências.

- Decreto nº 9.144, de 22 de agosto de 2017, que dispõe sobre as cessões e as requisições de pessoal em que a administração pública federal, direta e indireta, seja parte.

- Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, que dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

- Decreto Nº 70.274, de 9 de março de 1972

- Decreto Nº 9.038, de 26 de Abril de 2017

- Decreto Nº 9.193, de 6 de Novembro de 2017

Manuais e publicações relacionadas às atividades das unidades jurisdicionadas

- Portaria SG/PR nº 340, de 28 de dezembro de 2012, que aprova o Regimento Interno da Secretaria de Governo da Presidência da República

- Portaria nº 169, de 16 de abril de 2010, publicada no BI nº 15, de 16 de abril de 2010, que disciplina a ajuda de custo na Presidência da República

- Portaria nº 333, de 21 de novembro de 2012, que dispõe sobre a delegação de competência para a aprovação e expedição de normas administrativas de organização e funcionamento dos serviços de controle, fiscalização e demais competências da Secretaria de Administração da Secretaria de Governo da Presidência da República

- Portaria nº 161, de 7 de dezembro de 2012, publicada no Boletim Interno nº 49, de 7 de dezembro de 2012, que dispõe sobre o Programa Qualidade de Vida na Presidência da República

- Portaria SG nº 13, de 6 de junho de 2017, que Institui o Comitê de Governança, Riscos e Controles, com o objetivo de adotar medidas para a sistematização de práticas relacionadas à gestão de riscos, controles internos e governança no âmbito da Secretaria-Geral da Presidência da República.

- Portaria nº 59, de 11 de outubro de 2017, que institui a Política de Gestão de Riscos – PGR da Secretaria-Geral da Presidência da República – SG/PR.

Normas Internas

- Norma I-401. Agentes honoríficos e outros colaboradores

- Norma I - 601. Atividade de normatização

- Norma III-201. Viagens no país e exterior

- Norma III – 202. Concessão, aplicação e comprovação de Suprimentos de Fundos no Regime Especial de Execução de que trata o art. 47 do Decreto nº 93.872/86, que são objeto de instruções específicas;

- Norma IV-201 Rev. 01. Estágio curricular

- Norma IV-102. Cartão de Identidade Funcional

- Norma IV-103. Crachá e Broche de Identificação Institucional

- Norma IV-202 Rev. 02. Gestão de pessoas – Capacitação

- Norma IV-301 Rev. 02. Utilização da praça de esportes e práticas de atividades de

educação física e desportiva;

- Norma IV-302 Rev. 04. Atendimento médico, odontológico e de apoio clínico
- Norma X-302, Rev. 01. Biblioteca da Presidência da República
- Norma VIII-101-Rev05. Uso Seguro de Recursos Computacionais
- Norma VIII-102 Rev.01. Acesso Remoto da Rede PR
- Norma VIII-103 Rev.02. Administração de Recursos Computacionais
- Norma VIII-104. Gestão de Incidente de Segurança de Rede
- Norma VIII-105. Profissionais de Segurança da Informação
- Norma VIII-106. Uso seguro de dispositivos móveis
- Norma VIII-201. Rev. 02. Metodologia para Desenvolvimento de Sistemas
- Norma VIII-401. Rev. 03. Utilização de Telefones (celulares, ramais e fixos)
- Norma VIII-402. Centrais de Informações e Atendimento
- Norma VIII-403. Mensagens telegráficas e de fac-símile
- Norma VIII-404. Rev. 01. Auditório e Salas de Reuniões do Anexo I do Palácio do

Planalto

- Norma VIII-501Rev. 02. Gestão de Certificados Digitais
- Instrução Normativa SA nº 01/2014. Limites de concessão de suprimentos de fundos e utilização de OBK Câmbio

- Instrução Normativa SA nº 02/2014. Seguro Viagem Internacional
- Norma IV – 102 – Rev01 – Cartão de Identidade Funcional
- Norma IV – 103 – Rev01 – Crachás de Identificação e Broches Institucionais
- Norma VII – 102 – Cessão, Alienação e Desfazimento de Bens Móveis
- Norma X – 303 – Uso do Sistema Eletrônico de Informações na Presidência da República
- Norma X – 401 – Rev02 – Utilização dos Estacionamentos do Palácio do Planalto e seus

anexos

- Norma X – 402 Rev01 – Cartões Funcionais
- Norma X – 105 Rev03 – Utilização de Veículos e Transportes
- Norma X-201 Rev 01 - Serviços de Alimentação
- Norma X-409 Rev 02 - Acesso de Público ao Palácio do Planalto e seus anexos
- Norma VI-201 Rev 02 - Gestão e fiscalização de Contratos
- Norma VII-103 - Gestão Patrimonial de Bens Móveis
- Instrução Normativa SA nº 01/2016 – Critérios para Cessão de uso de imóveis funcionais
- Instrução Normativa SA nº 02/2016. Uso e gestão de telefone celular
- Instrução Normativa SA nº 03/2016. Regras de Transição (SEI)
- Instrução Normativa SA nº 01/2017 – Altera a Instrução Normativa nº 03/2016 - Regras de Transição (SEI)

• Instrução Normativa SA nº 02, de 14 de setembro de 2017 - procedimentos aplicáveis à publicação de atos no Boletim Eletrônico de Pessoal e de Serviço da Presidência da República.

• Instrução Normativa SA nº 03/2017: Apoio administrativo às equipes de apoio pessoal e segurança aos ex-Presidentes da República.

• Instrução Normativa nº 01, de 24 de janeiro de 2018 - procedimentos e critérios para desfazimento de bens móveis por meio do chamamento público no âmbito da Presidência da República e da Vice-Presidência da República.

Normas de outros órgãos que afetam a gestão da UPC

• Orientações emanadas pelo órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC que constam na base de dados do Conlegis.

- Instrução Normativa SEGES-MP nº 3 e 5 /2010, sobre processamento de propostas de

fortalecimento da capacidade institucional dos órgãos ou entidades da administração pública federal;

- IN MP nº 04/2010, sobre contratação de Solução de Tecnologia de Informação.

Cartilhas

- Cartilha de Orientações ao Servidor. Exames Periódicos (Intranet)
- Cartilha de Orientações do Programa de Inclusão de Pessoas com Deficiência na Presidência da República.

1.3 AMBIENTE DE ATUAÇÃO

As competências legais afetas à Secretaria-Geral, em função de suas naturezas, caracterizam a diversificação dos ambientes em que atua. Nas ações administrativas abrange o atendimento às demandas de todos os órgãos integrantes da Presidência da República e, supletivamente, da Vice-Presidência da República – com exceção da Advocacia-Geral da União envolvendo a implementação das políticas de gestão de pessoas, de administração de recursos logísticos, de administração patrimonial e de gestão do sistema de transporte, provimento de soluções de tecnologia da informação e gestão dos recursos orçamentários e financeiros e gestão da contabilidade. Nesse contexto, por intermédio da Secretaria de Administração, atua como órgão setorial dos Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC), de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP), de Serviços Gerais (SISG), de Planejamento e de Orçamento Federal (SIOP), de Contabilidade e de Custos, de Administração Financeira Federal, de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal (SIORG) e do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo (SIGA).

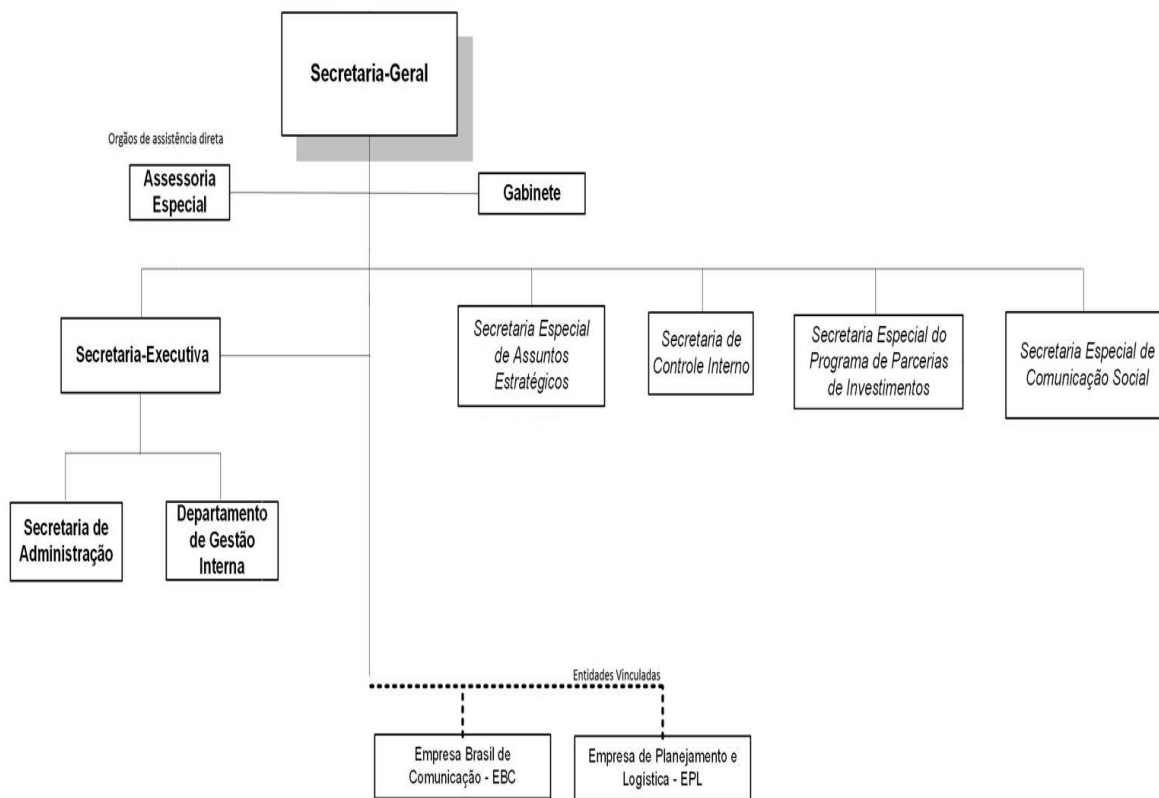
No processo de discussão e formulação de ações estratégicas do País, atua em articulação com outras instituições públicas que integram os três poderes da República, assim como entidades privadas. Ressalta-se as articulações com o Ministério da Fazenda, da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e das Relações Exteriores em temas afetos à inserção internacional do País, pela participação na Câmara de Comércio Exterior – CAMEX, e pela produção de estudos e pesquisas que contribuem com o aumento dessa inserção. Exemplos desses estudos são os Relatórios de Conjuntura nº 001 e 002: Brasil: Um País em Busca de uma Grande Estratégia e Uma Agenda de Produtividade: o Desenvolvimento como O Interesse Público. De forma similar, articula-se com os Ministérios da Defesa e de Segurança Institucional na elaboração de diagnósticos sobre a Base Científica, Tecnológica e Industrial de Defesa e o Centro de Lançamento de Alcântara. Também há articulações estreitas com instituições como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, a Agência Brasileira de Cooperação – ABC, e organismos internacionais como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, e o Fundo de População das Nações Unidas – FNUAP.

Na consecução das competências relacionadas à auditoria, consultoria, ouvidoria e correição, a atuação abrange os órgãos integrantes da Presidência da República, incluindo suas entidades vinculadas, e a Vice-Presidência da República. Por intermédio da Secretaria de Controle Interno (Ciset), atua como unidade setorial do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e, como unidade seccional, o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, sob a supervisão técnica do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU). As ações de controle interno alcançam, ainda, a Advocacia-Geral da União (AGU), uma vez que ainda não foi criado órgão de controle interno no âmbito daquela instituição, conforme Decreto nº 3.591, de 3 de setembro de 2000.

1.4 ORGANOGRAMA

A estrutura organizacional da Secretaria-Geral da Presidência da República, de acordo com o Decreto nº 9.038, de 26 de abril de 2017, é composta pelas seguintes unidades estratégicas: Secretaria-Executiva, Secretaria de Administração, Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos, Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos, Secretaria Especial de Comunicação Social e Secretaria de Controle Interno. Inclui-se na estrutura da Secretaria Geral, como entidades Vinculadas a Empresa Brasil de Comunicações – EBC e a Empresa de Planejamento e Logística – EPL.

As informações relacionadas à Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos e a Secretaria Especial de Comunicação Social não farão parte deste relatório em virtude de terem sido indicadas pelo Tribunal de Contas da União para apresentarem seus relatórios de gestão de 2017, de forma individualizada.



Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Secretaria- Executiva	<p>À Secretaria Executiva compete assessorar, assistir e auxiliar o Ministro em sua representação funcional e política, na definição de diretrizes para implementação das ações da área de competência da Secretaria-Geral; no planejamento da ação global da Secretaria-Geral; submeter ao Ministro a proposta orçamentária e programação financeira anual da Presidência da República; supervisionar e coordenar as atividades dos órgãos integrantes da estrutura da Secretaria-Geral e as atividades administrativas da Presidência da República e, supletivamente, da Vice-Presidência da República; auxiliar na articulação interministerial nos temas de competência da Secretaria-Geral; coordenar a interlocução com a Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil nas matérias jurídicas de especial interesse da Secretaria-Geral; apoiar o monitoramento e a avaliação de programação e de ações da Secretaria-Geral; e planejar e organizar a gestão interna da Secretaria-Geral.</p>	Joaquim Lima de Oliveira	Secretário- Executivo	03/02/2017 a 25/12/2017
		Tatiana Lipovetskaia Palermo	Secretária- Executiva Adjunta	26/12/2017 a 31/12/2017

Secretaria de Controle Interno *	Desempenho da função de setorial de controle interno e exercício das atividades de correição e contabilidade de órgãos da Presidência da República.	Edson Leonardo Dalescio Sa Teles	Secretário	05/05/2017 a 25/09/2017
		Allison Roberto Mazzuchelli Rodrigues	Coordenador-Geral	21/10/2017 a 31/12/2017 26/09/2017 a 20/10/2017

Obs: * Foi considerado o período de atuação a partir de 05/05/2017, data em que ocorreu o apostilamento dos cargos comissionados dos titulares e respectivos substitutos na estrutura da Secretaria-Geral da Presidência da República.

1.5 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

O quadro a seguir descreve em linhas gerais os macroprocessos finalísticos que traduzem o desempenho das competências afetas à Secretaria-Geral.

Um importante passo para o aprimoramento do mapeamento e gestão dos macroprocessos é o planejamento estratégico da Secretaria-Geral da Presidência da República para o período 2018-2023, em construção. Este foi iniciado em novembro de 2017 e resultará na definição do mapa estratégico e da cadeia de valor que define os macroprocessos críticos para o cumprimento da missão organizacional, podendo levar à revisão dos macroprocessos ora apresentados.

Macroprocesso: Articulação interministerial no âmbito do Programa Avançar			
Descrição	Produtos e serviços	Principais clientes	Subunidade Responsável
O Programa Avançar, lançado em novembro de 2017, tem como finalidade orientar as ações referentes aos investimentos estratégicos e prioritários em infraestrutura, nas áreas de saúde, educação, transportes, mobilidade urbana, habitação, energia, ciência e tecnologia, defesa nacional, cultura, esporte e turismo. O Programa contempla um total de 7.439 obras e envolve interlocução com 11 ministérios setoriais, além da Casa Civil e do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.	<ul style="list-style-type: none"> • Produto: entrega das obras • Serviço: acompanhamento da execução. A Secretaria-Geral da Presidência da República, por intermédio da Secretaria-Executiva, compõe o Grupo Executivo instituído com o objetivo de acompanhar os resultados da implementação, execução e de comunicação do Programa "Avançar", conforme previsto na Portaria nº 442, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, de 13 de dezembro de 2017. 	Sociedade, setor privado e entes federativos.	SE/SG-PR, Gabinete da SG, SECOM e SPPI.
Macroprocesso: Tratamento das demandas dirigidas à Secretaria-Geral da Presidência			
Descrição	Produtos e serviços	Principais clientes	Subunidade Responsável
Para o devido tratamento das demandas recebidas na Secretaria-Geral, os encaminhamentos são coordenados e articulados com diferentes órgãos dos	<ul style="list-style-type: none"> • Encaminhamento, aos órgãos competentes, das demandas apresentadas, bem como monitoramento da sua apreciação. • Análise das demandas de projetos para eventual inclusão no âmbito do Programa Avançar e Programa de Parcerias de 	Representantes dos Poderes Executivo e Legislativo, setor privado e cidadão.	Gabinete da SG, SE/SG-PR e SPPI.

Poderes Executivo e Legislativo, com as entidades vinculadas e com o setor privado.	Investimentos.		
Macroprocesso: Suporte ao planejamento de políticas e estratégias de longo prazo			
Descrição	Produtos e serviços	Principais clientes	Subunidade Responsável
<p>Tem por objetivo principal assistir a Presidência da República no planejamento de políticas e estratégias nacionais de longo prazo.</p> <p>O macroprocesso inclui a formulação de marcos referenciais de cunho estratégico; a articulação de políticas e estratégias com órgãos do governo, poderes públicos e instituições da sociedade civil; a coordenação e supervisão de projetos e programas estratégicos e; a manifestação acerca de questões estratégicas encaminhadas pelo Presidente da República ou pelo Secretário-Geral da Presidência da República.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Relatórios de Conjuntura sobre questões estratégicas nacionais • Participação em órgãos colegiados, conselhos deliberativos, consultivos e opinativos, e grupos de trabalho • Realização de seminários e encontros para fomentar a disseminação de temas estratégicos e o engajamento de stakeholders das esferas pública e privada • Pareceres técnicos • Coordenação de projetos e programas 	Presidência da República Secretaria-Geral da Presidência.	Gabinete da SAE, Secretaria de Ações Estratégicas e Secretaria de Planejamento Estratégico
Macroprocesso: Auditoria e Fiscalização			
Descrição	Produtos e serviços	Principais clientes	Subunidade Responsável
Ações voltadas à auditoria e fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, com vistas	<ul style="list-style-type: none"> • Relatório de Auditoria Anual de Contas • Relatório de Avaliação dos Resultados da Gestão • Análise de Atos de Pessoal • Relatórios de Auditoria sobre 	Sociedade, Órgãos, Presidência e Vice-Presidência da República,	CISSET/PR

a garantir a aplicação regular do dinheiro público e inibir práticas lesivas ao erário.	Tomadas de Contas Especiais <ul style="list-style-type: none"> • Relatório de Gestão Fiscal • PCPR 	Tribunal de Contas da União e Ministério Público	
Macroprocesso: Correição			
Descrição	Produtos e serviços	Principais clientes	Subunidade Responsável
Ações direcionadas à promoção da responsabilização administrativa de servidores públicos e entes privados.	<ul style="list-style-type: none"> • Relatórios de Sindicâncias • Relatórios de PAD • Relatórios de visitas técnicas • Capacitação de agentes públicos para o exercício da atividade correicional. 	Órgãos e entidades da Presidência e Vice-Presidência da República, Ministério Público e Poder Judiciário	CISSET/PR
Macroprocesso: Ouvidoria			
Descrição	Produtos e serviços	Principais clientes	Subunidade Responsável
Recebimento e atendimento das manifestações dos cidadãos, por meio de atendimento presencial e Sistema e-OUV, bem como análise das denúncias recebidas e encaminhamento aos órgãos competentes.	<ul style="list-style-type: none"> • Análise e encaminhamento de denúncias e manifestações de usuários dos serviços públicos. • Capacitação de agentes públicos para o exercício da atividade de ouvidoria. 	Sociedade	CISSET/PR
Macroprocesso: Assessoramento e Consultas Técnicas			
Descrição	Produtos e serviços	Principais clientes	Subunidade Responsável
Serviços de consultoria, definidos como assessoramento e aconselhamento técnicos, prestados por meio de solicitação específica, com vistas a adicionar valor à gestão e aperfeiçoar os processos de governança e de gerenciamento de riscos, bem como o aprimoramento dos controles internos na organização.	<ul style="list-style-type: none"> • Normativos e orientações às unidades jurisdicionadas. • Capacitação de gestores públicos. 	Órgãos e entidades da Presidência e Vice-Presidência da República	CISSET/PR

Macroprocesso: Realização de reuniões, cerimônias e viagens oficiais, nacionais e internacionais, do Presidente da República

Descrição	Serviços	Destinatário	Subunidade
Organizar, orientar, controlar e coordenar as solenidades e reuniões que se realizam nos palácios da Presidência da República; coordenar os demais órgãos federais com vistas à realização de eventos com participação presidencial em Brasília, no Brasil e no exterior; coordenar a preparação das viagens presidenciais; e orientar o planejamento das viagens presidenciais ao exterior.	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Convocar e participar de reuniões de coordenação sobre cerimônias ➤ Expedir convites a autoridades institucionais de alto nível ➤ Expedir <i>memoranda</i> para os setores da Presidência, para dar ciência dos eventos e solicitar providências cabíveis ➤ Definir, em coordenação com a segurança, os caminhos a serem seguidos pelo Presidente da República durante eventos ➤ Elaborar roteiro de cerimônias ➤ Elaborar nominata para uso do Presidente da República ➤ Elaborar lista de participantes de reuniões ➤ Elaborar programa de viagem do Presidente da República, que descreve todas as atividades oficiais, desde a decolagem do Presidente da República até seu retorno a Brasília ➤ Formatar a participação do Presidente da República nos eventos ➤ Participar de viagens do Escalão Avançado da Presidência da República e de viagens precursoras ➤ Estabelecer contatos com os demais órgãos envolvidos em cada evento ➤ Coordenar com o Ministério das Relações Exteriores a participação do Presidente da República em eventos no exterior 	Presidente da República	Cerimonial da Presidência da República.

Macroprocesso: Gestão de pessoas

Descrição	Produtos e serviços	Principais clientes	Subunidade Responsável
Envolve as atividades de planejar, coordenar, supervisionar, dirigir e controlar a execução das atividades internas relacionadas com Sistema de Pessoal Civil da Administração	<ul style="list-style-type: none"> • Sistemática de requisição, provimento de cargos/funções e desligamento de servidores; • Recrutamento e seleção de servidores por competências; • Controle dos atos de pessoal; • Controle dos registros 	Secretaria-Geral, Secretaria de Governo, Gabinete Pessoal do Presidente da República,	Secretaria de Administração

<p>Pública Federal (SIPEC), incluindo a atuação de unidade setorial em relação à orientação e ao esclarecimento de dúvidas concernentes à aplicação da legislação de recursos humanos para os órgãos e entidades da PR.</p>	<p>funcionais dos servidores (cadastro, remuneração, afastamentos, direitos, vantagens, benefícios, capacitação, avaliação de desempenho);</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pagamento de pessoal; • Informações gerenciais em gestão de pessoas; • Orientações técnicas, como órgão setorial do SIPEC, nos casos relacionados à aplicação da legislação de recursos humanos; • Programas de educação e capacitação de servidores por competência; • Programa de Estágio Curricular nos moldes da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008; • Promoção de ações de qualidade de vida no trabalho e de segurança no trabalho; • Assistência médica e odontológica, exames médicos periódicos e saúde suplementar; • Gestão da Ouvidoria do Servidor; • Gestão e preservação do acervo bibliográfico; • Gestão da Biblioteca Digital da PR. 	<p>Casa Civil, Gabinete de Segurança Institucional, Assessoria Especial da Presidência da República.</p>	
---	--	--	--

Macroprocesso: Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade			
Descrição	Produtos e serviços	Principais clientes	Subunidade Responsável
<p>A Secretaria de Administração é o órgão da Secretaria-Geral que atua como órgão setorial dos Sistemas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Contabilidade e custos da Presidência da República.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Planejamento, coordenação e execução das atividades relacionadas com o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual, e respectivos monitoramentos e alterações; • Programação financeira de desembolso; e • Controle e correções contábeis 	<p>Secretaria-Geral, Secretaria de Governo, Gabinete Pessoal do Presidente da República, Casa Civil, Gabinete de Segurança</p>	<p>Secretaria de Administração</p>

	e de custo.	Institucional e Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.	
--	-------------	---	--

Macroprocesso: Execução financeira das atividades internas da Presidência da República

Descrição	Produtos e serviços	Principais clientes	Subunidade Responsável
Execução financeira das unidades internas da Presidência da República	<ul style="list-style-type: none"> • Execução financeira realizada conforme programação do Órgão. 	Secretaria-Geral, Secretaria de Governo, Gabinete Pessoal do Presidente da República, Casa Civil, Gabinete de Segurança Institucional Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional	Secretaria de Administração

Macroprocesso: Processamento e gestão de compras e contratações

Descrição	Produtos e serviços	Principais clientes	Subunidade Responsável
Processamento de licitações e contratos destinados à aquisição de bens e à contratação de obras e serviços	<ul style="list-style-type: none"> • Orientações sobre aquisições, licitações, contratações e parcerias aos órgãos da Presidência; • Fases interna e externa dos processos de aquisição e licitação (edital e de contrato); e • Sistemática de gestão dos contratos definida e implementada. 	Gabinete Pessoal do Presidente da República, Secretaria-Geral, Secretaria de Governo, Gabinete Pessoal do Presidente da República, Casa Civil, Gabinete de Segurança Institucional e	Secretaria de Administração

		Secretaria Especial de Comunicação Social.	
--	--	--	--

Macroprocesso: Provimento de serviços gerais			
Descrição	Produtos e serviços	Principais clientes	Subunidade Responsável
Provimento de serviços gerais para a maioria dos órgãos da Presidência e da Vice-Presidência da República, incluindo planejamento, coordenação, supervisão, direção e controle da execução das atividades internas relacionadas com o Sistema de Serviços Gerais (SISG).	<ul style="list-style-type: none"> • Manutenção, conservação, reforma e edificação da infraestrutura dos palácios, residências oficiais e imóveis funcionais realizadas • Sistemática de guarda e distribuição de bens estabelecida e implementada • Serviços de alimentação nos refeitórios, copas, salas e residências oficiais realizados • Transporte terrestre de autoridades, servidores e de cargas realizado 	Gabinete Pessoal do Presidente da República, Secretária-Geral, Secretaria de Governo, Gabinete Pessoal do Presidente da República, Casa Civil, Gabinete de Segurança Institucional e Secretaria Especial de Comunicação Social e Vice-Presidência da República.	Secretaria de Administração

Macroprocesso: Gestão de documentos e arquivos			
Descrição	Produtos e serviços	Principais clientes	Subunidade Responsável
Coordenação da gestão documental e arquivística de todos os órgãos vinculados à estrutura da Presidência da República, envolvendo atividades de coordenação e orientação da gestão documental e arquivística.	<ul style="list-style-type: none"> • Documentação oficial realizada; • e • Gestão do Sistema Eletrônico de Informações (SEI). 	Gabinete Pessoal do Presidente da República, Secretária-Geral, Secretaria de Governo, Gabinete Pessoal do Presidente da República, Casa Civil, Gabinete de Segurança	Secretaria de Administração

		Institucional e Secretaria Especial de Comunicação Social e Vice-Presidência da República.	
--	--	--	--

Macroprocesso: Provimento de soluções de Tecnologias da Informação e Comunicação			
Descrição	Produtos e serviços	Principais clientes	Subunidade Responsável
Provimento de soluções de TIC para os órgãos da Presidência da República e para a Vice-Presidência da República, inclusive as relacionadas com viagens, deslocamentos e eventos do Presidente da República.	<ul style="list-style-type: none"> • Provimento de soluções de TIC. 	Gabinete Pessoal do Presidente da República, Secretaria-Geral, Secretaria de Governo, Gabinete Pessoal do Presidente da República, Casa Civil, Gabinete de Segurança Institucional e Vice-Presidência da República.	Secretaria de Administração

2 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

2.1 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL

Com a criação da Secretaria-Geral, em fevereiro de 2017, diante de um cenário de reorganização dos demais órgãos da Presidência da República, foram priorizadas ações voltadas a intensificar a coordenação interna, visando a permitir que as decisões estruturantes tomadas pelo Presidente da República sejam acompanhadas dos insumos técnicos necessários e da reflexão coordenada dos órgãos e agentes que lhe assessoram.

No âmbito das competências voltadas ao planejamento de políticas e estratégias nacionais, que possam gerar políticas públicas de longo prazo, foram estabelecidos como principais eixos de atuação:

- repensar o modelo de inserção internacional do Brasil, mediante a análise e a proposição de programas que visem a fortalecer os vetores de inserção internacional do Brasil, sob as perspectivas política, econômica, comercial e de segurança;
- identificar e atuar sobre gargalos que afetem a produtividade e a competitividade da economia brasileira, buscando apontar novos caminhos para a resolução de questões que afetem impactem a competitividade da indústria, observando as melhores práticas de política industrial internacionais e a necessidade de desburocratização da máquina estatal brasileira; e
- analisar a adequação de instituições e mecanismos existentes nas áreas de defesa, segurança e inteligência às necessidades estratégicas do País, a partir de estudos nas áreas de Defesa Nacional, Segurança Pública e Inteligência, de modo a contribuir no debate e formulação de políticas públicas para os setores, promover a reflexão sobre oportunidades e ameaças à Segurança Nacional e institucional brasileiras e atuar no estabelecimento de parcerias nacionais e internacionais, nas esferas pública e privada, para identificar iniciativas aplicáveis ao caso brasileiro e aprimorar a atuação do Brasil em setores estratégicos.

Com vistas à modernização da governança e à melhoria da gestão dos órgãos da Presidência da República, foram priorizadas como iniciativas estratégicas:

- revisão dos processos de planejamento das contratações de bens e serviços, tendo como objetivos maior transparência, eficiência, eficácia, economicidade e mitigação de riscos;
- revisão dos processos de gestão e fiscalização de contratos, com vistas à mitigação dos desperdícios e redução dos gastos;
- intensificação na interlocução com os órgãos centrais dos Sistemas Estruturantes de Planejamento e Orçamento e de Administração Financeira Federal, e melhor qualificação das demandas dos órgãos da PR, visando o aprimoramento do processo de planejamento orçamentário e financeiro, a eficiência e eficácia na alocação e redistribuição dos recursos públicos; e
- introdução de novas ferramentas de trabalho com maior envolvimento dos servidores da PR, incluindo a participação no processo de elaboração do Plano Anual de Capacitação e Desenvolvimento;
- implantação de um novo modelo de gestão patrimonial no âmbito da PR, com aprimoramento dos mecanismos de controle e de gestão de riscos, com vistas a preservação e otimização do patrimônio público;
- implementação de mecanismos voltados ao aprimoramento da Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC no âmbito da PR, com maior aderência à

legislação vigente e às melhores práticas de gestão, visando a eficiência e transparência dos recursos alocados em TIC, a integração dos meios tecnológicos, e a racionalização da sustentação tecnológica dos serviços públicos providos pela PR;

- implementação dos preceitos de segurança da informação nas informações geradas ou custodiadas pela Secretaria de Administração, mediante a publicação da política congênere e de normas complementares com definição de papéis, responsabilidades e procedimentos.

- Almejando a excelência nas ações de controle interno, foi estabelecido como foco de atuação a mudança de paradigma para enaltecer o aspecto preventivo, destacando-se o desenvolvimento de ações para o aperfeiçoamento das estratégias organizacionais voltadas à Governança, Gestão de riscos, Transparência pública, Controle Social e Correição, com aderência aos aspectos historicamente já acompanhados e definidos pelo TCU para as avaliações anuais de contas, tais como: Resultados quantitativos/qualitativos; Orçamento, finanças, contabilidade e patrimônio; Pessoal; Licitação, contratos e convênios, além de aspectos relacionados à Tecnologia da informação (TI).

2.1.1 DESCRIÇÃO SINTÉTICA DOS OBJETIVOS DO EXERCÍCIO

A Secretaria-Geral da Presidência da República conduziu suas ações tendo como objetivos:

- integração das ações das unidade da Secretaria-Geral da Presidência da República;
- contínuo aperfeiçoamento da gestão administrativa e dos mecanismos de governança;
- fortalecimento do processo de discussão das ações estratégicas do País; e
- melhoria dos processos de trabalho, da gestão de riscos e dos mecanismos de controles internos para mitiga-lós.

2.1.2 ESTÁGIO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

A partir da consolidação das mudanças nas estruturas organizacionais da Secretaria-Geral e dos demais órgãos da Presidência da República, ocorrida em 01 de novembro de 2017, com a edição da Lei 13.502/2017, a Secretaria-Geral da Presidência da República iniciou a primeira etapa do processo de elaboração do Planejamento Estratégico, com o apoio da Escola Nacional de Administração Pública, tendo como produto uma proposta do Mapa Estratégico. As demais etapas foram programadas para desenvolvimento em 2018.

2.1.3 VINCULAÇÃO DOS PLANOS DA UNIDADE COM AS COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS E OUTROS PLANOS

Em função do estágio de construção do planejamento estratégico da Secretaria Geral, não houve o desdobramento do plano nos níveis tático e operacional no exercício de 2017. Assim, as unidades da Secretaria-Geral da Presidência da República conduziram seus planos de ação, conforme suas competências institucionais.

2.2 FORMAS E INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO E RESULTADOS DOS PLANOS

Em 2017, as unidades da Secretaria-Geral da Presidência da República realizaram o monitoramento da execução e dos resultados de suas ações de forma própria. Com a continuidade do planejamento estratégico serão definidas as formas e os mecanismos e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos da Secretaria-Geral com a visão sistêmica

2.3 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO

Considerando que a criação da Secretaria-Geral ocorreu no mês de fevereiro de 2017, com a publicação da Medida Provisória nº 768, não foram contemplados nos quadros de execução orçamentária informações referentes aos anos anteriores.

2.3.1 OBJETIVOS ESTABELECIDOS NO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS.

Não se aplica, por não existir na programação dessa UPC, programas, objetivos, iniciativas e metas referentes à Programas Temáticos constantes no PPA 2016-2019

2.3.2 EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS AÇÕES DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE RESPONSABILIDADE DA UNIDADE

Ações relacionadas a PROGRAMA TEMÁTICO do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS

Não se aplica, por não existir na programação dessa UPC, programas, objetivos, iniciativas e metas referentes à Programas Temáticos constantes no PPA 2016-2019

Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS

Não se aplica

Por não existir na programação dessa UPC, programas, objetivos, iniciativas e metas referentes à Programas Temáticos constantes no PPA 2016-2019

Ações do Orçamento de Investimento

Não se aplica, por não existir na programação dessa UPC, programação no orçamento de investimento.

Análise Situacional

Não se aplica, por não existir na programação dessa UPC, programas, objetivos, iniciativas e metas referentes à Programas Temáticos constantes no PPA 2016-2019

2.3.3 FATORES INTERVENIENTES NO DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO

Não foram identificados fatores intervenientes que tenham prejudicado o desenvolvimento e execução das ações orçamentárias no âmbito dessa UPC.

2.3.4 EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA COM TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS

Os recursos alocados à Secretaria-Geral da Presidência da República nas ações administrativas foram executados de forma descentralizada e destinaram-se a:

- pagamentos à Escola de Administração Fazendária – ESAF e à Escola Nacional de Administração Pública – ENAP para capacitação de servidores nos processos de qualificação e requalificação profissional conforme previsto no Plano Anual de Capacitação;
- repasse orçamentário e financeiro complementar ao Termo de Cooperação Técnica nº 01/2008 celebrado entre a Presidência da República e o Comando do Exército para cobrir despesas com restauração e modernização do Palácio do Planalto.
- pagamento à Imprensa Nacional – IN pela prestação de serviços de impressão e encadernação de trabalhos gráficos realizados para atender a Presidência da República;
- pagamento de despesas realizadas no Palácio do Jaburu, em função de sua utilização pela família do Sr. Excelentíssimo Presidente da República.

Quadro 1 Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	Administração da Unidade					
2017	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015
Convênio	-	-	-	-	-	-
Contrato de repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Execução Descentralizada - TED	8	-	-	926.288,53	-	-
Totais	0	0	0	926.288,53	0,00	0,00

Fonte: Tesouro Gerencial

Quadro 2 Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ nas modalidades de convênio, contratos de repasse e instrumentos congêneres.

Unidade Concedente					
Nome: Administração da Unidade					
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e montante repassados	Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)			
		Convênios	Contratos de repasse	Termo de Execução Descentralizada - TED	
Exercício do relatório de gestão	Contas Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	8
		Montante Repassado	-	-	926.288,53

Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
Fonte: Tesouro Gerencial					

Quadro 3 Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Administração da Unidade					
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão			Instrumentos		
			Convênios	Contratos de repasse	Termo de Execução Descentralizada - TED
Contas analisadas	Quantidade aprovada		-	-	-
	Quantidade reprovada		-	-	-
	Quantidade de TCE instauradas		-	-	-
	Montante repassado (R\$)		-	-	-
Contas NÃO analisadas	Quantidade		-	-	8
	Montante repassado (R\$)		-	-	926.288,53
Fonte: Tesouro Gerencial					

Quadro 4 Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Administração da Unidade					
Instrumentos da transferência	Quantidade de dias de atraso na análise das contas				
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Convênios	-	-	-	-	-
Contratos de repasse	-	-	-	-	-
Termo de Execução Descentralizada - TED	-	-	x	-	-

Quadro 5 Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	Restauração e Modernização do Palácio do Planalto					
2017	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015
Convênio	-	-	-	-	-	-
Contrato de repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Execução Descentralizada - TED	1	-	-	2.539.813,88	-	-
Totais	1	0	0	2.539.813,88	0,00	0,00
Fonte: Tesouro Gerencial						

Quadro 6 Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ nas modalidades de convênio, contratos de repasse e instrumentos congêneres.

Unidade Concedente					
Nome: Restauração e Modernização do Palácio do Planalto					
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e montante repassados	Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)			
		Convênios	Contratos de repasse	Termo de Execução Descentralizada - TED	-
Exercício do relatório de gestão	Contas Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	1
		Montante Repassado	-	-	2.539.813,88
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
Fonte: Tesouro Gerencial					

Quadro 7 Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Restauração e Modernização do Palácio do Planalto					
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		Instrumentos			
		Convênios	Contratos de repasse	Termo de Execução Descentralizada - TED	-
Contas analisadas	Quantidade aprovada	-	-	-	-
	Quantidade reprovada	-	-	-	-
	Quantidade de TCE instauradas	-	-	-	-
	Montante repassado (R\$)	-	-	-	-
Contas NÃO analisadas	Quantidade	-	-	1	-
	Montante repassado (R\$)	-	-	2.539.813,88	-
Fonte: Tesouro Gerencial					

Quadro 8 Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Restauração e Modernização do Palácio do Planalto					
Instrumentos da transferência	Quantidade de dias de atraso na análise das contas				
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Convênios	-	-	-	-	-
Contratos de repasse	-	-	-	-	-
Termo de Execução Descentralizada - TED	-	-	x	-	-

2.3.5 INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO DAS DESPESAS

Nos quadros abaixo são apresentadas as programações orçamentárias da UPC - Secretaria-Geral da Presidência da República – SG. Cabendo ressaltar que as informações de execução da despesas contempladas neste relatório decorrem dos atos de gestão relativamente as suas competências praticados pela Secretaria-Geral da Presidência da República a partir da edição da Medida Provisória nº 768, de 2 de fevereiro de 2017.

Quadro 9 Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2017	%	2016	%	2017	%	2016	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	66.928.233,75	22,66	0,00	0,00	66.822.079,81	23,23	0,00	0,00
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
b) Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
c) Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
d) Pregão	66.928.233,75	22,66	0,00	0,00	66.822.079,81	23,23	0,00	0,00
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Contratações Diretas (h+i)	17.688.788,39	5,99	0,00	0,00	17.572.056,35	6,11	0,00	0,00
h) Dispensa	12.708.090,84	4,30	0,00	0,00	12.705.200,44	4,42	0,00	0,00
i) Inexigibilidade	4.980.697,55	1,69	0,00	0,00	4.866.855,91	1,69	0,00	0,00
3. Regime de Execução Especial	5.002.837,53	1,69	0,00	0,00	5.002.837,53	1,74	0,00	0,00
j) Suprimento de Fundos	5.002.837,53	1,69	0,00	0,00	5.002.837,53	1,74	0,00	0,00
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	182.804.021,75	61,90	0,00	0,00	175.820.102,24	61,12	0,00	0,00
k) Pagamento em Folha	180.789.970,26	61,22	0,00	0,00	173.805.842,62	60,42	0,00	0,00
l) Diárias	2.014.051,49	0,68	0,00	0,00	2.014.259,62	0,70	0,00	0,00
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	272.423.881,42	92,25	0,00	0,00	265.217.075,93	92,20	0,00	0,00
6. Total das Despesas da UPC	295.317.834,10	100	0,00	100	287.660.294,17	100	0,00	100

Quadro 10 Despesas por grupo e elemento de despesa

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
1. Despesas de Pessoal	180.789.970,26	0,00	180.789.970,26	0,00	30.839.005,41	0,00	173.805.842,62	0,00
Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	84.297.612,32	0,00	84.297.612,32	0,00	0,00	0,00	84.291.325,29	0,00
Ressarcimento despesas Pessoal Requisitado	74.014.419,54	0,00	74.014.419,54	0,00	30.839.005,41	0,00	67.036.700,61	0,00
Demais elementos do grupo	22.477.938,40	0,00	22.477.938,40	0,00	0,00	0,00	22.477.816,72	0,00
3. Outras Despesas Correntes	134.733.625,58	0,00	111.763.724,12	0,00	31.832.093,43	0,00	111.090.311,83	0,00
Passagens e Despesas com Locomoção	15.747.049,65	0,00	13.314.483,41	0,00	4.913.709,30	0,00	11.200.641,77	0,00
Locação de Mão-de-Obra...	36.130.757,89	0,00	29.191.585,64	0,00	7.009.395,09	0,00	29.191.585,64	0,00
Outros Serviços de Terceiros PJ – Op.Int.Orç...	57.405.197,19	0,00	44.036.388,70	0,00	15.804.279,42	0,00	44.004.366,20	0,00
Ressarcimento Despesas Pessoal Requisitado	11.828.446,45	0,00	10.233.205,22	0,00	1.595.241,23	0,00	9.792.205,58	0,00
Demais elementos do grupo	13.622.174,40	0,00	16.988.061,15	0,00	2.509.468,39	0,00	16.901.512,64	0,00
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
4. Investimentos	6.183.869,68	0,00	2.764.139,72	0,00	3.419.729,96	0,00	2.764.139,72	0,00
Equipamentos e Material Permanente	3.500.527,67	0,00	80.797,71	0,00	3.419.729,96	0,00	80.797,71	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	2.539.813,88	0,00	2.539.813,88	0,00	0,00	0,00	2.539.813,88	0,00
Demais elementos do grupo	143.528,13	0,00	143.528,13	0,00	0,00	0,00	143.528,13	0,00

Análise crítica da realização da despesa

Observando-se os valores detalhados no quadro de Despesas por Modalidade de Contratação, verifica-se que, nas diversas naturezas de despesas registradas, o montante dos valores empenhados totaliza R\$ 295,3 milhões e R\$ 287,6 milhões de despesas pagas.

Extrai-se dos referidos valores o montante de R\$ 180,7 milhões e R\$ 173,8 milhões no item de Pagamento em Folha, que corresponde à 61,1 % do total empenhado e 60,4% do total pago. Destacam-se, também, os valores constantes no item Pregão, que atingiram o montante de R\$ 66,9 milhões de despesas empenhadas e R\$ 66,8 milhões de despesas pagas, perfazendo, respectivamente, os percentuais de 22,6% e 23,2% do total de despesas empenhadas e pagas em 2017.

Aos demais itens constantes do quadro de Despesas por Modalidade de Contratação, verifica-se um montante de R\$ 47,7 milhões de valores empenhados e R\$ 47,0 milhões de despesas pagas, que correspondem à 16,2% do montante total de despesas empenhadas e 16,3% do total de despesas pagas.

Observando-se o quadro de Despesas por grupo e elemento de despesa, obtem-se o montante de R\$ 74,0 milhões de valores empenhados e R\$ 67,0 milhões de valores pagos no item de Ressarcimento de despesa de pessoal requisitado (grupo de despesas 1), que corresponde à 41,1 % do total empenhado no item de despesas de pessoal e 38,5% do total pago.

Outro item, que destaca-se do referido quadro, é o referente as despesas classificadas como outros serviços de terceiro – pessoa jurídica, que atingiu o montante de R\$ 57,4 milhões de despesas empenhadas e R\$ 44,0 milhões de despesas pagas, perfazendo, respectivamente, os percentuais de 42,6% e 39,6% do total de despesas empenhadas e pagas em 2017 no item de Outras Despesas Correntes

2.4 DESEMPENHO OPERACIONAL

A seguir serão apresentadas as principais ações realizadas no âmbito da Secretaria-Geral da Presidência da República, que contaram com a atuação efetiva das unidades que compõem a sua estrutura organizacional, visando o alcance dos objetivos estabelecidos.

No âmbito das competências que cabem à Secretaria-Executiva, por intermédio da Secretaria de Administração destacam-se como principais realizações:

No tocante à força de trabalho, foram desenvolvidas ações para melhoria dos processos de trabalho, a partir de rearranjos institucionais, introdução de novas ferramentas de trabalho e maior envolvimento dos servidores da PR no processo de elaboração do Plano Anual de Capacitação e Desenvolvimento.

Na área de logística, a ênfase foi dada aos gastos com fornecimento de alimentação, limpeza e conservação, locação de meios de transporte, serviços de copa e cozinha, transporte de servidores, água, luz, telefone, dentre outros. Com a melhoria dos processos de aquisição e contratação de bens e serviços e de gestão e fiscalização de contratos, aperfeiçoando, inclusive, o processo de planejamento das contratações, com vistas a implementar nesses processos maior transparência, eficiência, eficácia e mitigação de riscos, bem como a implantação de um novo modelo de gestão patrimonial da PR, com aprimoramento dos mecanismos de controle e estabelecimento de mecanismos de gestão de riscos, com vistas a preservação e otimização do patrimônio público.

Na área de gestão orçamentária e financeira, buscou-se a melhoria do processo de planejamento orçamentário e financeiro, tornando-o mais eficiente e eficaz na alocação e redistribuição dos recursos públicos, inclusive por meio da melhor qualificação das demandas dos órgãos da PR e do aprimoramento dos canais de interlocução com os órgãos centrais dos Sistemas Estruturantes de Planejamento e Orçamento e de Administração Financeira Federal.

Na área de gestão da tecnologia da informação, foi realizado o aprimoramento da Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC no âmbito da PR, com maior aderência à legislação vigente e às melhores práticas de gestão, fortalecendo o papel estratégico da TIC na PR e contribuindo, de maneira eficaz, para a eficiência e transparência dos recursos alocados em TIC e a integração dos meios tecnológicos, racionalizando a sustentação tecnológica dos serviços públicos providos pela PR. Dentre as ações merecem ser destacadas:

- Migração do serviço de correio eletrônico, com a transferência da base de dados dos usuários para seu parque computacional e a utilização de software disponível. Essa iniciativa possibilitou a unificação e padronização da solução tecnológica adotada, promoveu maior segurança, disponibilidade e independência na operação e manutenção do serviço.
- Migração dos portais Brasil e Planalto para a infraestrutura tecnológica da Presidência de República.
- Revisão do contrato de serviços para conexão de rede de comunicação de dados de longa distância à internet (INFOVIA), proporcionando um aumento de dez vezes na velocidade de conexão.
- Implantação de nova metodologia de gestão dos serviços de telefonia fixa, que abrange 25 centrais telefônicas, 1200 equipamentos de telefonia móvel e 3500 de telefonia fixa, resultando na melhoria do controle dos recursos de telecomunicações.
- Implantação e sustentação de solução tecnológica (CKAN) para suportar o Portal de Dados Abertos da PR, proporcionando a integração com as demais plataformas de dados abertos do Governo Federal e maior transparência nas informações prestadas aos cidadãos e à sociedade.

- Consolidação da implantação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, com a incorporação de novas funções técnicas destinadas a aumentar a celeridade na autuação dos processos, tais como a disponibilização do sistema na internet para utilização em ambientes externos à PR e a inclusão de usuários externos.

- Implantação do Boletim Eletrônico no SEI-PR, em substituição ao Boletim Interno, permitindo que todas as autoridades competentes da PR, ou servidores por elas designados, possam publicar atos administrativos no boletim eletrônico, não se restringindo mais à Secretaria de Administração. Os novos procedimentos, instituídos pela Instrução Normativa nº 2, de 14 de setembro de 2017, resultaram em mais agilidade na publicação dos atos e facilidade na busca de informações, com o uso do mecanismo que permite consulta parametrizada de conteúdo.

- Criação do Fórum SEI para discussão de problemas e soluções comuns identificados pelos usuários, visando aperfeiçoamento do Sistema Eletrônico de Informações - SEI e a sua plena utilização.

- Adequação, racionalização e otimização dos espaços internos, por meio de alterações de layouts, mudança de divisórias, adequações de pontos elétricos e de rede, instalações de condicionadores de ar do tipo Split, etc, com vistas, inclusive, à acomodação dos novos órgãos e unidades administrativas incorporadas à PR e respectivos servidores e à construção de um arranjo mais harmônico para o ambiente de trabalho, resultando em maior integração entre os servidores e unidades administrativas, com a perspectiva de garantir bem-estar a todos, com ganho de produtividade.

- Manutenção da infraestrutura física da PR, compreendendo adequações, melhorias, consertos e reformas nas edificações, nos imóveis funcionais, no espaço de atendimento dos restaurantes e lanchonete, em bens mobiliários, inclusive históricos, bem como adequações e revitalização de áreas externas do Palácio do Planalto e seus Anexos, como estacionamento, cerca viva, paisagismo e outros, para além de instalação de circuito exclusivo de tomadas externas para atendimento de equipes de unidades móveis de jornalismo de emissoras de TV e reforma da estrutura de energia elétrica e de iluminação da área de preparação física.

- Alteração do modelo de transporte de autoridades e servidores, de forma a conferir maior comodidade e agilidade na prestação dos serviços de transporte e economia com as respectivas despesas. No novo modelo foi adotada a hibridéz na prestação desses serviços, com a reativação de frota própria da PR e adequação às boas práticas que vêm sendo implementadas na Administração Pública, por meio da contratação de empresas especializadas. Possibilitou-se, assim, a escolha do melhor meio disponível para atendimento ao usuário, garantindo que a missão institucional não seja comprometida em caso de interrupção dos serviços de uma das empresas contratadas.

- Realização de diversas ações preparatórias para as novas regras de contratação de serviços, incluindo palestra de sensibilização de gestores e fiscais de contrato quanto às novas diretrizes e procedimentos estabelecidos, oficina de capacitação para os servidores que atuam nos processos de contratação durante as fases de planejamento e de gestão da execução contratual, disponibilização na intranet de novos modelos e atualização dos existentes com orientações para a elaboração de Termo de Referência/Projeto Básico e seus anexos, roteiros de instrução processual e de gestão de contratos, listas de verificação e links de acesso à legislação; e atualização do Sistema de Gerenciamento de Contratos para adequá-lo às novas regras.

- Aperfeiçoamento dos procedimentos e controles relacionados ao fornecimento de alimentação, no âmbito da Presidência da República (PR) e da Vice-Presidência da República (VPR), visando à aplicação eficiente e racional dos recursos públicos, mediante a edição da nova Norma X-201, de junho de 2017.

- Recuperação e modernização das instalações, proporcionando melhorias na sustentabilidade predial.

- Assinatura do Termo de Adesão da PR à Escola Virtual de Governo – EVG, o que possibilitará o acesso, pelos servidores, ao Portal Único de Escolas de Governo, onde é

disponibilizado, permanentemente, um catálogo de cursos a distância das principais escolas de governo e centros de capacitação da Administração Pública, para seu autodesenvolvimento. Nesse Portal, também haverá serviços que auxiliarão a PR na gestão da capacitação, tais como: hospedagem de cursos, gestão acadêmica das ofertas e consolidação das informações gerenciais.

- Disponibilização, na Intranet/PR, do Portal de Capacitação e Desenvolvimento da PR para divulgação, aos servidores, das ações de capacitação e desenvolvimento profissional

- Revisão do processo de atendimento às demandas das Equipes de Segurança e Apoio Pessoal aos ex-Presidentes da República, resultando na edição da Instrução Normativa/SA nº 03/2017 e na realização do primeiro encontro presencial, coletivo e participativo com todas as equipes de ex-PR.

- Disponibilização no Portal da PR do sistema de agendamento online para visitas públicas aos Palácios do Planalto e da Alvorada, com impacto positivo no controle da segurança e das visitas programadas, permitindo o cadastro antecipado e o pré-agendamento de visitas por turistas nacionais e internacionais.

- Publicação da nova Intranet, que passou a atuar como canal único na integração de sistemas, informação e portais da Presidência da República. Com identidade visual moderna, funcional e apresentando navegação intuitiva e amigável, a nova Intranet tem mais dinamismo na apresentação das notícias produzidas, facilitando o fluxo de informações e a melhoria de processos, transformando-se, assim, num meio permanente de disseminação de conhecimentos no ambiente corporativo.

No âmbito das competências que cabem à Secretaria-Geral, por intermédio da da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos, destacam-se como principais projetos:

Projeto 1 – Modernização Econômica Focada no Aumento da Produtividade Brasileira

Produtos:

Nota Conceitual nº 001 – Uma Estratégia Internacional para Atrair Investimento Estrangeiro Direto (IED) para o Brasil. Avalia a importância do IED para o desenvolvimento econômico brasileiro e propõe medidas concretas e necessárias para a melhoria do ambiente institucional, visando à atração de investimentos, especialmente em infraestrutura.

Relatório de Conjuntura nº 007 – Mercosul e Aliança do Pacífico: possíveis caminhos e desafios para uma aproximação efetiva. Propõe alternativas para uma maior aproximação entre o Mercosul e a Aliança do Pacífico. Destaca a necessidade de modernização do arcabouço institucional e regulatório do Mercosul como condição para uma maior dinamização do comércio entre os dois blocos.

Relatório de Conjuntura nº 002 – Uma Agenda de Produtividade: o Desenvolvimento como O Interesse Público. Destaca as principais razões para a estagnação da produtividade das firmas brasileiras e como esse fenômeno prejudica o interesse público nacional. Também são formuladas propostas de alteração em atos normativos, visando a incrementar a produtividade das firmas e o bem-estar dos brasileiros.

Nota Conceitual Política Industrial e Política Comercial - Defende a necessidade de uma clara separação entre os objetivos da política comercial e de uma política industrial, com o objetivo de orientar os tomadores de decisão governamentais sobre a correta utilização dos instrumentos de política comercial visando ganhos efetivos de competitividade de acordo com as regras multilaterais de comércio.

Nota Conceitual Uma Estratégia de Modernização da Estrutura Comercial Brasileira - Políticas de Curto e Longo Prazos. Estima os efeitos esperados em um contexto de abertura comercial, como queda na inflação, nos custos de produção e nos preços finais ao consumidor, ao mesmo tempo em que propõe medidas de racionalização administrativa e normativa visando maior integração da economia brasileira ao cenário internacional. Propõe também medidas de ajuste e requalificação profissional que facilitem a transição dos trabalhadores dos setores que possam ser negativamente afetados para setores que deverão se expandir a partir de uma abertura comercial brasileira.

Painel de Prioridades para uma maior abertura econômica-comercial - Apresenta medidas regulatórias que podem ser tomadas no curto prazo para gerar uma maior abertura comercial brasileira. O Painel de Prioridades leva em conta dados e informações existentes no nível internacional, como aqueles constantes no Trade Policy Review da OMC e no Enabling Trade Index do World Economic Forum.

Evento Diálogos Estratégicos – Abertura Econômica para o Desenvolvimento e Bem-Estar O objetivo do evento, realizado no dia 07 de novembro no auditório I do Palácio do Planalto, foi apresentar o estado da arte das discussões internacionais sobre a importância de uma maior abertura econômico-comercial como vetor de desenvolvimento econômico principalmente para os países emergentes, buscando estimular o debate acerca de possíveis caminhos para essa abertura, com o intuito de sensibilizar interlocutores governamentais sobre os benefícios para o Brasil de uma política de abertura econômico-comercial efetiva. Participaram do evento 140 pessoas, dentre os quais representantes do governo, academia, setor privado e organismos internacionais.

Nota Técnica Regime de BIT e BK – Abertura Comercial. O documento tem o objetivo de analisar as tarifas de importação aplicadas pelo Brasil para o grupo de produtos classificados como BIT e BK e propor sugestões de alteração dessas alíquotas como parte de um conjunto de medidas que visam uma maior abertura comercial da economia brasileira.

Projeto 2 – Base Científica, Tecnológica e Industrial de Defesa

Produtos:

Relatório de Conjuntura nº 016 – Base Científica, Tecnológica e Industrial de Defesa: diagnóstico

Nota Conceitual: Política Exterior e Segurança Pública: uma nova agenda para a diplomacia brasileira

Relatório Técnico: Poder Naval

Projeto 3 – Centro de Lançamento de Alcântara

Produtos:

Identificação dos problemas e dificuldades do atual modelo de utilização do CLA.

Análise da viabilidade para exploração do CLA por meio de uma Empresa de Projetos Espaciais do Brasil, conforme proposto pelas Força Aérea Brasileira (FAB).

Projeto 4 – Comissão Nacional de População e Desenvolvimento (CNPD)

Produtos:

Articulações com representantes do Fundo de População das Nações Unidas (FNUAP), da Associação Brasileira de Estudos Demográficos (ABEP), do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e do Ministério das Relações Exteriores (MRE), no sentido de obter informações que permitissem a reativação da CNPD. As informações obtidas foram no sentido que a referida Comissão se encontrava inativa desde a extinção da SAE e que não haveria interesse das autoridades do MPOG em reativá-la.

Negociações com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), com vistas a reativar projeto de cooperação técnica internacional extinto em dezembro de 2016, com saldo ainda existente de US\$ 190.000,00, que permitiriam apoiar as atividades da CNPD. A ABC, assim como o FNUAP, concordaram com a reativação do projeto.

Transferência da CNPD do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão para a SAE – o que foi concretizado por meio da publicação do Decreto 9231, de 07 de dezembro de 2017.

Apoio a elaboração do Informe Nacional de Acompanhamento para o Consenso de Montevideu.

Elaboração de proposta de Decreto Presidencial alterando a composição dos integrantes da CNPD, de forma a permitir que a referida Comissão atue mais focada em seus objetivos precípuos, como estudos relacionados à demografia e seus efeitos nas políticas públicas.

Articulação e coordenação das reuniões da CNPD, elaboração de informes e estudos e de ações a serem definidos pela própria Comissão.

Projeto 5 – Estudos sobre Relações Comerciais Bilaterais Brasileiras

Produtos:

Levantamento de dados sobre Investimento Estrangeiro Direto recebido pelo Brasil.

Levantamento de dados sobre comércio internacional e investimento oriundo de países selecionados.

- **Nota Informativa nº 008** – *Relações Comerciais entre o Brasil e a Argentina.*
- **Nota Informativa nº 009** – *Relações Comerciais entre o Brasil e a Bolívia.*
- **Nota Informativa nº 010** – *Relações Comerciais entre o Brasil e o Chile.*
- **Nota Informativa nº 011** – *Relações Comerciais entre o Brasil e a China.*
- **Nota Informativa nº 012** – *Relações Comerciais entre o Brasil e a Colômbia.*
- **Nota Informativa nº 013** – *Relações Comerciais entre o Brasil e o Equador.*
- **Nota Informativa nº 014** – *Relações Comerciais entre o Brasil e a Espanha.*
- **Nota Informativa nº 015** – *Relações Comerciais entre o Brasil e a Guiana.*
- **Nota Informativa nº 016** – *Relações Comerciais entre o Brasil e a Índia.*
- **Nota Informativa nº 017** – *Relações Comerciais entre o Brasil e o México.*
- **Nota Informativa nº 018** – *Relações Comerciais entre o Brasil e a Noruega.*
- **Nota Informativa nº 019** – *Relações Comerciais entre o Brasil e o Paraguai.*
- **Nota Informativa nº 020** – *Relações Comerciais entre o Brasil e o Peru.*
- **Nota Informativa nº 021** – *Relações Comerciais entre o Brasil e Portugal.*
- **Nota Informativa nº 022** – *Relações Comerciais entre o Brasil e a Rússia.*
- **Nota Informativa nº 023** – *Relações Comerciais entre o Brasil e o Suriname.*
- **Nota Informativa nº 024** – *Relações Comerciais entre o Brasil e o Uruguai.*
- **Nota Informativa nº 025** – *Relações Comerciais entre o Brasil e a Venezuela.*
- **Nota Informativa nº 026** – *Relações Brasil-China: contornos estratégicos, perspectivas e possibilidades.*

Notas Adicionais

Nota Informativa nº 001 – tece considerações sobre a situação das relações políticas e econômicas entre o Brasil e a Espanha, com vistas a posicionar a Presidência da República por ocasião da visita ao Brasil do Presidente do Governo espanhol, Mariano Rajoy, no período de 24 a 25 de abril de 2017.

Nota Informativa nº 002 – apresenta observações gerais sobre a minuta de proposta para a Estratégia Nacional de Inteligência.

Nota Informativa nº 003 – elaborada para a Presidência da República, com vistas a posicioná-la sobre o funcionamento do *New Development Bank* do BRICS, e sobre o perfil de seu Presidente, Sr. K.V. Kamath, em visita ao Brasil.

Nota Informativa nº 004 – analisa as relações bilaterais entre o Brasil e a Tunísia e apresenta o perfil do Ministro dos Negócios Estrangeiros tunisiano, para subsidiar reunião do mesmo com o Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Nota Informativa nº 005 – tece considerações sobre a nova Lei de Migração.

Nota Informativa nº 007 – apresenta diagnóstico e observações gerais sobre a proposta da Estratégia Nacional de Inteligência (ENI), para subsidiar o Grupo de Trabalho responsável por sua elaboração.

Nota Informativa nº 006/2002/SAE-PR/27 ABR 2017 – propõe vetos para o substitutivo da Câmara dos Deputados nº 7, de 2016, ao Projeto de Lei do Senado nº 288, de 2013, do então Senador Aloysio Nunes Ferreira, que institui a Lei de Migração.

Nota Informativa nº 005/2102/SAE-PR/27 ABR 2017 – apresenta considerações sobre o substitutivo da Câmara dos Deputados nº 7, de 2016, ao Projeto de Lei do Senado nº 288, de 2013, para subsidiar o Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Notas Conceituais:

Nota Conceitual nº 001 – *Uma Estratégia Internacional para atrair Investimento Direto Estrangeiro (IED) para o Brasil.*

Nota Conceitual nº 002 – *Uma Estratégia de Modernização da Estrutura Comercial Brasileira com Políticas de Curto e Longo Prazos.*

Nota Conceitual nº 003– *Políticas Estratégicas em Tempos de Austeridade: os efeitos negativos dos cortes orçamentários e a busca de mecanismos de defesa.*

Nota Conceitual nº 004 – *O Programa Espacial Brasileiro e Perspectivas de Utilização do Centro de Lançamento de Alcântara.*

Nota Conceitual - *Política Industrial e Política Comercial.*

Nota Conceitual *As funções do Futuro: repensando a educação dos trabalhadores brasileiros para uma nova estrutura produtiva.*

Nota Conceitual *Política Exterior e Segurança Pública: uma nova agenda para a diplomacia brasileira*

Nota Conceitual *Visões e Ações sobre a Construção Conjunta do Cinturão Econômico da Rota da Seda e da Rota da Seda Marítima do Século XXI*

Projeto 6 – Acompanhamento do Contexto Político Internacional em Países Selecionados

Produtos:

Relatório de Conjuntura nº 010 – *A Situação na Península Coreana: análise e perspectivas.*

Relatório de Conjuntura nº 004 – *A Construção da América do Sul Pós-Bolivariana: proposta*

de ação para a política exterior brasileira.

Relatório de Conjuntura nº 003 – *Uma Nova Política Brasileira para o Extremo Norte da América do Sul.*

Nota Conceitual nº 004 – *Políticas Estratégicas em Tempos de Austeridade: os efeitos negativos dos cortes orçamentários e a busca de mecanismos de defesa).*

Projeto 7 – Nova Concepção Estratégica para as Relações Brasileiras e Regionais com a China

Produtos:

Representar o Governo do Brasil no evento *Belt and Road Forum for International Cooperation (BRF)*, Beijing, China, 15 e 16 de maio de 2017. Representante da SAE: Hussein Kalout, Secretário Especial de Assuntos Estratégicos (**concluído**).

Chefiar a Delegação do Brasil no *BRICS Academic Forum e no BRICS Think Tank Council (BTTC)*, em Fuzhou, China, 9 a 13 de junho de 2017. Foram apresentadas palestras intituladas *Areas for Deepening BRICS Cooperation and Related Innovation* e *BRICS Countries and Global Governance*. Representante da SAE: Marcos Degaut, Secretário Especial Adjunto (**concluído**).

Nota Informativa nº 003 – elaborada para a Presidência da República, com vistas a posicioná-la sobre o funcionamento do *New Development Bank (NDB)* do BRICS, e sobre o perfil do seu Presidente, Sr. K.V. Kamath, em visita ao Brasil (**concluída**).

Nota Conceitual *Visões e Ações sobre a Construção Conjunta do Cinturão Econômico da Rota da Seda e da Rota da Seda Marítima do Século XXI* (**concluída**).

Projeto 8 – Nova Moldura para a Cooperação Internacional Brasileira

Produtos:

Estudo *De Bandung à OCDE: a evolução da agenda de cooperação internacional brasileira*, que tem por objetivo contribuir com o processo de modernização da Agência Brasileira de Cooperação – ABC, vinculada ao Ministério das Relações Exteriores.

Desenvolvimento de uma proposta de uma Plataforma Nacional de Cooperação Internacional - PNCI, que permitirá a inclusão de toda a cooperação internacional recebida e prestada pelo Brasil.

Projeto 9 – Acompanhamento e Divulgação da Estratégia da Organização das Nações Unidas intitulada *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*

Produtos:

Apoiar o processo de elaboração do Relatório Nacional Voluntário sobre os ODS.

Apresentar palestra no *International Policy Centre for Inclusive Growth (IPC-IG)*, no dia 25 de agosto de 2017, intitulada *SDGs: The View from the North and the View from the South*.

Apresentar palestra sobre os ODS no evento *I Seminário Internacional sobre Sustentabilidade: desafios e soluções*, patrocinado pelo Serviço Social do Comércio do Distrito Federal (SESC-DF) e pela Universidade de Brasília (UnB).

Elaborar capítulo para livro a ser publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, sobre a evolução da política externa brasileira na última década, em que são analisados os efeitos domésticos e internacionais das estratégias de desenvolvimento da Organização das Nações Unidas intituladas Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS.

Colaborar com as equipes do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), no processo de adaptação das metas dos ODS à realidade nacional, também intitulado “tropicalização” dos ODS.

Apresentar palestras sobre a evolução dos ODS no Brasil em eventos diversos, contribuindo, dessa forma, para a disseminação da referida estratégia de desenvolvimento econômico, social e ambiental.

Projeto 10 – Ciclo de Seminários

Produtos:

Seminário sobre a Cooperação Técnica Internacional prestada pelo Centro Internacional de Crescimento Inclusivo – IPC/IG à Nações Africanas e do Oriente Médio. **Palestrante:** Sergei Soares Dillon Soares. Realizado no dia 25 de outubro de 2017.

Seminário sobre Núcleos de Governo. **Palestrantes:** Pedro Cavalcante e Alexandre Gomide. Realizado no dia 26 de outubro de 2017.

Projeto 11 – Apoio à Regulamentação da Nova Lei de Migração

Produtos:

Nota Informativa nº 006/2002/SAE-PR/27 ABR 2017 – propõe vetos para o substitutivo da Câmara dos Deputados nº 7, de 2016, ao Projeto de Lei do Senado nº 288, de 2013, do então Senador Aloysio Nunes Ferreira, que institui a Lei de Migração.

Nota Informativa nº 005/2102/SAE-PR/27 ABR 2017 – apresenta considerações sobre o substitutivo da Câmara dos Deputados nº 7, de 2016, ao Projeto de Lei do Senado nº 288, de 2013, para subsidiar o Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Elaboração de quadro e síntese analítica sobre os *stakeholders* e as instituições interessadas na regulamentação da nova Lei de Migração

Identificação de artigos e incisos sensíveis ou passíveis de regulamentação.

Identificação dos desafios e objetivos de médio e longo prazos nacionais e proposições de regulamentação da Nova Lei de Migração.

Preparação de proposta de minuta de Decreto presidencial para a criação da Camig (Câmara – interministerial - de Migração).

Projeto 12 – A SAE e suas Congêneres no Mundo

Produtos:

Levantamento sistematizado de informações sobre as congêneres da SAE/PR.

PROJETO 13 – BRA/06/032 – BRASIL 3 TEMPOS

Produtos:

Transferência do saldo remanescente do projeto BRA/06/032 – Brasil 3 Tempos para a SAE.
Atualização dos arranjos de gerenciamento do projeto.

No âmbito das competências que cabem à Secretaria-Geral, por intermédio da Secretaria de Controle Interno, destacam-se como principais realizações:

Projeto Auditoria Online

Em 2017, foi desenvolvido o módulo de extração dos atos e fatos administrativos registrados no SIAFI, permitindo monitorar diariamente os atos relacionados à emissão de empenhos, ordem bancárias, baixa de bens, pagamento de indenizações, concessão de empréstimo para assentados, no âmbito nas unidades jurisdicionadas à Secretaria de Controle Interno. Com esse trabalho, abre-se a possibilidade de detectar, de maneira célere, providências relacionadas a inconformidades nos atos administrativos da gestão pública.

Resultado das análises de editais

Durante o exercício de 2017, foram publicados 365 (trezentos e sessenta e cinco) editais de licitação pelas Unidades Jurisdicionadas da Presidência da República, totalizando R\$ 389 (trezentos e oitenta e nove) milhões. Desse universo, foram selecionados 82 (oitenta e dois) editais para análise, o que originou várias recomendações relacionadas a fragilidades na estimativa dos preços, com benefício financeiro potencial aos cofres públicos no valor de 83 (oitenta e três) milhões em cinco anos, uma vez que tratam-se de editais para contratações de serviços continuados. Por meio desse trabalho, houve, ainda, benefícios não financeiros, dentre os quais destacam-se a retirada de cláusulas restritivas à competitividade; ajustes na estimativa da quantidade da demanda e adequações em exigência de qualificação técnica.

Consultoria para o Programa de Parcerias de Investimentos – PPI

Foram realizadas ações destinadas ao assessoramento e consultoria referentes às questões voltadas ao controle interno junto aos órgãos com projetos habilitados pelo Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos – CPPI, com vistas a subsidiar os trabalhos da Secretaria do PPI.

A atuação preventiva, nesse caso, foi importante para evitar adversidades futuras em relação à inconformidade de atos, além de fortalecer os controles internos dos respectivos órgãos.

Realização de 11 auditorias anuais de contas

Foram realizadas 11 (onze) Auditorias Anuais de Contas, destinadas à avaliação da Gestão no âmbito da Presidência da República e Vice Presidência da República.

Atos de Pessoal

No exercício de 2017, foram deflagradas ações de controle com vistas a avaliar os procedimentos adotados pelos Órgãos de Pessoal da estrutura organizacional da Presidência da República nas concessões e alterações dos atos de aposentadoria e pensão, em consonância com a legislação e normas vigentes, que resultaram na emissão de diligências e pareceres de legalidade, bem como despachos de monitoramento de fragilidades identificadas.

Cartilha de aposentadorias e pensões

Com a premissa de atuar com foco em ações de caráter preventivo e orientativo, foi desenvolvida a Cartilha de Aposentadorias e Pensões, com base nas experiências agregadas pela avaliação dos atos de aposentadorias e pensões emitidos pelas Unidades Jurisdicionadas da Presidência da República. A cartilha foi elaborada de maneira didática, organizada com perguntas e respostas, com o objetivo de esclarecer questões conceituais, visando, inclusive,

atender aos gestores públicos iniciantes no assunto. A publicação ocorreu em dezembro de 2017 e está disponível no site da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Auditoria em Folha de Pagamento

Auditoria Especial, concluída no exercício de 2017, teve por objetivo a avaliação de procedimentos, providências e processos relativos ao tratamento de supostos passivos, decorrentes dos pagamentos da Gratificação por Produção Suplementar - GPS e da Gratificação Específica de Publicação e Divulgação da Imprensa Nacional - GPEDIN no âmbito da Imprensa Nacional.

Auditoria de Recursos Externos

Auditoria realizada no Projeto Articulação e Diálogo sobre Políticas para Reduzir a Pobreza e Desigualdade no Nordeste Semiárido – Projeto Dom Helder Câmara II (PDHC – II), executado pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário da Casa Civil da Presidência da República (SEAD/CC/PR), relativamente aos exercícios de 2014, 2015 e 2016, decorrente de Acordos de Financiamento firmados com o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola-FIDA.

Ações de Ouvidoria:

A Ouvidoria da Presidência da República atua como unidade de Ouvidoria de todos os órgãos da Presidência da República, quais sejam, Casa Civil, Gabinete de Segurança Institucional, Secretaria de Governo e Secretaria-Geral.

Desse modo, apresenta-se o número de manifestações recebidas pela Ouvidoria/PR a partir da publicação do Decreto nº 9.038, de 26 de abril de 2017, quando a unidade foi criada,, considerando o total de manifestações afetas a todos os órgãos da Presidência da República e Vice-Presidência da República. Foram 846 manifestações no exercício, em que 63,5% foram, de fato, relativas à Presidência da República, sendo que dessas, 34,3% foram reclamações, seguidas por 28,6% de solicitações e 18,7% de denúncias, 13,2 % sugestões e 5,2 % elogios. Todas as manifestações foram tratadas e respondidas ao demandante dentro do prazo normativo de 20 dias, com o tempo médio de atendimento em dias de 8,96.

Em 2017, foi realizado, também, o I Encontro de Ouvidores dos Órgãos e Entidades da Presidência da República. No evento foram compartilhadas, pelos Ouvidores presentes, as boas práticas instituídas, bem como apresentados o balanço de 2017 e o planejamento, para 2018, dos trabalhos de ouvidoria. Na oportunidade, a Ouvidoria/PR apresentou o Formulário de Autoavaliação dos Mecanismos de Transparência e Controle Social, instrumento que servirá para subsidiar a supervisão da atuação das ouvidorias dos órgãos e entidades que compõem a estrutura da Presidência da República, cujos resultados agregarão os trabalhos de Auditoria Anual de Contas 2017, em consonância com o escopo definido.

Capacitações

Em contribuição ao aprimoramento dos conhecimentos dos gestores federais da Presidência da República (bem como respectivas unidades e entidades à ela vinculadas), Vice-Presidência da República e Advocacia-Geral da União nos temas relacionados à área de atuação do Sistema de Controle Interno, esta Ciset organizou, em parceria com a Secretaria de Administração, os eventos de capacitação “Processo Administrativo Disciplinar” e “Gestão de Riscos”.

O primeiro evento teve por objetivo imediato orientar os servidores para interpretação e cumprimento da legislação pertinente às atividades disciplinares, bem como para uniformização dos procedimentos atinentes ao seu exercício.

O segundo evento auxiliou os gestores na organização de seus processos de gestão de riscos, bem como contribuir para o aprimoramento de práticas de gerenciamento de riscos, contribuindo para a implementação das orientações contidas na Instrução Normativa Conjunta do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria Geral da União - CGU e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP, qual seja a IN MP/CGU nº 1, de 10 de maio de 2016.

Considerando os dois eventos foram capacitados 136 servidores da Presidência da República (bem como respectivas unidades e entidades à ela vinculadas), Vice-Presidência da República e Advocacia-Geral da União.

2.5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO

O processo de elaboração do Planejamento Estratégico da Secretaria-Geral da Presidência da República foi iniciado ao final do exercício de 2017 e será continuado em 2018, incluindo os indicadores de desempenho.

3 GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

3.1 DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA

Para viabilizar a adoção de práticas de governança, gestão de riscos e controles, a Secretaria-Geral da Presidência da República conta com as seguintes estruturas de órgãos colegiados:

Comitê de Governança, Riscos e Controles, instituído por meio da Portaria SG nº 13, de 6 de junho de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 108, Seção 1, de 7 de junho de 2017, com o objetivo de adotar medidas para a sistematização de práticas relacionadas à gestão de riscos, controles internos e governança no âmbito da Secretaria-Geral da Presidência da República. O Comitê é presidido pelo Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República e composto pelos titulares das seguintes unidades: Secretaria-Executiva, Secretaria de Administração, Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos, Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos, Secretaria Especial de Comunicação Social, Secretaria de Controle Interno.

A Secretaria-Geral, por intermédio da Secretaria de Administração, como órgão setorial da Presidência da República no Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal junto ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, e considerando recomendação do órgão de controle externo, constante do Acórdão nº 3023/2013-TCU-Plenário, instituiu o Comitê Estratégico de Gestão de Pessoas da Presidência da República (CEGP/PR), por meio da Portaria nº 34, de 6 de novembro de 2014, com a finalidade propor e assegurar a implantação da política de gestão de pessoas nos órgãos que compõem a Presidência da República.

O CEGP/PR é uma instância de apoio ao Secretário-Executivo da Secretaria-Geral, que tem por objetivo fazer com que os órgãos da Presidência da República, que são impactados pela gestão interna coordenada pela SA, participem do direcionamento, monitoramento e avaliação da atuação da gestão de pessoas, com vistas à condução de políticas de pessoal que otimizem resultados, reduza riscos e agregue valor aos órgãos presidenciais no atendimento às suas necessidades e expectativas.

Em 2015, foram designados os representantes, titular e suplente, dos órgãos da Presidência da República para atuarem no referido Comitê, conforme Portaria nº 364, da Secretaria-Executiva da Secretaria-Geral, publicada no Diário Oficial da União de 21 de julho de 2015.

Destaca-se que a Secretaria-Geral da Presidência da República por meio da Secretaria de Administração, envolveu os principais gestores e grupos interessados na construção do plano anual de capacitação e no redesenho do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho, alinhando estas políticas ao plano e/ou projetos estratégicos da PR. Além disso, houve um diálogo permanente com a alta administração dos principais órgãos integrantes da PR sobre o impacto do Decreto nº 9.144/2017, que dispõe sobre as cessões e as requisições de pessoal em que a administração pública federal seja parte. Fatos estes mostram o envolvimento das partes interessadas na proposição de políticas de gestão de pessoas, papel relevante da governança em gestão de pessoas.

- Comitê de Governança Digital da Presidência da República - CGD/PR,

O Comitê de Governança Digital da Presidência da República - CGD/PR, substituto do antigo CGTI/PR, foi criado pela Portaria nº 15, de 4 de julho de 2017, tem como objetivo aprimorar os serviços relacionados à tecnologia da informação e comunicação desenvolvidos na Presidência da República, propondo planos políticas, normas e diretrizes que assegurem o alinhamento destes serviços às necessidades institucionais, além de atuar na avaliação e análise de assuntos relativos aos objetivos estabelecidos nessa portaria.

A coordenação do Comitê é realizada pelo Secretário de Administração da Secretaria-Geral da Presidência da República (SG), conforme disposto no inciso I-a do artigo 2º da mesma portaria, e possui os seguintes representantes:

- I. cinco da Secretaria-Geral (SG), sendo:
 - a) dois da Secretaria de Administração (SA), sendo um da Diretoria de Tecnologia e o Secretário de Administração;
 - b) um da Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI);
 - c) um da Secretaria Especial de Comunicação Social (SECOM); e
 - d) um da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos (SAE);
- II. dois da Casa Civil (CC), sendo um da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD);
- III. um da Secretaria de Governo (SeGOV);
- IV. um do Gabinete de Segurança Institucional (GSI);
- V. um do Gabinete Pessoal do Presidente da República (GP); e
- VI. um da Vice-Presidência da República (VPR).

O Comitê reúne-se, ordinariamente, a cada dois meses, e, extraordinariamente, por convocação de seu Coordenador ou por solicitação de, no mínimo, um terço mais um de seus membros.

O artigo 6º da portaria supramencionada, apresenta as seguintes competências do Comitê (grifo nosso):

“Art. 6º Compete ao CGD/PR:

I - aprovar o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação - PETIC, até o último mês que anteceda a vigência do Plano anterior;

II - aprovar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC, a partir de proposta a ser apresentada pela DITEC, até o último mês que anteceda sua vigência;

III - propor normas que assegurem o alinhamento das ações de tecnologia da informação e comunicação, no âmbito da Presidência da República;

IV - estabelecer cronograma para a elaboração e aprovação do PETIC e do PDTIC;

V - analisar e aprovar, em consonância com o PDTIC, a priorização dos projetos e demandas de Tecnologia da Informação e Comunicação; e

VI - opinar sobre a alocação dos recursos orçamentários destinados à TIC, bem como sobre alterações posteriores que provoquem impacto significativo sobre a alocação inicial.”(SG-PR, 2017).

Em 2017, a atuação do CGD/PR teve papel estratégico para o cumprimento da missão institucional da Secretaria-Geral da Presidência da República, pois através de ações conjuntas dos órgãos integrantes do Comitê foi possível a revisão e criação de planos e políticas, bem como a definição de estratégias voltadas para o investimento e implementação de soluções de TIC.

Destaca-se a instituição da Política de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação da Presidência da República (PGTIC/PR), que, além de promover o uso eficaz, eficiente da TIC no âmbito da PR, tem como objetivo definir os papéis e responsabilidades nas tomadas de decisões sobre TIC, e prover transparência na aplicação dos recursos públicos, no desempenho e nos resultados das iniciativas de TIC.

Outra relevante ação foi a constituição de dois grupos de trabalho, com o objetivo de revisar o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação da PR – PETIC/PR 2014-2018 e a Política de Segurança da Tecnologia da Informação da Presidência da República – POSITEC, instituída pela Portaria nº 310, de 2 de julho de 2009, os quais concluíram seus trabalhos em dezembro de 2017.

Com cinco reuniões ordinárias realizadas em 2017, o CGD/PR fomentou o debate de ideias e propostas, com os seguintes resultados:

- Aprovação do Regimento Interno do CGD/PR, publicado na Resolução nº 1, de 22 de setembro de 2017;
- Revisão do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação da PR – PETIC/PR 2014-2018, publicada na Resolução nº 1, de 18 de janeiro de 2018;
- Elaboração do Plano de Contratação de TIC – PCTIC para 2018;
- Revisão da Política de Segurança da Tecnologia da Informação da Presidência da República, que passou a se chamar Política de Segurança da Informação em meios tecnológicos – POSITEC, a ser aprovada na 1º reunião ordinária do CGD/PR de 2018;
- Elaboração da Norma de Utilização do Serviço de Impressão, publicada no Boletim Eletrônico da Presidência da República, de 09 de fevereiro de 2018; e
- Elaboração da Política de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação da Presidência da República (PGTIC/PR), publicada na Resolução nº 2, de 27 de setembro de 2017;

3.2 ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS

As atividades de correição relacionadas à apuração de ilícitos disciplinares no âmbito dos órgãos integrantes da Presidência da República, incluindo suas entidades vinculadas, e da Vice-Presidência da República, são de iniciativa originária das respectivas autoridades administrativas nos termos do art. 143 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Nesse sentido, na esfera de suas atribuições e com base nas Portarias Ciset nº 60/2017 e CGU nº 335, de 30 de maio de 2006, a Secretaria de Administração, no exercício de 2016, instaurou procedimentos apuratórios, dentre os quais, alguns foram finalizados no exercício de 2017, e outros permanecem em andamento, concernentes a irregularidades ocorridas no âmbito dos macroprocessos finalísticos, dentre os quais se destacam os processos de sindicância que foram abertos pela Secretaria-Geral/PR, conforme quadro abaixo:

Tabela 1– Relação de processos instaurados no exercício de 2016, dentre os quais, alguns foram finalizados no exercício de 2017, e outros se encontram em curso

Nº PROCESSO	OBJETO	FASE
Sindicância Investigativa 00088.000681/2016-69	Apurar possíveis irregularidades referentes ao desaparecimento de 07 (sete) bens não localizados em inventários e registrados na Conta Contábil 123110406 - Obras de Artes	Relatório final entregue em 18/12/2017. Encaminhado para julgamento.
Sindicância Investigativa 00088.000665/2016-76	Apurar extravio de 133 bens não localizados nos inventários anteriores a 2010, realizados no Palácio do Planalto e Alvorada.	Relatório Final assinado em 14/8/2017 e inserido no SEI para encaminhamento ao SA em 16/8/2017. // Por meio de Nota Técnica SA de 9/1/2018, a autoridade julgadora solicitou a realização de diligências complementares - CSI reconduzida por meio da Portaria de Recondução SA nº 5, de 9/1/2018, publicada no BE em 10/1/2018.
Sindicância Investigativa 00038.000004/2017-17 Criado novo Proc SEI 00040.000020/2018-41	Apurar supostas irregularidades apontadas quanto a danos em obras de arte, referentes aos Processos SEI de nºs: 00038.000005/2017-61, 00038.000003/2017-72, 00038.000208/2016-77 e 00038.000212/2016-35, anexados ao Processo nº 00038.000004/2017-17.	Encaminhado para julgamento em 07/04/2017.
Sindicância Investigativa 00140.000114/2016-21	5201 (Escritório Regional de SP), 5090 (DDH) e outras sob responsabilidade da SA.	Concluída/Relatório Convertido em diligência. Reconduzida.

Sindicância Investigativa 00140.000113/2016-86 Ref. 00088.002397/2014 e 00088.002398/2014) (SEI 00094.001274/2017-71)	Regularização patrimonial de não localização de bens móveis identificados em inventários rotativos, realizados nos exercícios de 2011, 2012 e 2013, nas unidades 5039 -Alvorada e 5048 – Torto	1. Concluída/Relatório
Sindicância Investigativa 00087.000634/2016-25	Apurar eventuais irregularidades relacionadas ao Processo 00140.000057/2010-94, bem como demais fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos	Concluída/Relatório
Sindicância Investigativa 00088.001605/2016-71	Apurar os fatos de danificação em obras de artes apontados no Relatório de Auditoria Operacional nº 02 de 2016 da Ciset e de mais fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos.	Concluída/Relatório
Sindicância Investigativa 00140.000334/2016-54	Apurar eventuais fragilidades ou irregularidades quanto à atuação da Comissão Permanente de Cessão e Alienação de Bens Móveis, conforme apontamento do Relatório de Auditoria Operacional Ciset/PR Nº 02/2016.	Concluída/Relatório
Sindicância Investigativa 00088.001645/2016-12 (ref. Orig. 00040.000229/2016-43)	não localização de bens nos inventários anuais quanto aos anos 2010, 2011 e 2013, nas unidades nº 5004, 5068, 5069, 5096, 5096-100, 5101, 5114, 5124, 5302 e 5304 - Rel. Auditoria Operacional 2/2016-Ciset - Rel. Auditoria TCU	Concluída/Relatório
Sindicância Investigativa 00088.001646/2016-67 (ref. Orig. 00040.000230/2016-79)	não localização de bens no inventário anual quanto ao ano 2014, nas unidades nº 5004, 5011, 5020, 5024, 5039, 5048, 5068, 5069, 5123, 5302, 5312 e 5312 Origem: - Rel. Auditoria Operacional 2/2016-Ciset - Rel. Auditoria TCU;	Concluída/Relatório Convertido em diligência; Reconduzida.
Sindicância Investigativa 00088.001647/2016-10 (ref. Orig. 00040.000231/2016-12)	não localização de bens no inventário anual quanto ao ano 2015, nas unidades nº 5008, 5011, 5023, 5039, 5068, 5071, 5096, 5123, 5302 e 5312 Origem: - Rel. Auditoria Operacional 2/2016-Ciset	Concluída/Relatório

Sindicância Investigativa 00040.00095/2017-41	Apurar eventuais responsabilidades pelos atos e fatos da gestão relacionados ao processo nº 00040000231/2013-70 - Edf. Dario Macedo	Concluída/Relatório
Sindicância Investigativa 00040.000326/2017-17	Apurar: (a) a real superveniência dos fatos relatados na justificativa que deu azo a contratação em tela; e (b) a ocorrência de eventuais indícios de autoria e materialidade que possam vir a configurar falta de planejamento, desídia ou má gestão na realização da nova licitação para o objeto em comento, que, neste momento, encontra-se em sua fase externa, no bojo dos autos do processo 00094.000551/2017-28 e conforme Decisão SA nº 54/2017	Em andamento
Sindicância Investigativa 00088.001797/2017-04	extravio de componentes eletrônicos de microcomputador da Secretaria de Assuntos Estratégicos, nos autos do processo 00088.001797/2017-04 , e demais fatos conexos que porventura emergirem no decorrer dos trabalhos, e conforme Decisão SA nº 58/2017	Em andamento
Sindicância Investigativa 00088.001867/2017-16	extravio na extinta Secretaria de Portos de 62 (sessenta e dois) bens listados nos autos do processo 00088.001867/2017-16, e demais fatos conexos que porventura emergirem no decorrer dos trabalhos.e conforme Decisão SA nº 57/2017.	Em andamento

*//Fonte: consulta realizada junto à Secretaria-Geral/PR

3.2.1 Atuação da Corregedoria da Secretaria de Controle Interno da Secretaria-Geral da Presidência da República da PR

De forma semelhante, compete à Corregedoria, órgão integrante da estrutura da Secretaria de Controle Interno da Secretaria-Geral da Presidência da República, a instauração, a condução e o acompanhamento de procedimentos correccionais, com base na competência insculpida no artigo 26, §3º, da Portaria Ciset nº 60, publicada no DOU de 22 de novembro de 2017.

O referido dispositivo legal refere-se à prerrogativa desta Ciset em atuar como autoridade instauradora de procedimentos disciplinares, de forma concorrente à autoridade com competência originária, quando configurados os pressupostos que demandem tal atuação, notadamente em infrações de natureza grave nos casos de i) complexidade, relevância da matéria e expressividade do valor do dano ao patrimônio público; ii) - envolvimento de autoridades ocupantes de cargos DAS 101.4 ou 102.4, ou superior, ou de outros cargos de direção, chefia ou assessoramento equivalentes ou superiores; e iii) - envolvimento de servidores ou empregados públicos de mais de uma unidade jurisdicionada.

Nesse seguimento, especificamente no âmbito da Secretaria-Geral da Presidência da República da PR, o Secretário de Controle Interno, por meio da Portaria nº 27, de 22/9/2016,

publicada no Boletim Interno do mesmo dia, constituiu comissão de Sindicância Investigativa, para apurar denúncia anônima sobre a gestão administrativa no âmbito da Coordenação de Engenharia da Diretoria de Recursos Logísticos da referida Secretaria de Administração (COENGE/DILOG/SA/SEGOV-PR), sendo julgada em dezembro/2017, com proposta de instauração de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor dos denunciados.

A Corregedoria também realizou acompanhamento de procedimentos disciplinares instaurados no âmbito da Secretaria-Geral da Presidência da República a fim de verificar a regularidade dos trabalhos desenvolvidos pelas Comissões.

Nessa perspectiva, a Corregedoria/CISET/SG-PR autuou o processo para acompanhar o processo de Sindicância Investigativa acima referida; bem como autou processo para o acompanhamento de 6 seguintes sindicâncias instauradas pela Secretaria de Administração da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Já no que toca à atuação da Corregedoria em relação às demais unidades da Presidência da República, seguem dados relativos às instaurações diretas e acompanhamentos realizados:

Tabela 2 - Relação de processos instaurados pela Secretaria de Controle Interno no exercício de 2016/2017, dentre os quais, alguns foram finalizados no exercício de 2017, e outros se encontram em curso

Nº PROCESSO	OBJETO	FASE
00010.001195/2016-61 Sindicância Investigativa (SG)	apurar denúncia anônima sobre a gestão administrativa no âmbito da Coordenação de Engenharia da Diretoria de Recursos Logísticos da referida Secretaria de Administração (COENGE/DILOG/SA/SEGOV-PR)	Julgada em 12/2017
00010.001164/2016-19 PAD - SECOM	Denúncia veiculada na mídia, acerca de suposto esquema de fraudes em licitações, supostamente favorecidas por ex-Diretor da Secretaria de Comunicação Social da Casa Civil da Presidência da República.	Encaminhado para Julgamento em 28/02/2018
00010.000547/2017-42 Sindicância Investigativa SEAD	Sindicância Investigativa incumbida de apurar os fatos relacionados ao Processo nº 00010.000547/2017-42, bem como outros fatos conexos que forem constatados no curso da investigação.	Julgado em 07/02/2018
00010.000572/2017-26 Sindicância Investigativa SEAD	Sindicância Investigativa incumbida de apurar os fatos relacionados ao Processo nº 00010.000572/2017-26 bem como outros fatos conexos que forem constatados no curso da investigação.	Encaminhado para Julgamento em 20/02/2018 Recomendação de instauração de PAD
00010.001303/2016-04 Sindicância Investigativa SECOM	Instauração de Sindicância Investigativa destinada a apurar irregularidades apontadas no Relatório de Auditoria Especial nº 04/2013, bem como no Relatório de Demandas Externas nº 00190.003455/2013-10, que trata de exames realizados na execução de contrato de publicidade firmado pela Secretaria Especial de Comunicação Social da Casa Civil da Presidência da República.	Instrução

00010.000992/2016-21 PAD Imprensa Nacional	Apurar eventuais responsabilidades administrativas descritas no Relatório de Auditoria Operacional nº 01/2016, oriundo da CGAF/CISET/SG-PR, que trata do Fluxo Operacional da Imprensa Nacional, relativo ao faturamento das publicações de matérias no DOU.	Instrução
00010.001403/2016-22 PAD Imprensa Nacional	Instauração de Processo Administrativo Disciplinar destinado a apurar supostas irregularidades funcionais quanto à gestão de bens de almoxarifado e empréstimo de bobinas de papel no âmbito da Imprensa Nacional. Referente ao Processo nº 00034.000580/2016-13 (Volume Único), da IN/CC-PR.	Instrução
00010.001388/2016-12 PAD SUPAR/SEGOV	Apurar fatos relacionados ao Processo nº 00010.001388/2016-12, bem como outros conexos que emergirem no curso da apuração. Inquérito Policial nº 628/2013 - Operação "Águia de Haia".	Instrução
00010.000298/2017-95 PAD ITI	Processo Administrativo Disciplinar para apurar irregularidades relacionadas ao Processo nº 00010.000981/2015-61, bem como conexos. Utilização de veículo para fins particulares.	Instrução
00010.000409/2017-63 Sindicância Investigativa ITI	Denúncia anônima relativa ao ITI, acerca de possível favorecimento de empresa em processos de credenciamento e repasse de informações relacionadas a acordos de certificação digital com o Governo da República de Cabo Verde. Possível atuação do denunciado como intermediário de Autoridade Certificadora junto ao ITI.	Instrução
00010.000926/2017-04 PAD EPL	Processo Administrativo Disciplinar para apurar os fatos relacionados ao Processo nº 00190.502611/2015-92, bem como outros fatos conexos que emergirem no curso da apuração. Trata-se de contratação irregular da Associação Wernher Von Braun, por inexigibilidade de licitação.	Termo de Indiciamento em março/2018
00010.000398/2017-11 Termo de Ajustamento de Conduta	Ocorrência Operacional, relativa a incidente ocorrido durante Evento Presidencial, com envolvimento de servidor do Cerimonial da Presidência com militares do GSI	Termo de Ajustamento de Conduta celebrado em 6/7/2017

Tabela 3 Relação de procedimentos acompanhados pela Corregedoria/CISET/SG-PR no exercício de 2016 e 2017, dentre os quais, alguns foram finalizados no exercício de 2017, e outros se encontram em curso

Unidade Jurisdicionada	Objeto	Fase
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/MT 00010.000048/2017-55	Operação deflagrada pela Polícia Federal, "Operação Theatrum", com o objetivo de apurar o cometimento de crimes por servidores do INCRA	Processo em acompanhamento
Gabinete de Segurança Institucional – GSI 00010.000851/2016-17	Manifestação encaminhada pela OGU/CGU. Pedido de acesso à informação NUP 00077.001045/2014-11.	Processo em acompanhamento
Secretaria-Geral	Envio de representação para fins de apuração encaminhada pela Corregedoria-Geral do Ministério da Fazenda.	Homologada em 26/09/2017
Imprensa Nacional 00034.003901/2016-31	Exame de Processo de Sindicância destinado à apuração de eventual responsabilidade funcional cometida por servidor da Imprensa Nacional	Homologado em 08/11/2017
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/PA Santarém 00190.502893/2015-28	Realizar análise do Processo de Acompanhamento e Supervisão nº 00190.502893/2015-28, que trata da suposta venda ilegal de lotes e regularização fundiária investigada pela Operação Filial da Polícia Federal	Processo sobrestado.
Advocacia-Geral da União 00010.000358/2017-70	Trata-se de acompanhamento das providências adotadas pela AGU sobre identificação de servidores que estariam exercendo gerência de sociedade privada em contrariedade ao disposto no art. 117, inciso X, da Lei nº 8.112/90.	Processo concluído em 30/10/2017
Instituto Nacional de Tecnologia da Informação 00010.000409/2017-63	Realizar juízo de admissibilidade de denúncia sobre vazamento de informações e credenciamento indevido de pessoas em sistema de informações do ITI.	Processo concluído em 08/11/2017 com recomendação de instauração de PAD
Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário 00190.012559/2014-04	Realizar análise de informações encaminhadas pela CGU, a fim de verificar se é caso de acompanhamento da matéria pela Corregedoria ou de arquivamento.	Processo em acompanhamento
Superintendência Regional do Incra/TO 00106.010974/2016-99	Notícia de possível irregularidade referente à contratação do terceirizado (Francisco Genivaldo do Nascimento Sousa) que supostamente participou na invasão do INCRA-TO, juntamente com o Movimento Sem Terra (MST), Movimentos Atingidos por	Processo em acompanhamento

	Barragens (MAB), e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Tocantins (FETAET) e outros, ocorrida nos dias 9 e 10 de junho de 2016.	
Secretaria Nacional da Juventude 00019.000332/2017-41	Juízo de admissibilidade ref. a abandono de cargo.	Homologada em 07/12/2017
Superintendência Regional do Incra/TO 00010.000645/2017-80	Juízo de admissibilidade relativo à eventual omissão em ref. à pedido de informações da DPU	Processo em acompanhamento
Advogacia-Geral da União 00010.000739/2017-59	Recebimento de remuneração por servidor afastado	Processo em acompanhamento
Superintendência Regional do INCRA/MA 00010.000132/2017-79	Inquérito Civil nº 1.19.004.000072/2013-12 que trata de supostas irregularidades no âmbito da Superintendência Regional do INCRA no Estado do Maranhão - SR.	Processo em acompanhamento
Secretaria de Política para as Mulheres 00036.000032/2017-54	Juízo de admissibilidade: indícios de uso indevido de senha - Sistema SIAFI	Processo concluso em 17/11/2017
00226.100136/2017-21 Superintendência Regional do Incra/TO	Denúncias de possíveis irregularidades na execução do “Programa Terra Legal” na Superintendência Regional do INCRA no estado de Tocantins.	Processo em acompanhamento
54000.034558/2017-74 Superintendência Regional do Incra/TO	Procedimentos disciplinares afetas ao estado do Tocantins.	Processo em acompanhamento
54840.000539/2017-00 Empresa de Planejamento e Logística - EPL	Juízo de admissibilidade	Processo em acompanhamento
00190.005965/2015-93 Imprensa Nacional	Juízo de admissibilidade	Processo concluso em 22/09/2017 – recomendação de instauração de PAD
00226.100114/2017-61 Superintendência Regional do Incra-TO	irregularidades na celebração e execução de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural no âmbito da SR-26/TO	Processo em acompanhamento
00226.100060/2017-33	Convênios denunciados: Com as prefeituras municipais de Araguaína (Siconv nº®	Processo em acompanhamento

Superintendência Regional do Incra-TO	838521/2016) e Santa Rosa fconvn- 838520/2016)	
00226.100091/2017-94 Superintendência Regional do Incra-TO	Ref: Protocolo DPF/TO nº08297.003620/2017-81, 10/07/2017. Convênios denunciados: Com as prefeituras municipais de Araguaína (Siconv no 838521/2016) e Santa Rosa (Siconv no 838520/2016).	Processo em acompanhamento
00226.100090/2017-40 Superintendência Regional do Incra-TO	Apuração de denúncia	Processo em acompanhamento
00226.100113/2017-16	Processo de contrato de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER nº 54400,000014/2016-15, contrato	Processo em acompanhamento
00010.000048/2017-55 (PROCESSO CONVERTIDO SEI) 00190.502439/2015-77 processo de acompanhamento CGU	O Departamento da Polícia Federal deflagrou a "Operação Theatrum", com o objetivo de apurar o suposto cometimento de crimes por servidores do Incra durante a realização de supervisão ocupacional do PA Tapurah/Itanhangá, nos anos de 2015/2016, decorrente da Operação Terra Prometida, ocorrida em 2014. Fraudes em assentamentos. Apuração de eventual cometimento de Crimes de Corrupção e de organização criminosa por parte de servidores, políticos, sindicalistas e empresários.	Processo em acompanhamento
00010.000299/2017-30	pagamentos efetuados a título de Gratificação de Produção Suplementar - GPS, no âmbito da Imprensa Nacional -IN.	Processo em acompanhamento

3.2.1.1. Demanda Externa

A Corregedoria realizou atendimento à Demanda Externa no bojo do processo 00190.100692/2017-51, relativo à Admissibilidade Disciplinar referente ao acúmulo irregular de vínculos empregatícios por servidor do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, cedido para a Corregedoria-Geral da União – CRG/CGU.

3.2.1.2 Inspeções Correcionais

Tabela 4 – Relação de Unidades que tiveram a regularidade da gestão avaliada pela Corregedoria-PR no exercício de 2017

Unidade	Nº do Processo	Objeto da Ação de Controle
INCRA SEDE 0029	00010.000144/2017-01	AAC 2016 - Incra SEDE - Avaliação da gestão do exercício de 2016.
INCRA/PA 0023	00010.000137/2017-00	AAC 2016 - Incra PA - Avaliação da gestão do exercício de 2016.
INCRA/BA 0024	00010.000140/2017-15	AAC 2016 - Incra BA - Avaliação

		da gestão do exercício de 2016.
INCRA/MA 0025	00010.000151/2017-03	AAC 2016 - Incra MA - Avaliação da gestão do exercício de 2016.
INCRA/RR 0027	00010.000139/2017-91	AAC 2016 - Incra RR - Avaliação da gestão do exercício de 2016.
INCRA/RJ 0022	00010.000135/2017-11	AAC 2016 - Incra RJ - Avaliação da gestão do exercício de 2016.
INCRA/ES 0028	00010.000147/2017-37	AAC 2016 - Incra ES - Avaliação da gestão do exercício de 2016.
INCRA/CE 0026	00010.000156/2017-28	AAC 2016 - Incra CE - Avaliação da gestão do exercício de 2016.
SEAD 0063	00010.000236/2017-83	AAC 2016 - Sead - Avaliação da gestão do exercício de 2016.

3.2.2 Utilização do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares – CGU-PAD

Acerca da utilização do Sistema CGU-PAD, seguem informações extraídas do sistema no que toca ao registro de informações relativas aos procedimentos disciplinares, em especial os de natureza contraditória.

Tabela 5 – Relação de processos disciplinares com curso no exercício de 2017 cadastrados no CGU-PAD

Processo	Data de Instauração	Situação/Fase CGU-PAD	Situação/Fase Processo Físico
00088.000681/2016-69 Sindicância Investigativa	29/04/2016	Encaminhado para julgamento	Análise/SAJ
00038.000004/2017-17 Sindicância Investigativa	07/04/2017	Instauração/Instrução	Análise/SAJ
00010.001195/2016-61 Sindicância Investigativa (SG)	22/09/2016	Processo Julgado	Processo Julgado
00010.001164/2016-19 PAD	08/08/2016	Instauração/Instrução	Encaminhado para julgamento
00010.000547/2017-42 Sindicância Investigativa	01/09/2017	Encaminhado para julgamento	Julgado
00010.000572/2017-26 Sindicância Investigativa SEAD	01/09/2017	Encaminhado para julgamento	Encaminhado para julgamento
00010.001303/2016-04 Sindicância	06/10/2016	Instauração/Instrução	Instrução

Investigativa SECOM			
00010.000992/2016- 21 PAD Imprensa Nacional	03/10/2016	Instauração/Instrução	Instrução
00010.001403/2016- 22 PAD Imprensa Nacional	10/11/2016	Instauração/Instrução	Instrução
00010.001388/2016- 12 PAD SUPAR/SEGOV	30/01/2017	Instauração/Instrução	Instrução
00010.000298/2017- 95 PAD ITI	05/05/2017	Instauração/Instrução	Instrução
00010.000409/2017- 63 Sindicância Investigativa ITI	15/09/2017	Instauração/Instrução	Instrução

*//Fonte: consultas realizadas no CGU-PAD

3.3 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Para a implementação de práticas de gestão de riscos no âmbito da Secretaria-Geral da Presidência da República foi instituída por meio da Portaria nº 59, de 11 de outubro de 2017, a Política de Gestão de Riscos – PGR da Secretaria-Geral da Presidência da República – SG/PR, que estabelece a seguinte estrutura de funcionamento:

- I – Comitê de Governança, Riscos e Controles da Secretaria-Geral da Presidência da República;
- II – Comitê de Gestão de Riscos – CGR; e
- III – Gestores de riscos.

A Política de Gestão de Riscos – PGR, com previsão de implantação ao longo do exercício de 2018, prevê que o processo de gestão de riscos na Secretaria-Geral da Presidência da República deve ser sistematizado e suportado por modelo teórico de aplicação reconhecida; considerar parâmetros internos e externos à Secretaria-Geral da Presidência da República; pautar-se em objetivos que sejam estratégicos para os processos, e considerar as políticas setoriais ou específicas da Secretaria-Geral da Presidência da República; e estar atualizado, o que requer que anualmente os processos sejam hierarquizados e priorizados e os respectivos riscos sejam identificados, analisados, avaliados, hierarquizados, priorizados, tratados e monitorados.

4 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

4.1 GESTÃO DE PESSOAS

Em 2017, por intermédio da Diretoria de Gestão de Pessoas da Secretaria de Administração (DIGEP/SA), a Secretaria-Geral da Presidência da República realizou os macroprocessos de gestão de pessoas para seis órgãos integrantes da Presidência, a saber: Secretaria-Geral, Secretaria de Governo, Casa Civil, Gabinete Pessoal, Gabinete de Segurança Institucional e Assessoria Especial da Presidência da República.

Ressalta-se que não foram considerados neste relatório informações sobre atos de gestão de pessoas relacionados à Imprensa Nacional, à Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário e à Agência Brasileira de Inteligência, mesmo sendo parte dos órgãos administrados por esta UPC, dado que essas unidades têm autonomia nessa área. gestão de pessoas, por isso não constam deste Relatório.

Além dos órgãos integrantes da PR acima citados, a SG ainda proveu a gestão de pessoas da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres (SNPM) do Ministério dos Direitos Humanos, no período de janeiro a setembro de 2017, pois, desde 2003, a citada Secretaria fazia parte da estrutura organizacional da PR. Ressalta-se que, em setembro de 2017, a SNPM retornou definitivamente para a estrutura da PR, quando foi publicado o Decreto nº 9.137/2017 da estrutura regimental da Secretaria de Governo, onde essa Secretaria atualmente se integra.

Esta seção do relatório de gestão tem o objetivo de mostrar aspectos da estrutura de gestão de pessoas que possibilita a SG atingir seus objetivos. O intuito é facilitar a compreensão da gestão de pessoas realizada pela Secretaria-Geral. Para tanto, apresentará dois quadros para cada subitem solicitado pelo Tribunal de Contas da União no sistema e-Contas.

O primeiro conjunto de quadros mostrará os dados consolidados dos seis órgãos da Presidência da República, que são administrados por esta UPC, e o segundo conjunto de quadros subsequentes apresentarão apenas os dados relativos à Secretaria-Geral, excluindo-se a Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos (SEPPI) e a Secretaria Especial de Comunicação Social (SECOM), que apresentarão tais informações em relatórios de gestão individualizados.

Destaca-se que as informações sobre a política de capacitação, os indicadores gerenciais e os riscos em gestão de pessoas abrangem o coletivo da Presidência da República.

Todos os dados foram extraídos do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE), em janeiro de 2017. Os filtros utilizados tiveram como referência o dia 31 de dezembro de 2017, sendo que ocorrências e alterações retroativas lançadas após esta data podem gerar distorções na informação prestada.

Cabe ressaltar que nas informações constantes desse item, não foram contemplados os dados referentes ao Cerimonial da Presidência da República, uma vez que essa unidade não contava da estrutura organizacional da Secretaria-Geral da Presidência da República em 31 de dezembro de 2017.

4.1.1 ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE

Órgãos da Presidência da República

Os quadros abaixo visam demonstrar a força de trabalho dos órgãos integrantes da Presidência da República, a distribuição da força de trabalho entre área meio e área fim, bem como a estrutura de cargos em comissão e de funções gratificadas, comparando a lotação autorizada com a efetiva. Refletem a situação apurada em 31 de dezembro do exercício de referência do relatório de gestão.

Quadro 11 Força de trabalho dos órgãos da Presidência da República (posição em 31/12/2017)

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	49	2638	706	344
1.1. Membros de poder e agentes políticos	19	19	4	1
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	30	2619	702	343
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	30	25	5	6
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	96	44	15
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	2498	653	322
2. Servidores com contratos temporários	0	0	0	3
3. Servidores sem vínculo com a administração pública	0	509	174	103
4. Total de servidores (1+2+3)	49	3147	880	450

Fonte: Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE)

Notas explicativas:

1 - Os membros de poder e agentes políticos incluem o Presidente da República, os Ministros de Estado e os ocupantes de cargo de Natureza Especial.

2 - Os servidores de carreira vinculada ao órgão incluem os servidores de cargo efetivo da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres.

3 - São considerados ingressos e egressos os servidores que entraram e se desligaram dos órgãos da PR em 2017, além daqueles que se aposentaram na origem e continuaram na PR com alteração de situação funcional.

Quadro 12 Distribuição da lotação efetiva dos órgãos da Presidência da República

Tipologias dos cargos	Lotação Efetiva	
	Área meio	Área fim
1. Servidores de carreira (1.1)	1607	1012
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	1607	1012
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	4	21
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	26	70
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	1577	921
2. Servidores com contratos temporários	0	0
3. Servidores sem vínculo com a administração pública	118	391
4. Total de Servidores (1+2+3)	1.725	1.403

Fonte: Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE).

Nota explicativa: incluiu-se na área meio todas as unidades organizacionais que trabalham diretamente com a gestão interna dos órgãos da PR, a saber: Ajudância de Ordens do Gabinete Pessoal, Diretoria de Gestão Interna do Gabinete Pessoal, Secretaria de Administração da SG/PR, Secretaria de Controle Interno da SG/PR, Departamento de Gestão Interna da SG/PR, Departamento de Gestão da Secretaria Especial de Comunicação Social da SG/PR; Departamento de Gestão Interna/SEGOV, Coordenação-Geral de Assuntos Administrativos da Casa Civil, Coordenação-Geral de Gestão Interna da Casa Civil, Departamento de Gestão Interna da SEGOV/PR, Secretaria de Segurança e Coordenação Presidencial do GSI/PR, e Departamento de Gestão do GSI/PR.

Quadro 13 Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas dos órgãos da Presidência da República

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	1.166	1.057	319	159
1.1. Cargos Natureza Especial	14	14	2	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1.152	1.043	317	159
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	4	3	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	45	19	4
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	485	121	52
1.2.4. Sem Vínculo	0	447	155	90
1.2.5. Aposentados	0	62	19	13
2. Funções gratificadas	2.195	1.836	445	136
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	5	1	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	17	6	3
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	1.814	438	133
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	3.361	2.893	764	295

Fonte: Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE) e Sistema de Pessoal da PR.

Nota explicativa:

1 - Os cargos de Natureza Especial aqui contabilizados referem-se aos cargos ocupados pelos Secretários-Executivos, Subchefes, Secretários Especiais, Assessor Especial do PR e Chefe de Gabinete do Gabinete Pessoal do PR.

Distribuição dos servidores dos órgãos da Presidência da República por faixa etária					
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
Total de servidores	15%	24%	31%	22%	8%

Fonte: Sistema de Pessoal da Presidência da República

Distribuição dos servidores dos órgãos da Presidência da República por escolaridade						
	Ensino fundamental	Ensino médio	Ensino superior	Pós graduação	Mestrado	Doutorado
Total de servidores	10%	36%	37%	10%	6%	1%

Fonte: Sistema de Pessoal da Presidência da República

Análise crítica

Os órgãos integrantes da Presidência da República, basicamente, não possuem quadro próprio de pessoal. A força de trabalho tem origem em quase 200 órgãos e entidades da administração pública federal, estadual e municipal, e conta, ainda, com servidores sem vínculo empregatício com a administração pública.

Em 2017 a Presidência da República passou por uma reestruturação organizacional, com pouco impacto na composição da força de trabalho em relação ao ano de 2016. Houve alterações nas estruturas organizacionais da Casa Civil, Secretaria de Governo, Gabinete de Segurança Institucional e Gabinete de Pessoal. Além disso, foi criada a Secretaria-Geral, com um novo conjunto de competências regimentais, incluindo a recriação da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos, que tinha sido extinta em 2015.

De 2016 para 2017, a força de trabalho composta por servidores públicos ou empregados públicos com vínculo com a administração pública passou de 85% para 83%, enquanto que os profissionais sem vínculo e nomeados em cargo em comissão de 15% para 16%. Ou seja, esta relação praticamente não foi alterada.

Com referência à distribuição de servidores em área meio e fim, o percentual de servidores nestas áreas se manteve nos anos de 2016 e 2017. O percentual de servidores da área fim da PR continua na ordem de 44%, sendo que desses 1.012 são servidores, ou seja, aproximadamente 72% possuem vínculo efetivo com a administração pública (em 2016, foi 75%). Na área meio, a participação de servidores de cargo efetivo alcança 93%, percentual igual a 2016.

Quanto aos cargos comissionados e funções gratificadas efetivos, 82% estão ocupados por servidores e empregados públicos com vínculo efetivo com a administração pública. Percentual próximo a 2016, que foi de 83%. Quanto aos cargos do Grupo de Direção e Assessoramento, 51% estão preenchidos por servidores ou empregados públicos.

Em termos de perfil etário, a maior parte da força de trabalho, 61%, da Presidência da República continua nas faixas de acima de 41 anos. Entretanto, o percentual de servidores abaixo de 40 anos aumentou de 34% para 39% entre os anos 2016 e 2017. Em relação à escolaridade, aumentou em 2% o número de servidores com nível superior, passando de 52% para 54%.

Secretaria-Geral

Os quadros abaixo visam demonstrar a força de trabalho da Secretaria-Geral, a distribuição da força de trabalho entre área meio e área fim, bem como a estrutura de cargos em comissão e de funções gratificadas, comparando a lotação autorizada com a efetiva. Refletem a situação apurada em 31 de dezembro do exercício de referência do relatório de gestão, sem considerar a Secretaria Especial de Comunicação Social e Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos.

Quadro 14 Força de trabalho da Secretaria-Geral da Presidência da República

Tipologias dos cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	3	907	183	32
1.1. Membros de poder e agentes políticos	3	3	3	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	0	904	180	32
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	4	1	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	22	7	3
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	878	172	29
2. Servidores com contratos temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem vínculo com a administração pública	0	100	43	9
4. Total de servidores (1+2+3)	3	1007	226	41

Fonte: Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE)

Notas explicativas:

1 - Os membros de poder e agentes políticos incluem o Ministro de Estado e os ocupantes de cargo de Natureza Especial.

2 - São considerados ingressos e egressos os servidores que entraram e se desligaram da SG durante o ano de 2017, além daqueles que se aposentaram na origem e continuaram na SG com alteração de situação funcional.

Quadro 15 Distribuição da lotação efetiva da Secretaria-Geral da Presidência da República

Tipologias dos cargos	Lotação efetiva	
	Área meio	Área fim
1. Servidores de carreira (1.1)	875	29
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	875	29
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	4	0
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	19	3
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	852	26
2. Servidores com contratos temporários	0	0
3. Servidores sem vínculo com a administração pública	71	29
4. Total de Servidores (1+2+3)	946	58

Fonte: Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE).

Nota explicativa: Por questão metodológica e com o intuito de delimitar as áreas meio e fim, incluiu-se na área meio a unidade de gestão interna da SE/SG/PR, a SA/SG/PR e a Ciset/SG/PR. Esta classificação levou em consideração a natureza das competências regimentais estabelecidas.

Quadro 16 Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da Secretaria-Geral/PR

Tipologias dos cargos em comissão e das funções Ggratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	317	256	99	21
1.1. Cargos Natureza Especial	2	2	2	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	315	254	97	21
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	2	1	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	11	4	0
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	0	141	49	12
1.2.4. Sem vínculo	0	72	35	4
1.2.5. Aposentados	0	28	8	5
2. Funções gratificadas	0	711	103	19
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	2	0	0
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	11	2	3
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	0	698	101	16
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	317	967	202	40

Fonte: Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE) e Sistema de Pessoal da PR.

Distribuição dos servidores da SG por faixa etária					
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
Total de servidores	5%	20%	30%	33%	12%

Fonte: Sistema de Pessoal da PR

Distribuição dos servidores da SG por escolaridade						
	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior	Pós Graduação	Mestrado	Doutorado
Total de servidores	12%	37%	37%	9%	4%	1%

Fonte: Sistema de Pessoal da PR

Análise crítica

Os quadros acima demonstram as características da força de trabalho da Secretaria-Geral da Presidência da República, secretaria recém criada e estruturada, por força da MP nº 768/2017, de 2 de fevereiro de 2017, do Decreto nº 9.038, de 26 de abril de 2017 e da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017.

Ao final de 2017, observa-se que, aproximadamente, 90% da força de trabalho é composta por servidores públicos ou empregados públicos com vínculo com a administração pública, enquanto 10% são sem vínculo efetivo e nomeados em cargo em comissão.

Com referência à distribuição de servidores em área meio e fim, optou-se, por questão metodológica, classificar a Secretaria de Administração e a Secretaria de Controle Interno como unidades organizacionais meio em razão da natureza de suas competências regimentais, mesmo entendendo que estas Secretarias também atuam como áreas fins, ao proverem recursos orçamentários, tecnológicos, de pessoal, materiais e logísticos, e ao realizarem os serviços de auditoria, fiscalização e avaliação da gestão para todos os órgãos integrantes da PR e externos a esta UPC.

Ademais, a área fim se apresenta reduzida, pois a força de trabalho da Secretaria Especial de Comunicação Social e da Secretaria Especial do Programa de Parceiras de Investimentos não consta dos quadros da SG/PR neste Relatório, uma vez que apresentarão a prestação de contas sem separado.

Sendo assim, a distribuição da força de trabalho da Secretaria-Geral ficou em 94% na área meio e 6% na área fim. Na área finalística, 50% são servidores com vínculo efetivo com a administração pública. A participação de servidores de cargo efetivo alcança 92% da força de trabalho nesse tipo de atividade, mesmo percentual apresentado em 2016.

Quanto aos cargos comissionados e funções gratificadas, 89% estão ocupados por servidores e empregados públicos com vínculo com a administração pública, sendo que 61% dos cargos do Grupo de Direção e Assessoramento estão preenchidos por servidores ou empregados

públicos, destacando o pleno atendimento da SG aos percentuais estabelecidos no Decreto nº 5.497, de 21 de julho de 2005.

Em termos de perfil etário, a maior parte da força de trabalho da Secretaria encontra-se nas faixas de acima de 40 anos, 75%. Em relação à escolaridade, 51% dos servidores têm nível superior.

Política de capacitação e treinamento de pessoal

O processo de Capacitação e Desenvolvimento (C&D) exercido pela Secretaria de Administração da Secretaria-Geral da Presidência da República atende os órgãos integrantes da PR e é baseado na gestão por competências. Engloba a realização de estudos e pesquisas, a prospecção de demandas, o planejamento, a implementação, a execução e a avaliação de ações de capacitação e desenvolvimento profissional.

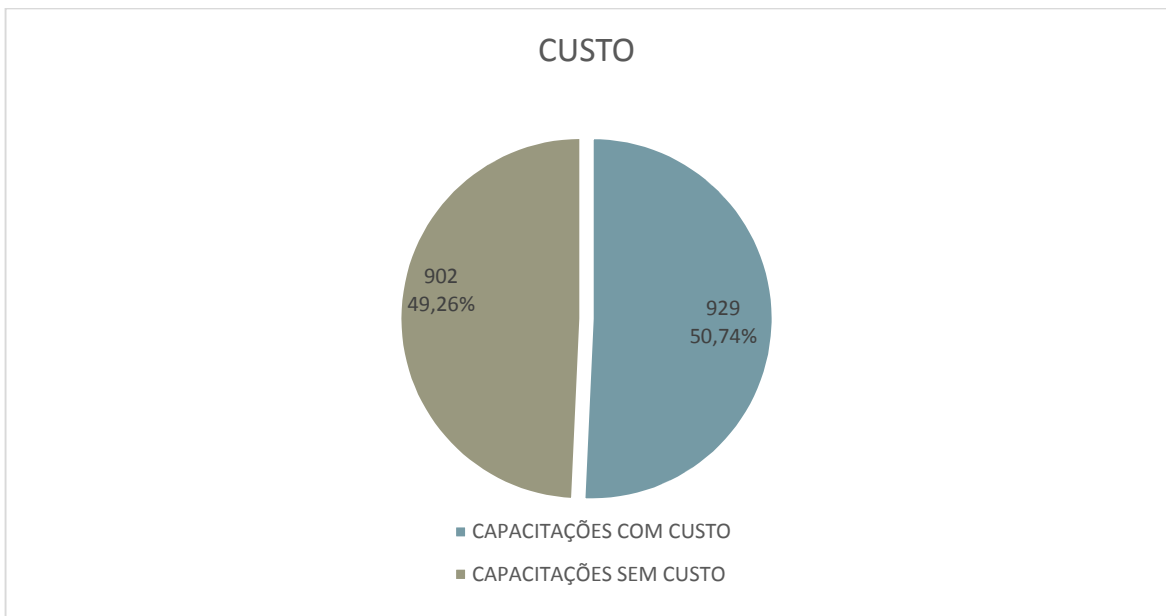
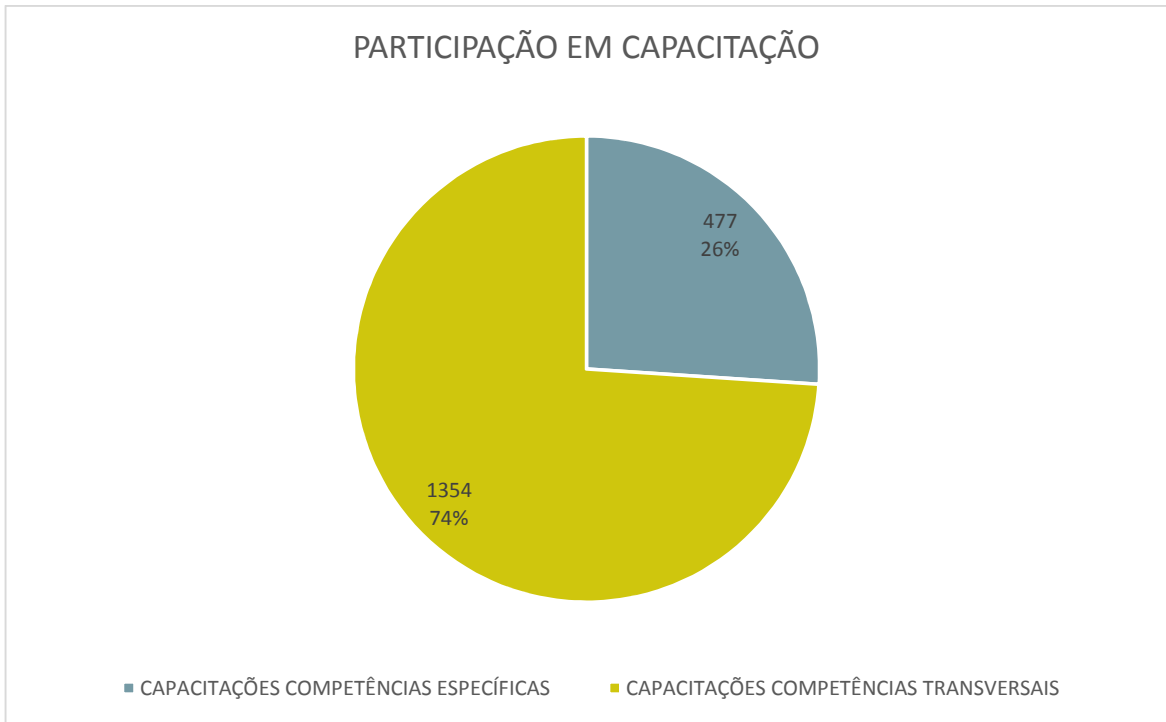
Todo o planejamento da C&D é concebido de forma participativa e alinhada aos planos, programas e projetos prioritários apresentados pelos órgãos participantes. As necessidades de capacitação e desenvolvimento profissional consensadas são insumos para o Plano Anual de Capacitação e Desenvolvimento (PACD), que estabelece as linhas gerais, as metas, as temáticas prioritárias e a distribuição de recursos para o exercício, bem como para a Programação Periódica de Capacitação e Desenvolvimento (PPCD), que especifica as ações de aprimoramento e desenvolvimento profissional a serem realizadas e define outros aspectos operativos.

As ações de capacitação e desenvolvimento profissional programadas contemplam as áreas de políticas públicas, gestão pública, assuntos jurídicos, controle interno e desenvolvimento técnico-administrativo. Destaca-se que há Secretarias finalísticas da PR que dispõem de recurso orçamentário próprio para capacitação, razão pela qual grande parte do orçamento de capacitação da SG é destinado ao custeio de iniciativas voltadas às competências transversais e às áreas meio da PR.

Quanto ao desenvolvimento das competências transversais, a Secretaria-Geral da Presidência da República atende a todos os servidores da Presidência da República, prioritariamente aqueles em exercício nos órgãos cujas atividades administrativas estão sob sua responsabilidade. Essas competências são: visão sistêmica; orientação para resultados; planejamento e avaliação; gestão de processos; criatividade e inovação; trabalho em equipe/relacionamento/participação; comunicação; diálogo e negociação; gestão da informação; ética e transparência no serviço público; e qualidade de vida e responsabilidade social.

As capacitações em áreas específicas destinam-se aos órgãos integrantes que não dispõem de recurso próprio de capacitação e compreendem os temas de políticas públicas, assuntos jurídicos e os sistemas estruturantes da gestão pública.

Em 2017 foram contabilizadas 1.831 participações em eventos de capacitação, sendo 477 voltadas para o desenvolvimento de capacitações específicas e 1.354, para competências transversais, o que corresponde a uma relação de 26,05% e 73,95%, respectivamente. Deste total, 929 participações tiveram custo, enquanto que 902 não envolveram custo direto



Destaca-se que as principais ações de capacitação em 2017 foram relacionadas à:

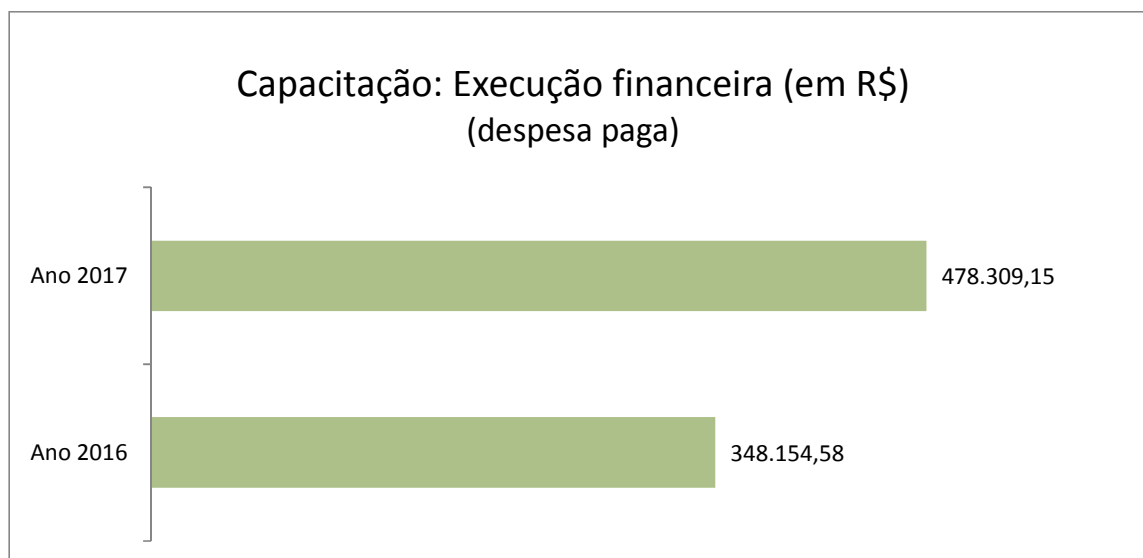
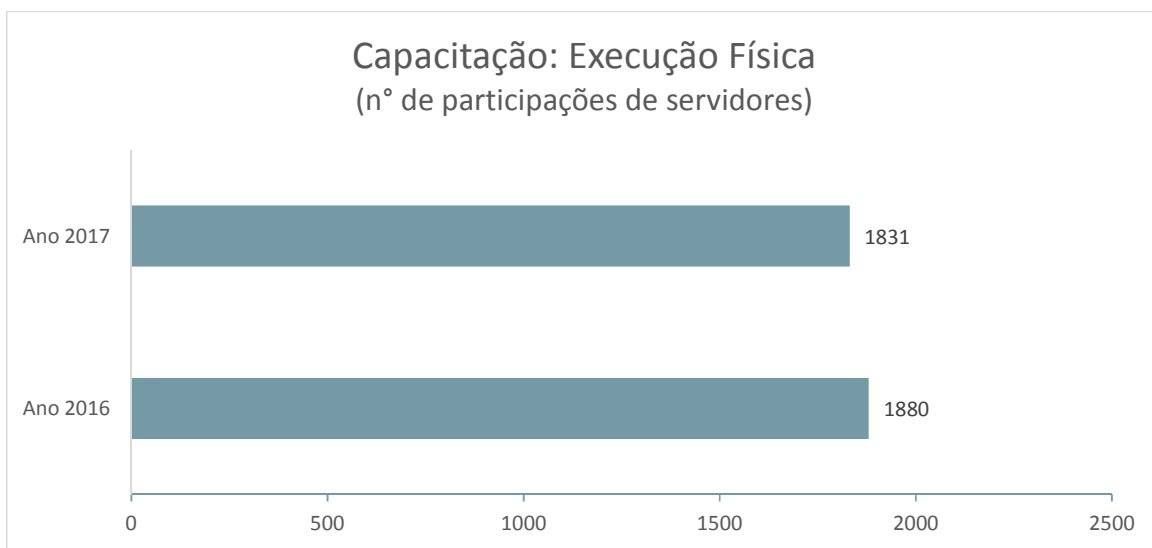
- Tecnologia da Informação (24%), em razão das capacitações em sistemas de informação e demais necessidades da área de tecnologia da PR;
- Logística (17%), em razão das capacitações realizadas referentes à IN/SEGES-MP nº 5/2017 e à melhoria da gestão patrimonial;
- Auditoria e Controle (12%), em razão das capacitações em gestão de riscos e em auditoria interna;
- Liderança (11%), em razão de eventos que abordou o papel da liderança e de capacitações em indicadores de desempenho institucional.

O ensino a distância foi utilizado como ferramenta de capacitação devido à sua flexibilidade e baixo custo. No período de janeiro a dezembro, foram oferecidos 48 eventos nessa modalidade. Foram contabilizadas 295 participações, sendo que 211 não tiveram custos, pois foram oferecidas por instituições parceiras da Presidência da República.

Durante o ano de 2017, também foram instruídos 09 processos de licença para capacitação, tendo sido concedida a licença a todos eles.

A participação dos servidores em ações de capacitação praticamente se manteve entre 2016 e 2017 (variação de 3,1%), enquanto que a execução financeira teve um aumento de 37,3% em relação a 2016. Este fato ocorreu em função de que no ano de 2016, em virtude a implantação do sistema SEI, prevista para janeiro de 2017, foram realizadas 918 capacitações do SEI, tanto na modalidade presencial quanto a distância, e todas foram sem custo para a PR, o que representou praticamente a metade da meta física daquele ano. Assim, o ano de 2016 apresentou maior número de capacitações com menor uso de recursos orçamentários, comparado a 2017.

Em relação à gestão da capacitação na PR, os gráficos abaixo retratam a execução física e financeira da capacitação na PR nos anos de 2016 e 2017.



Foram cumpridos 91,55% da meta física de 2.000 participações em eventos de capacitação e desenvolvimento profissional (1.831 participações).

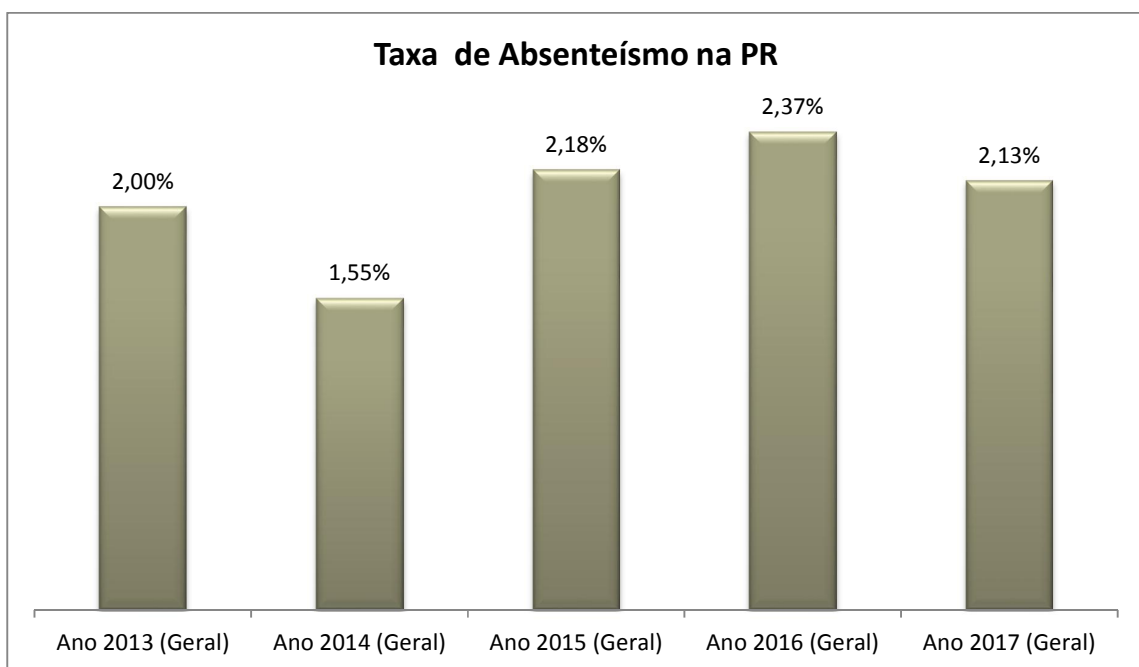
Em relação à meta financeira para capacitação e desenvolvimento, (fixada em R\$ 1.073.119,20), foi empenhado 89,3% ou a quantia de R\$ 958.344,49. Deste montante, foi solicitada a anulação de R\$ 93.659,87, referente a alguns eventos que não foram a termo em sua totalidade. Também, há o do fato de que parte do valor empenhado em 2017 só será executado em 2018, por exemplo, cursos de inglês da Casa Thomas Jefferson e da Fundação Universidade de Brasília e o Treinamento em Liderança, contratado com a empresa Dale Carnegie. Desse modo, em 2017 foi executado o valor de R\$ 478.309,15, (o que corresponde a 44,60% da meta).

Indicadores gerenciais em gestão de pessoas

- **Absenteísmo**

O absenteísmo é indicador de gestão de pessoas que auxilia o gestor na análise do ambiente de trabalho. A ausência ao trabalho pode ser oriunda de doenças, acidentes de trabalho, direitos legais (doação de sangue, participação em júri, licença maternidade), fatores sociais (doença de pessoa da família), além de uma rejeição ao próprio trabalho, gerando um impacto no alcance dos resultados organizacionais e no serviço a ser prestado à sociedade.

Nota-se, pelo gráfico abaixo, que a taxa de absenteísmo na Presidência da República é satisfatória e se encontra bem abaixo de 10%, valor a partir do qual o absenteísmo torna-se crítico. Em 2017, a taxa tem sido mantido estável em relação aos anos anteriores.

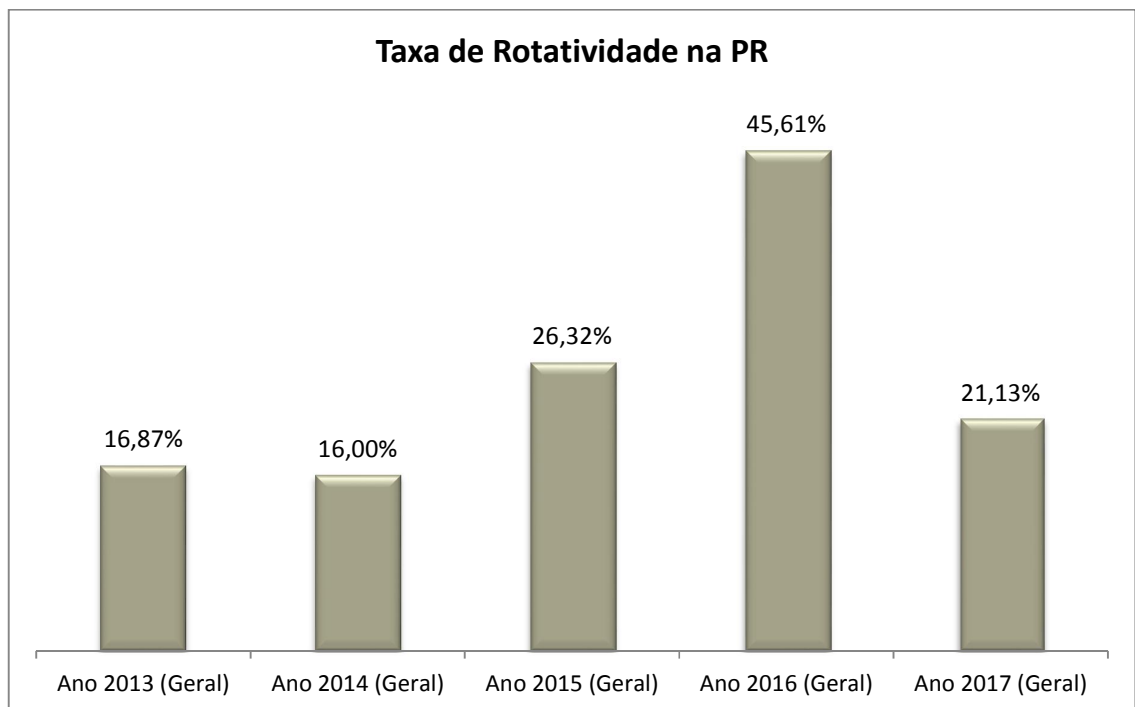


- **Rotatividade**

A rotatividade é outro indicador gerencial que retrata a relação entre a entrada e a saída de servidores e tem influência nos resultados organizacionais, seja pela perda do capital humano e a dificuldade de transferência de conhecimento adquirido, seja pelo ganho da renovação de pessoal, com novos saberes e experiências. A rotatividade também pode apontar para o nível de satisfação do servidor com o ambiente de trabalho.

Em 2017, a taxa de rotatividade foi de 21,13%, influenciada pela reestruturação dos órgãos da Presidência da República, em especial da Secretaria de Governo e Secretaria-Geral, em atendimento à Medida Provisória nº 782/2017, convertida na Lei nº 13.502/2017.

O gráfico abaixo mostra a taxa de rotatividade nos últimos cinco anos. O resultado baseou-se nos números de ingressos e egressos apresentados. A taxa de rotatividade dos ocupantes de cargo em comissão e funções gratificadas também foi na ordem de 16,83%.



4.1.2 DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM PESSOAL

Quadro 17 - Despesa do pessoal dos órgãos da Presidência da República

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2017	3.664.555,93	0,00	409.536,78	40.800,37	257.583,31	0,00	0,00	0,00	0,00	4.372.476,39
	2016	1.269.439,37	0,00	85.196,14	0,00	175.261,30	0,00	0,00	0,00	0,00	1.529.896,81
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercícios	2017	2.622.565,59	277.892,75	1.994.567,99	151.126,29	291.718,01	169.380,76	0,00	2.275,47	0,00	5.509.526,86
	2016	3.986.894,84	415.959,97	2.025.382,25	182.260,48	445.453,03	249.749,28	0,00	0,00	0,00	7.305.699,85
Servidores de carreira sem vínculo com o órgão da unidade											
Exercícios	2017	223.152,83	26.606.305,02	25.580.560,99	2.246.612,50	4.480.435,37	314.330,91	29.637,50	48.414,16	0,00	59.529.449,28
	2016	1.424.438,74	19.685.668,90	20.918.361,49	1.972.846,60	5.323.831,43	333.970,03	19.306,74	63.535,19	0,00	49.741.959,12
Servidores sem vínculo com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2017	39.342.912,37	324.189,45	4.704.831,07	919.425,44	4.672.849,20	367.291,24	0,00	7.981,11	0,00	50.339.479,88
	2016	34.674.342,05	382.257,75	2.906.799,48	582.281,57	7.404.984,11	344.780,54	0,00	51.614,60	0,00	46.347.060,10
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2017	245.735,16	0,00	191.016,27	15.221,29	21.984,00	4.354,50	0,00	0,00	0,00	478.311,22
	2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2017	0,00	0,00	1.266,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.266,67
	2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAPE

Notas explicativas:

Em 2017, incluiu-se, no segmento correspondente aos Membros de poder e agentes políticos, os cargos de Presidente da República, Ministros de Estado e de Natureza Especial, com situação funcional com ou sem vínculo efetivo com a administração pública.

No segmento servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade, consta todos os servidores da PR cuja situação funcional é Ativo Permanente no SIAPE.

No segmento servidores de carreira sem vínculo com o órgão da unidade, consta todos os servidores cuja situação funcional seja Requisitado, Requisitado Militar, Requisitado de Outros Órgãos, Exercício provisório/§7º art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, Exercício Descentralizado, Anistiado no SIAPE.

No segmento servidores sem vínculo com a administração pública, consta todos os servidores cuja situação funcional seja Nomeado em Cargo em Comissão no SIAPE.

De acordo com os dados contidos neste quadro, no cômputo geral, a despesa de pessoal em 2017 foi de R\$ 120.230.510,30. Em 2016, foi de R\$104.924.615,88. Este aumento pode ser explicado pelo acréscimo de servidores na PR e o reajuste dos cargos em comissão e funções gratificadas do Poder Executivo Federal.

A despesa com reembolso salarial de servidores e empregados públicos cedidos de empresas públicas federais, órgãos e entidades da administração pública estadual e municipal não constam deste quadro.

Quadro 18 Despesas do pessoal da Secretaria-Geral da Presidência da República

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2017	192.396,43	906,31	34.610,68	3.165,91	26.950,40	0,00	0,00	0,00	0,00	258.029,73
	2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercícios	2017	60.396,73	3.269,99	152.841,31	11.234,69	13.169,30	16.522,95	0,00	0,00	0,00	257.434,97
	2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
Exercícios	2017	5.194,01	3.991.564,45	7.423.420,14	702.017,72	676.302,66	114.146,50	0,00	17.351,49	0,00	12.929.996,97
	2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2017	4.194.547,31	17.236,20	741.408,55	80.724,33	489.090,36	30.682,98	0,00	0,00	0,00	5.553.689,73
	2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAPE

Notas explicativas:

Incluiu-se, na faixa correspondente aos Membros de poder e agentes políticos, os cargos de Ministro de Estado e de Natureza Especial.

Por ter sido criada em 2017, os dados da SG/PR constam em branco em 2016. Ressalta-se que a estrutura organizacional da SG/PR é resultado da fusão das estruturas da Secretaria-Executiva do Programa de Parcerias de Investimentos da PR, da Secretaria de Administração e da Secretaria de Controle Interno da SEGOV/PR, e da Secretaria de Comunicação Social da Casa Civil., existentes em 2016.

A despesa com reembolso salarial de servidores e empregados públicos cedidos de empresas públicas federais, órgãos e entidades da administração pública estadual e municipal não constam deste quadro.

4.1.3 GESTÃO DE RISCOS RELACIONADOS AO PESSOAL

Ressalte-se, preliminarmente, que os órgãos integrantes da Presidência da República, não possuem quadro próprio de pessoal, ressalvadas a Secretaria Nacional Políticas para Mulheres da Secretaria de Governo, a Imprensa Nacional e a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário da Casa Civil, além da Agência Brasileira de Inteligência do Gabinete de Segurança Institucional.

A força de trabalho dos órgãos integrantes da PR é constituída por servidores requisitados/cedidos de vários órgãos e entidades da administração pública federal, estadual ou municipal, além do Distrito Federal.

Neste sentido, o principal risco de gestão de pessoas na Presidência da República é a formação do seu quadro de pessoal, uma vez que há uma interdependência com a força de trabalho dos demais órgãos e entidades da administração pública.

Considerando que o capital intelectual é o intangível mais valioso da organização, o atual formato da composição da força de trabalho da Presidência da República permite uma alta rotatividade que dificulta o estabelecimento de uma cultura organizacional voltada para resultados. Isso porque, a troca frequente de servidores gera a perda do conhecimento produzido, afetando, ainda que temporariamente, a eficiência da organização e tornando necessários recorrentes investimentos de tempo e de recursos na integração e aprendizado do novo servidor.

Além disso, a publicação do Acórdão nº 3195/2016-Plenário TCU e do Decreto nº 9.144/2017, que dispôs sobre a sobre as cessões e as requisições de pessoal em que a administração pública federal seja parte, ensejou mais desafio para a composição qualificada da força de trabalho da PR. O referido Decreto, ao estabelecer limites para o reembolso remuneratório e para ocupação de cargo de comissionados por servidores e empregados de empresas estatais e órgãos/entidades estaduais e municipais, restringiu o rol de possibilidades de ingresso dos servidores para a PR ao mesmo que tempo em que reforçou a qualificação profissional.

Como forma de minimizar os fatores negativos dessa realidade, a área de gestão de pessoas da PR estruturou sua gestão estratégica em projetos prioritários, alinhada aos anseios institucionais. O objetivo é fortalecer os processos de gestão de pessoas, de forma a contribuir para a gestão estratégica organizacional.

Assim, de 2017 a 2023, a área de gestão de pessoas está organizada para realizar iniciativas voltadas ao aperfeiçoamentos dos processos de trabalho, incluindo o de Ingresso e Desligamento de Servidor; à estruturação do processo Recrutamento e Seleção por competências, com a divulgação de processos seletivos para o ingresso de servidores efetivos regidos pela Lei nº 8.112/1990; à gestão do conhecimento, com a criação do Repositório de Conhecimento e o inventário de conhecimento; à qualificação profissional, como o Banco de Talentos e as Trilhas de Aprendizagem; e ao estudo do quadro de pessoal para as áreas que atuam na gestão administrativa.

O principal desafio é a expansão do modelo de gestão por competência, observadas as especificidades e diversas atribuições da PR, permitindo que o quadro de servidores seja composto por profissionais que possuam conhecimentos técnicos a respeito de matérias específicas, além de um conjunto de habilidades e atitudes compatíveis com as respectivas atribuições.

4.1.4 CONTRATAÇÃO DE PESSOAL DE APOIO E DE ESTAGIÁRIOS

4.1.4.1 CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

A Secretaria-Geral, por meio da Diretoria de Gestão de Pessoas da Secretaria de Administração (DIGEP/SA), coordena o Programa de Estágio Supervisionado na Presidência da República, que atende os órgãos integrantes e o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

O Programa é destinado a estudantes de nível superior e é composto por 150 bolsas de estágio, das quais 15 são reservadas às pessoas com deficiência. Esse total de 150 vagas corresponde, em média, a 4,6% da força de trabalho da PR (servidores e estagiários) e, até então, mostra ser um quantitativo compatível com a realidade da Presidência da República, conforme pode ser observado nas tabelas apresentadas na sequência.

A alocação das vagas de estágio compete à Secretaria-Geral da Presidência da República por intermédio da Secretaria de Administração, com o assessoramento da Diretoria de Gestão de Pessoas, que analisa as solicitações advindas dos órgãos da Presidência da República, observando os critérios objetivos estabelecidos em norma interna.

Atendidos os critérios, a DIGEP providencia a abertura de oportunidade de estágio, por meio do agente de integração contratado, a quem compete realizar o recrutamento de estudantes, de acordo com o perfil requerido pelas unidades demandantes. Essas unidades são responsáveis pela seleção do potencial estagiário, mediante entrevista, análise curricular e, se necessário, prova de conhecimento. Após a conclusão do processo seletivo, viabiliza-se a contratação do estagiário.

O acompanhamento do estudante durante o período do estágio integra as demais atribuições destinadas ao Programa de Estágio que, atuando em articulação e sintonia com servidores-supervisores dos órgãos da Presidência da República, conta com a participação da unidade gestora de informações funcionais e com o agente de integração.

Os quadros abaixo mostram o quantitativo de estagiários contratados e a despesa dispendida em 2017 nos órgãos integrantes da PR e na SG, respectivamente.

Quadro 19 Composição do Quadro de Estagiários dos órgãos da PR

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio (mês com maior número de estagiários)				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Tri	2º Tri	3º Tri	4º Tri	
1. Nível superior	90	91	88	106	R\$ 675.903,24
1.1 Área Fim	47	47	43	57	R\$ 349.337,29
1.2 Área Meio	43	44	45	49	R\$ 326.580,46
2. Total	90	91	88	106	R\$ 675.903,24

Fonte: SIAPE.

Nota explicativa:

1 - A despesa com estagiários refere-se aos gastos com a concessão da bolsa de estágio, do auxílio-transporte estimado e da taxa de administração paga ao agente de integração, no período de janeiro a dezembro de 2017, no âmbito da PR

2 - Incluíram na área meio os estagiários em exercício na Secretaria de Administração e na Secretaria de Controle Interno da Secretaria-Geral da Presidência da República da PR. Ambas unidades colaboram com a gestão interna dos órgãos integrantes da PR.

Quadro 20 Composição do Quadro de Estagiários da Secretaria-Geral da Presidência da República da PR

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes (mês com maior número de estagiários)				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Tri	2º Tri	3º Tri	4º Tri	
1. Nível superior	43	44	45	49	R\$ 326.580,46
1.1 Área Fim	-	-	-	-	-
1.2 Área Meio	43	44	45	49	R\$ 326.580,46
2. Total	43	44	45	49	R\$ 326.580,46

Fonte: SIAPE.

Notas explicativas:

1 - A despesa com estagiários refere-se aos gastos com a concessão da bolsa de estágio, do auxílio-transporte estimado e da taxa de administração paga ao agente de integração, no período de janeiro a dezembro de 2017, no âmbito da Secretaria-Geral.

2 - Os órgãos da SG atendidos pelo Programa em 2017, foram: Ciset, SECOM e SA, sendo que os dados sobre a SECOM constam do Relatório de Gestão desta unidade..

No decorrer de 2017, o Programa contou com até 70,6% de suas bolsas ocupadas, sendo que o quantitativo de estudantes com deficiência correspondeu a 3,77% das vagas de estágio, finalizando o exercício com quatro vagas preenchidas. O custo *per capita* anual é da ordem de R\$ 6.376,44 (seis mil, trezentos e setenta e seis reais e quarenta e quatro centavos), por estagiário contratado em jornada semanal de 30 horas.

Destaca-se a participação dos bolsistas nas áreas finalísticas da Presidência da República. Mais de 53,77% dos estudantes contratados são alocados em áreas e programas fins, enquanto 46,23% estão em áreas-meio.

Em termos de gênero, 57,55% são estagiários do sexo masculino e 42,45% são do sexo feminino. Quanto aos cursos, há predominância das áreas de Direito, Administração e Tecnologia da Informação, não obstante uma pluralidade de outros cursos, em função das diversificadas atividades desenvolvidas na Presidência da República.

4.1.4.1 CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA NÃO ABRANGIDAS PELO PLANO DE CARGOS

No exercício de 2017 havia 14 contratos com mão de obra terceirizada, sendo 13 na Unidade Gestora 110001 Secretaria de Administração/PR e 1 na Unidade Gestora 110322 – Gabinete de Segurança Institucional.

O quantitativo aproximado de postos é de 793, não sendo possível precisar o número de postos, visto que a empresa APECÊ SERVIÇOS GERAIS foi contratada por produtividade/m2.

Houve a contratação de três novas empresas em 2017:

GMS SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELI – ME – empresa contratada para atender as necessidades de limpeza e conservação do Escritório de Representação da Secretaria de Segurança Presidencial na cidade de São Paulo, sendo que, anteriormente, não havia contrato firmado com objeto semelhante;

G E E EVENTOS LTDA – contrato cujo objeto é a prestação de serviços de condução de veículos pertencentes à frota da presidência da república, firmado para substituir o contrato N° 0068/2016 com a empresa PREMIERE CONSULTORIA E TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA., que foi rescindido dado o descumprimento pela contratada de obrigações contratuais.

G A SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO PARA TERCEIROS LTDA – ME – contrato cujo objeto é a prestação de serviços de recepção e de atendimento ao público, firmado para substituir o contrato N° 0012/2015 com a empresa RECRUTARE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS EIRELI - ME, cuja vigência encerrou-se em 31 de dezembro de 2017, entendendo a Administração ser mais vantajoso a não prorrogação do instrumento.

Quadro 21 - Contratos de prestação de Serviços não abrangidos pelo plano de cargos

Instru mento	Fornecedor	Objeto	Início	Término	Prg.	Valor	Qty. De Postos	
PR/SA-CONTRATO-0053/2017	03.637.812/000 1-30 - G A SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO PARA TERCEIROS LTDA - ME	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECEPÇÃO E DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO.	28/12/2017	28/12/2018	48 meses	1.358.847,24	Recepcionista	26
							Encarregado	1
							TOTAL	27
PR/SA-CONTRATO-0045/2017	08.744.139/000 1-51 - G E E EVENTOS LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONDUÇÃO DE VEÍCULOS PERTENCENTES À FROTA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, POR MEIO DE MOTORISTAS EXECUTIVOS	05/10/2017	05/10/2018	48 meses	1.403.849,28	Motoristas	20
							Encarregado	1
							TOTAL	21
GSI-CONTRATO-0002/2017	14.914.101/000 1-82 - GMS SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELI - ME	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO PARA O ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PRESIDENCIAL DO GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL	26/04/2017	26/04/2018	48 meses	81.598,89	Servente	2
							TOTAL	2

		DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA NA CIDADE DE SÃO PAULO/SP (ER-SPO).						
PR/SA- CONTRA TO- 0072/201 6	09.546.840/000 1-29 - OBDI EQUIPAMENT OS - EIRELI	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE, INCLUINDO VEICULOS E MOTORISTAS DEVIDAMENTE HABILITADOS, AFERIDOS POR KILOMETRO RODADO, PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES ADMINISTRATIV AS DA PRESIDENCIA DA REPUBLICA E SEUS ORGAOS ESSENCIAIS, NO DISTRITO FEDERAL E REGIAO DO ENTORNO.	26/12/2016	26/12/2018	36 meses	5.817.470,06	Motoristas	56
							Encarregado	1
							TOTAL	57
PR/SA- CONTRA TO- 0046/201 6	06.091.637/000 1-17 - WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVIÇOS LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE COPEIRAGEM, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA E OS ÓRGÃOS A ELA VINCLADOS, INCLUINDO O FORNECIMENT O DE TODO O MATERIAL DE CONSUMO E UTENSÍLIOS DE COPA, ASSIM COMO DISPONIBILIZAÇ ÃO DE EQUIPAMENT S.	31/05/2016	31/05/2018	36 meses	8.522.744,76	ENCARREGADO GERAL	1
							GARÇOM/GARÇ ONETE	84
							COPEIRA	52
							AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	10
							ENCARREGADO	5
							TOTAL	152
PR/SA- CONTRA TO- 0028/201 6	16.099.194/000 1-64 - ELETRODATA ENGENHARIA LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DAS INSTALAÇÕES PREDIAIS E MOBILIÁRIOS, BEM COMO DE OUTROS SERVIÇOS CORRELATOS NECESSÁRIOS ÀS EDIFICAÇÕES DA PRESIDÊNCIA	22/04/2016	22/04/2018	36 meses	5.830.826,87	Ajudante	26
							Almoxarife	1
							Auxiliar Administrativo	1
							Bombeiro Hidráulico	9
							Chaveiro	1
							Comprador	1
							Encarregado Geral	3
							Lustrador	1
Engenheiro Civil	1							

		DA REPÚBLICA E SUAS UNIDADES RESIDENCIAIS FUNCIONAIS, LOCALIZADAS NO DISTRITO FEDERAL, COM O FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, MATERIAIS, FERRAMENTAS, TRANSPORTE, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS						Marceneiro	10
								Motorista	3
								Pedreiro	9
								Pintor	8
								Serralheiro	6
								Tapeceiro	4
								Vidraceiro	1
								TOTAL	85
PR/SA-CONTRATO-0018/2016	00.681.882/0001-06 - ENTHERM ENGENHARIA DE SISTEMAS TERMOMECANICOS LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DOS EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES DE AR-CONDICIONADO, REFRIGERAÇÃO, PREVENÇÃO, DETECÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO, BEM COMO DE AUTOMAÇÃO PREDIAL COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA, PEÇAS, EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS E MATERIAIS NAS DIVERSAS EDIFICAÇÕES OCUPADAS PELA PR	29/02/2016	28/02/2019	24 meses	3.018.279,42		Ajudante (com insalubridade)	9
								Ajudante (com periculosidade)	2
								Almoxarife (com periculosidade)	1
								Auxiliar Administrativo (com periculosidade)	1
								Bombeiro Hidráulico - 44h/mês (com insalubridade)	1
								Eletricista (com periculosidade)	4
								Encarregado Eletroeletrônico (com periculosidade)	1
								Encarregado Eletromecânico (com periculosidade)	2
								Encarregado Eletrotécnico (com periculosidade)	1
								Engenheiro Mecânico (com periculosidade)	1
								Engenheiro mecatrônico (controle e automação) - 88h/mês	1
								Mecânico de Refrigeração (com insalubridade)	6
								Mecânico de Refrigeração (com periculosidade)	2
								Mecânico eletricista (com periculosidade)	1
								Mecânico eletricista - Adicional noturno (com periculosidade)	1
	Motorista (com periculosidade)	1							
	Operador de central ar-condicionado -	1							

							expediente (com insalubridade)	
							Operador de ar-condicionado - plantão diurno (com insalubridade)	4
							Operador de ar-condicionado - plantão noturno (com insalubridade)	4
							Operador de central de automação	2
							TOTAL	46
PR/SA-CONTRATO-0095/2015	01.797.423/0001-47 - GHS INDÚSTRIA E SERVIÇOS LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MONITORAMENTO E CONTROLE DA QUALIDADE DO AR, NO INTERIOR DAS EDIFICAÇÕES DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA EM BRASÍLIA/DF.	06/04/2015	06/04/2018	24 meses	463.295,92	Técnico em Química	2
							Responsável Técnico (Engenheiro Químico, Químico, Farmacêutico ou Biólogo)	1
							TOTAL	3
PR/SA-CONTRATO-0221/2014	00.087.163/0001-53 - APECÊ SERVIÇOS GERAIS LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSEIO, CONSERVAÇÃO, SERVIÇOS GERAIS, ALMOXARIFES E CARREGADORES NAS DEPENDÊNCIAS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA E DE SEUS ÓRGÃOS ESSENCIAIS, COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA, MATERIAIS, EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	19/12/2014	19/12/2018	12 meses	11.490.755,16	Limpeza	m²
							Encarregado Geral	1
							Carregador	15
							Almoxarife	1
							TOTAL GERCONT	230
PR/SA-CONTRATO-0135/2014	08.220.952/0001-22 - RCS TECNOLOGIA LTDA	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS.	30/05/2014	30/05/2018	12 meses	3.771.435,15	Ajudante	6
							Eletricista	15
							Eletricista Plantonista Diurno	4
							Eletricista Plantonista Noturno	4
							Encarregado-Geral	1
							Engenheiro eletricista	1

							Operador de grupo motogerador diurno	8
							Operador de grupo motogerador noturno	8
							Técnico em eletroeletrônica	2
							Técnico em comando e controle	1
							Técnico em Nobreak = 60h/mês	1
							Técnico em grupo motogerador = 80h/mês	1
							TOTAL	52
PR/SA-CONTRATO-0017/2014	00.700.518/000 1-38 - POLI ENGENHARIA LTDA	PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS CONTINUADOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS GERADORES DE VAPOR, AQUECIMENTO SOLAR, EXAUSTÃO, GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO - GLP, BEM COMO EQUIPAMENTOS AFINS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PEÇAS, FERRAMENTAS, EQUIPAMENTOS E MÃO-DE-OBRA	03/02/2014	03/02/2019	0	893.202,98	Ajudante	4
							Bombeiro Gasista	2
							Eletricista	1
							Encarregado Geral	1
							Mecânico Eletricista	1
							Operador de Caldeira	1
							Torneiro Mecânico	1
TOTAL	11							
PR/SA-CONTRATO-0166/2012	06.998.221/000 1-87 - CAP - PAISAGISMO, URBANISMO E COMERCIO LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, DE FORMA CONTINUADA, DE MANUTENÇÃO E REVITALIZAÇÃO DAS ÁREAS VERDES, JARDINS, HORTAS, POMARES, ESPELHO D'ÁGUA, PISCINAS E VASOS DECORATIVOS, COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-	24/09/2012	24/09/2018	0	4.802.685,39	Encarregado Alvorada	2
							Encarregado Granja do Torto	1
							Encarregado Palácio do Planalto	2
							Jardineiro Alvorada	4
							Jardineiro GRANJA DO TORTO	1
							Jardineiro Palácio do Planalto	4
							Auxiliar de Jardinagem - Alvorada	34
							Auxiliar de Jardinagem - GRANJA DO	9

		OBRA, FERRAMENTAS, MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS, MATERIAIS, PLANTAS E INSUMOS						TORTO	
								Auxiliar de Jardinagem - Palácio do Planalto	19
								Operador de Microtrator - Alvorada	3
								Operador de Microtrator - Palácio do Planalto	0
								Operador de Roçadeira - Alvorada	3
								Operador de Roçadeira - Palácio do Planalto	2
								TOTAL	84
PR/SA-CONTRATO-MPOG-0011/2012	10.907.486/0001-08 - FÁCIL TENDTUDOLTA-ME	LOCAÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO, COM MOTORISTA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CASA DE GOVERNO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO- MP, LOCALIZADA EM ALTAMIRA-PA	09/05/2012	09/05/2018	0	100.320,00		1 Veículo com motorista	? (pagamento por franquia)
PR/SA-CONTRATO-SMPE-0017/2014	08.931.820/0002-90 - NEW LINE VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ARMADA E DESARMADA E SERVIÇOS DE MONITORAMENTO DE CFTV.	24/10/2014	23/10/2018	12 meses	3.147.814,42		Supervisor 44 horas	1
								Vigilante desarmado 44 horas	11
								Vigilante armado 12x36	5
								Vigilante armado noturno 12x36	6
								TOTAL	23
TOTAL DE POSTOS									793

4.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA

4.2.1 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DA UNIÃO

Gestão de Bens Móveis e Acervo Patrimonial

A Presidência da República - PR adota medidas para aperfeiçoar os mecanismos de controle e boas práticas administrativas da Gestão Patrimonial da instituição abarcadas pela Secretaria Geral, por intermédio da Secretaria de Administração - SA. As atividades relacionadas à gestão patrimonial receberam destaque no âmbito da PR, a partir de 2016, principalmente após ações de auditorias patrimoniais realizadas pelo TCU e pela Secretaria de Controle interno da PR, que desencadearam uma série de ações que serviram de alerta para o atual modelo de gestão patrimonial da PR.

Estruturalmente, parte dos provimentos da PR (serviços/bens/estrutura) é compartilhada entre os órgãos alojados em suas instalações. Esses provimentos, em regra, são prestados pela SA, mas realizados com a autorização/supervisão dos órgãos e unidades atendidas que se encarregam de gerir a realização dessas atividades. Tal circunstância ocorre especialmente em áreas administrativas como a de gestão do Patrimônio PR, em que a SA atua de forma sistêmica com os agentes patrimoniais que pertencem aos quadros funcionais dos órgãos/unidades demandantes. Assim, a SA age supletivamente junto a esses agentes, auxiliando-os na execução de seus encargos, notadamente em atividades de apuração, controle e informação, para subsidiar os registros administrativos, patrimoniais, financeiros e contábeis pertinentes, além de acompanhar permanentemente a situação patrimonial da PR.

Sobre os itens de materiais de consumo, na grande maioria dos itens adquiridos, passou-se a adotar o método de planejamento de ressuprimento anual com contratação através de Ata de Registro de Preços,. As aquisições foram planejadas a partir de relatórios do sistema de controle de almoxarifado que contemplam vários parâmetros como consumo médio mensal, estoque e período de consumo, e margem de segurança. Realizando-se, assim, a avaliação do histórico de consumo dos últimos três anos para apuração mais precisa e detalhada de estimativas adotadas nos processos de contratação ou fornecimento de suprimentos, além de reduzir os riscos de desabastecimento de estoque.

Além disso, a adesão junto ao Ministério da Fazenda, com apoio do Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO, para utilização do Sistema Integrado de Administração de Serviços - SIADS que, na condição de sistema corporativo federal, é interligado ao Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, aperfeiçoando mecanismos e procedimentos de administração e controle dos bens, sem a realização de gastos públicos para a aquisição de outro sistema de informática. As movimentações registradas no SIADS surtem reflexo automático no SIAFI, gerando maior agilidade na incorporação de bens de consumo, sem a necessidade de retrabalho para registro das informações no SIAFI.

A migração para o SIADS (módulo de consumo) iniciou-se em 2016 e teve sua implantação consolidada na PR em 2017, otimizando os procedimentos de entrada, liquidação, pagamento e distribuição do material.

No âmbito da gestão de material permanente, esta tem sido objeto de atenção especial da Secretaria de Administração para que os materiais estejam devidamente registrados e representem a integridade e a unicidade do acervo patrimonial da Presidência da República. Em

razão dessas e de outras circunstâncias, a SA deu início a ações específicas e implantou melhorias nos processos, fluxos, procedimentos e rotinas da Administração Patrimonial, especialmente visando aperfeiçoar a guarda e o controle patrimonial. Nesse sentido, destaca-se:

- revisão e atualização da Norma Administrativa nº 018/1998 pela Norma Administrativa VII-103, em dezembro de 2017, que estabelece critérios e métodos para a gestão, controle, movimentação e administração dos bens permanentes móveis e intangíveis da Presidência da República e de terceiros que estejam sob custódia da PR. Dentre as principais melhorias tem-se a descentralização de responsabilidades, aperfeiçoamento dos dados de bens intangíveis para o registro contábil manter a conformidade, incorporação de mecanismos de controle para garantir a conformidade de gestão, atualização das regras de recebimento e custódia pelo Depósito Central de bens danificados, novas regras para os processos apuratórios de responsabilidade com a descentralização de seu processamento e julgamento ocorrendo em cada unidade, e a incorporação de diretriz de segurança laboral em benefício daqueles que trabalham com o manejo de materiais.

Durante o exercício de 2017, foi iniciada a migração do atual sistema de patrimônio (módulo patrimônio) Asi/LinkData para o Sistema Integrado de Administração de Serviços - SIADS, enfrentando o desafio de preparar a migração de toda a base de bens permanentes, compreendendo mais de 120.000 (cento e vinte mil) itens.

Operacionalmente, a continuidade do uso de leitoras de identificação digital permitiu agilidade no processo de levantamentos físicos anuais, assegurando maior nível de consistência e de confiabilidade dos trabalhos de inventariança, bem como a simplificação das apurações, a facilidade e a segurança no cômputo da existência de itens inventariados e conseqüentemente na geração de relatórios.

Já o processo de inventário anual de 2017 foi realizado baseado na metodologia implantada em 2016, conforme orientação do Tribunal de Contas da União - TCU e da Secretaria de Controle Interno. Nessa nova metodologia, a Comissão de Inventário Anual de Bens Móveis, Imóveis e Intangíveis da Presidência da República coordena e controla todo o processo de verificação e comprovação da quantidade, valor e descrição precisa dos bens patrimoniais de cada unidade, constituído do inventário anterior e das variações patrimoniais ocorridas durante o exercício. Após o segundo ano da alteração da metodologia empregada para o Inventário Anual, o atual modelo se mostra cada vez mais sólido e transparente.

Há que se registrar que as características atuais e a composição dos itens patrimoniais da Presidência da República, ainda registrados em valores históricos de compras realizadas nas décadas de 60, 70, 80 e 90 (e anteriores), é uma parte significativa do Patrimônio PR. Com isso, a Secretaria de Administração instituiu comissão específica para a reavaliação dos itens que apresentem assimetrias entre os valores históricos de aquisição, em cada ocasião, e os preços de mercado.

Diante dessa mesma circunstância, a unidade trabalha para ajustar os procedimentos pertinentes à reclassificação de itens, adequando-os às condições e aos critérios atualmente estabelecidos pela legislação vigente, devido ao tempo decorrido entre as datas de compra da maior parte dos itens e o momento presente ou à defasagem tecnológica dos equipamentos. Em 2017 a referida comissão desenvolveu diversos trabalhos de reavaliação e reclassificação de bens, possibilitando assim maior transparência e fidedignidade das informações registradas no sistema de patrimônio.

Destaca-se, ainda, a adoção de estratégia constante de conscientização dos servidores da unidade técnica e demais áreas (pelos agentes patrimoniais), a respeito das práticas e procedimentos necessários para qualificar a gestão patrimonial. A reorganização dos depósitos e o saneamento de bens inservíveis gerou uma redução de mais de 50% no quantitativo de itens inservíveis armazenados nos depósitos da PR, sem contar a retirada de todo o material permanente do Bloco O da Esplanada dos Ministérios, pertencentes a esta Presidência da República, com a devolução do prédio ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – MP.

Com base no princípio da economicidade e da sustentabilidade, bem como de apontamentos da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, deu-se início a reclassificação contábil de bens permanentes para bens de consumo, consoante Portaria nº 448 de 13 de setembro de 2002. Isso porque o controle dos bens classificados como permanentes devem considerar uma adequada relação custo-benefício, de forma que os custos de controle não sejam mais onerosos que o risco de seu extravio ou perda.

A Secretaria-Geral da Presidência da República por intermédio da Secretaria de Administração tem adotado medidas para preservar, conservar e assegurar condições adequadas ao uso e administração das obras de arte, mobiliário e tapeçaria diariamente expostos nos palácios e residências presidenciais. Diferentemente dos itens patrimoniais comuns, como equipamentos e mobiliário geral, o Acervo Cultural da PR possui obras reconhecidas internacionalmente como específicas e singulares, dotadas de alto valor histórico, artístico e cultural. Por isso, deu-se continuidade às ações de inventário e verificação pelo Grupo de Trabalho (GT), formado por servidores da Presidência da República (PR), Vice-Presidência da República (VPR) e Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), dos itens do Acervo Presidencial, inclusive o levantamento da situação atual, elaboração de plano de ação e protocolo de atividades, materiais e periodicidades com que devem ser executados.

4.2.1 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Quadro 22 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UPC	
		EXERCÍCIO 2017	EXERCÍCIO 2016
BRASIL	Brasília - DF	82	24
Subtotal Brasil		82	24
EXTERIOR	-	0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		82	24

Fonte: SPIUnet

Análise crítica

O controle dos imóveis de uso especial da Presidência da República é realizado por meio do Sistema de Gerenciamento dos Imóveis da União - SPIUnet que permite a emissão de relatórios gerenciais, gráficos, plantas e mapas. Além do SPIUnet, a Secretaria de Administração utiliza o Sistema de Administração Financeira - SIAFI para o controle contábil dos imóveis, o pagamento das taxas condominiais e de ocupação, bem como gestão com os outorgados.

A gestão dos imóveis residenciais funcionais administrados pela Secretaria de Administração baseia-se no Decreto nº 980, de 11 de novembro de 1993; na Norma Interna VII – 201, da Presidência da República e na Instrução Normativa nº 01, da Secretaria de Administração da Secretaria de Governo, de 6 de janeiro de 2016, publicada no Boletim Interno nº 02, de 8 de janeiro de 2016.

No exercício, não foram identificadas situações de bens imóveis que estejam fora do patrimônio da União. No entanto, a Presidência da República possui uma ocupação de imóvel funcional que se tornou irregular, a qual está em processo de retomada judicial na Justiça Federal.

Em 2017, a Secretaria de Patrimônio da União – SPU/MP realizou a transferência de 58 imóveis residenciais funcionais, via SPIUNET, para a UG 110001 – Secretaria de Administração, no intuito de atualizar a quantidade de imóveis sobre a responsabilidade da Presidência da República, os quais foram reavaliados com base no Anexo I - Pauta IPTU/2017, da Lei 5.792/2016.

Quadro 23 Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS DELA UPC	
		EXERCÍCIO 2017	EXERCÍCIO 2016
BRASIL	Brasília - DF	0	1
Subtotal Brasil		0	1
EXTERIOR	Não consta	0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		0	1

Fonte: SPIUnet

Quadro 24 Imóveis sob a responsabilidade da UPC, exceto imóvel funcional

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
110001	9701.01382.500-5	21	Bom	48.278.314,15	17/07/2015	48.278.314,15		
110001	9701.01383.500-0	21	Bom	3.849.317,89	09/02/2018	10.099.268,47		
110001	9701.01385.500-1	21	Bom	20.273.780,15	17/07/2015	20.273.780,15		
110001	9701.01386.500-7	21	Bom	19.601.019,45	17/07/2015	19.601.019,45		
110001	9701.01388.500-8	21	Bom	21.207.245,73	13/11/2017	23.253.246,77		
110001	9701.04712.500-6	21	Bom	85.077.922,75	09/02/2018	895.243.319,55		
Total								
Observações:								

Fonte: SPIUnet.
Regime 21 = Uso em Serviço Público

Quadro 25 Discriminação de imóveis funcionais da União sob a responsabilidade da UPC

Situação	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
			Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Material	Com Mão de Obra
Ocupados							
Ocupado	9701.03210.500-4	Bom	426.878,63	07/06/2017	327.916,57	54,50	18,05
Ocupado	9701.03224.500-0	Bom	456.390,25	07/06/2017	368.661,36		
Ocupado	9701.03283.500-2	Bom	599.378,08	08/06/2017	461.701,88		
Ocupado	9701.03656.500-0	Bom	423.843,52	06/06/2017	333.642,39		
Ocupado	9701.03982.500-2	Bom	594.084,08	07/06/2017	465.152,89	995,74	1.461,73
Ocupado	9701.04443.500-4	Bom	365.037,49	06/06/2017	254.742,94		
Ocupado	9701.03189.500-1	Bom	363.001,97	07/06/2017	263.586,56		
Ocupado	9701.33580.500-2	Bom	674.896,27	14/02/2017	674.896,27		
Ocupado	9701.03024.500-3	Bom	440.384,97	08/06/2017	294.848,66		
Ocupado	9701.03026.500-4	Bom	549.148,59	06/06/2017	428.279,08	2.022,32	1.598,65
Ocupado	9701.03062.500-0	Bom	812.274,82	06/06/2017	615.471,20		
Ocupado	9701.03150.500-9	Bom	314.576,93	07/06/2017	235.029,56		
Ocupado	9701.03181.500-8	Bom	723.707,94	07/06/2017	560.353,23	57,75	255,47
Ocupado	9701.03187.500-0	Bom	630.635,46	08/06/2017	467.574,35		
Ocupado	9701.03190.500-7	Bom	603.909,87	06/06/2017	473.230,80		
Ocupado	9701.03196.500-0	Bom	448.526,75	07/06/2017	326.565,77	111,72	211,51
Ocupado	9701.03220.500-9	Bom	692.128,57	06/06/2017	521.920,19		
Ocupado	9701.03222.500-0	Bom	1.065.349,09	08/06/2017	830.852,30		
Ocupado	9701.03288.500-0	Bom	520.201,08	06/06/2017	367.035,06		
Ocupado	9701.03296.500-3	Bom	661.339,83	07/06/2017	497.877,75		
Ocupado	9701.03387.500-8	Bom	412.038,35	07/06/2017	314.381,43		
Ocupado	9701.03412.500-2	Bom	356.625,21	07/06/2017	257.209,80		
Ocupado	9701.03413.500-8	Bom	691.512,35	08/06/2017	562.609,62		
Ocupado	9701.03428.500-0	Bom	691.618,57	08/06/2017	529.629,10	16,90	93,54
Ocupado	9701.03436.500-3	Bom	382.607,17	07/06/2017	307.578,24		
Ocupado	9701.03438.500-4	Bom	661.339,83	07/06/2017	497.923,05		
Ocupado	9701.03482.500-4	Bom	556.199,70	06/06/2017	435.330,19	280,31	711,48
Ocupado	9701.03489.500-2	Bom	418.364,50	07/06/2017	322.779,17	455,07	48,86
Ocupado	9701.03512.500-6	Bom	418.942,16	17/03/2017	313.765,69		
Ocupado	9701.03595.500-9	Bom	691.512,35	08/06/2017	562.609,62		
Ocupado	9701.03606.500-7	Bom	526.935,04	07/06/2017	357.501,07	1.049,83	1.569,32
Ocupado	9701.03654.500-9	Bom	587.724,95	08/06/2017	450.048,75		
Ocupado	9701.03785.500-1	Bom	617.086,31	06/06/2017	494.950,74	5,79	48,56
Ocupado	9701.04000.500-5	Bom	415.705,94	08/06/2017	306.524,93	129,50	69,41
Ocupado	9701.04032.500-0	Bom	692.128,57	06/06/2017	521.920,19		
Ocupado	9701.04221.500-7	Bom	510.616,13	07/06/2017	374.533,99		
Ocupado	9701.04978.500-3	Bom	449.228,80	06/06/2017	342.837,74		
Ocupado	9701.05035.500-9	Bom	649.508,78	06/06/2017	419.857,23	1.072,14	770,77
Ocupado	9701.03996.500-9	Bom	723.707,94	07/06/2017	560.353,23		
Ocupado	9701.04798.500-5	Bom	723.707,94	07/06/2017	566.497,60		
Ocupado	9701.05834.500-2	Bom	2.826.382,18	08/06/2017	3.954.563,68	21.149,79	28.282,15

Ocupado	9701.03048.500-4	Bom	661.345,62	07/06/2017	497.924,72		
Ocupado	9701.03234.500-5	Bom	414.554,54	07/06/2017	307.501,72		
Ocupado	9701.03246.500-0	Bom	423.744,49	06/06/2017	331.812,41	322,60	1.249,48
Ocupado	9701.03437.500-9	Bom	587.724,95	08/06/2017	450.048,75	215,51	93,54
Ocupado	9701.03889.500-7	Bom	418.804,74	07/06/2017	319.842,68	1.261,13	1.753,96
Ocupado	9701.03900.500-5	Bom	385.469,94	07/06/2017	304.013,72		
Ocupado	9701.04124.500-0	Bom	465.461,96	08/06/2017	373.529,88		
Ocupado	9701.04984.500-6	Bom	415.774,59	06/06/2017	325.574,20		
Ocupado	9701.04082.500-2	Bom	661.339,83	07/06/2017	497.985,12		
Ocupado	9701.33787.500-8	Bom	617.161,72	08/06/2017	486.437,61		
Vagos							
Vago*	9701.03484.500-5	Bom	-	06/02/2018	532.674,00		
Vago*	9701.33775.500-2	Bom	-	06/02/2018	525.902,39		
Vago	9701.03460.500-4	Bom	349.094,68	07/06/2017	251.090,94		
Vago	9701.03671.500-1	Bom	601.715,14	08/06/2017	463.503,13		
Vago	9701.04355.500-6	Bom	425.102,63	06/06/2017	334.053,51		
Vago	9701.04979.500-9	Regular	700.444,53	06/06/2017	518.568,37		
Vago	9701.03681.500-6	Regular	572.105,73	07/06/2017	450.148,86		
Vago	9701.27217.500-7	Bom	735.990,75	07/06/2017	506.372,28		
Vago	9701.03098.500-7	Bom	649.508,78	06/06/2017	419.857,23		
Vago	9701.03138.500-3	Bom	7.780.144,41	06/06/2017	379.101,08	5.845,05	8.758,91
Vago	9701.03153.500-5	Bom	630.635,46	08/06/2017	467.574,35		
Vago	9701.03184.500-4	Bom	647.253,41	08/06/2017	467.574,35	5.639,58	7.310,16
Vago	9701.03186.500-5	Regular	356.637,83	07/06/2017	257.222,42		
Vago	9701.03215.500-1	Bom	356.625,21	07/06/2017	257.209,80		
Vago	9701.03219.500-3	Bom	661.339,83	07/06/2017	504.129,49		
Vago	9701.03458.500-3	Bom	561.720,38	06/06/2017	439.654,67		
Vago	9701.03500.500-0	Regular	520.807,17	08/06/2017	405.206,13		
Vago	9701.03527.500-8	Bom	417.134,17	06/06/2017	326.622,28		
Vago	9701.03660.500-1	Regular	354.218,25	07/06/2017	257.422,78		
Vago	9701.03736.500-4	Bom	571.534,38	06/06/2017	470.500,70	2,00	9,87
Vago	9701.04828.500-7	Regular	257.598,88	08/06/2017	245.143,67		
Vago	9701.04919.500-1	Regular	620.488,38	06/06/2017	485.755,63		
Vago	9701.22558.500-8	Bom	525.863,84	07/06/2017	380.364,21		
Vago	9701.33781.500-5	Regular	6.778.900,62	07/06/2017	387.143,39		
Vago	9701.33785.500-7	Regular	432.944,00	08/06/2017	318.116,57		
Total						40.687,23	54.315,42
*Imóvel incluído na lista. Passou a ser administrado pela UG 110001, por meio do Termo de Entrega emitido pela Secretaria de Patrimônio da União e transferido via SPIUNET em fevereiro de 2018.							

Fonte: SPIUnet

A Secretaria-Geral da Presidência da República por intermédio da Secretaria de Administração, responsável pela gestão e destinação dos imóveis funcionais, com base nos critérios estabelecidos pelas normas vigentes, também realiza vistorias no momento da entrega e do recebimento das chaves dos imóveis, por meio da Coordenação-Geral de Administração Geral, da Diretoria de Recursos Logísticos – COAGE/DILOG.

Ainda, a Coordenação-Geral de Engenharia, da Diretoria de Recursos Logísticos – COENGE/DILOG em conjunto com a COAGE adotaram melhorias nos processos, fluxos, procedimentos e rotinas da Administração Patrimonial PR. Isso visa, especialmente, aperfeiçoar a realização de serviços de manutenções e/ou reparos de benfeitorias nos imóveis funcionais administrados pela Secretaria de Administração, com resultados que demonstram a busca contínua desse objetivo. Como exemplo:

- solicitação para a COAGE e recebimento prévio de indicação de imóveis próximos a serem cedidos, a fim de realizar vistorias técnicas visuais e promover intervenções necessárias em instalações hidro sanitárias e elétricas para a habitabilidade do imóvel; e
- levantamento e apropriações de custos com execuções de tais intervenções, computadas de forma individualizada por imóvel, pela COENGE, na Central de Serviços da PR, SysAid. Isso é informado a COAGE, por meio das solicitações realizadas nos Processos SEI, e/ou por intermédio de e-mails utilizados pela COAGE para comunicação e solicitação dessas intervenções, para fins de registros de despesas em sistema alimentado pela COAGE – SPIUNET.

Ressalta-se que consta no “Quadro Discriminação de imóveis funcionais da União sob a responsabilidade da UPC” as despesas ocorridas com os serviços de manutenções e/ou reparos de benfeitorias nos imóveis funcionais administrados pela Secretaria de Administração, no exercício de 2017.

4.3 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A Secretaria-Geral da Presidência da República por intermédio da Secretaria de Administração e da Diretoria de Tecnologia realizou diversas ações com o objetivo de possibilitar a ampliação e o aperfeiçoamento dos processos voltados ao desenvolvimento institucional. Estas iniciativas priorizaram a inovação e a atualização contínua das soluções tecnológicas as quais proporcionaram racionalização de gastos, aumento no desempenho operacional e maior segurança dos serviços de TIC.

A seguir estão listados os principais projetos implementados:

Gestão da INFRAESTRUTURA de TIC		
AÇÃO	RESULTADOS	ALINHAMENTO ESTRATÉGICO
Migração do serviço de correio eletrônico utilizado no âmbito da Presidência da República – de Expresso para Outlook/Exchange -, contemplando a mudança da gestão desse serviço para a PR, com a transferência da base de dados dos usuários para seu parque computacional e a utilização de software disponível.	Essa iniciativa possibilitou a unificação e padronização da solução tecnológica adotada, promoveu maior segurança, disponibilidade e independência na operação e manutenção do serviço.	Esta ação está alinhada ao Objetivo Estratégico OE 02 – Prover soluções de TIC; ao Tema T5 – Atendimento de Excelência à Presidência da República e, relação às demandas de TIC; à necessidade N11 – Domínio tecnológico das plataformas existentes; e à meta 28 – Acompanhar contratos e sua ação “ <u>Atender ao decreto de redução de custos dos contratos</u> ” do PDTIC 2015-2018.
Revisão do contrato de serviços para conexão de rede de comunicação de dados de longa distância à internet (INFOVIA)	Aumento em dez vezes da velocidade de conexão e economia com custos destes serviços.	Esta ação está alinhada ao Objetivo Estratégico OE05 – Aperfeiçoar a Gestão de TIC e ao OE11 – Aprimorar a gestão orçamentária e financeira de TIC; à Necessidade 33 – Monitoramento do orçamento; e à meta 28 – Acompanhar contratos e sua ação “Atender ao decreto de redução de custos dos contratos” do PDTIC 2015-2018.
Implantação de nova metodologia de gestão dos serviços de telefonia fixa, que abrange 25 centrais telefônicas, 1200 equipamentos de telefonia móvel e 3500 de telefonia fixa.	Melhoria do controle dos recursos de telecomunicações e economia com custos deste serviço.	Esta ação está alinhada ao Objetivo Estratégico OE 02 – Prover soluções de TIC; ao Tema T5 – Atendimento de Excelência à Presidência da República e, relação às demandas de TIC; à Necessidade 33 – Monitoramento do orçamento; e à meta 28 – Acompanhar contratos e sua ação “Atender ao decreto de redução de custos dos contratos” do PDTIC 2015-2018.
Repactuação do contrato de suporte aos serviços de distribuição de sinal de TV (IPTV) da PR.	Economia com custos deste serviço.	Esta ação está alinhada ao Objetivo Estratégico OE05 – Aperfeiçoar a Gestão de TIC e ao OE11 – Aprimorar a gestão orçamentária e financeira de TIC; à Necessidade 33 – Monitoramento do orçamento; e à meta 28 – Acompanhar contratos e sua ação “Atender ao decreto de redução de custos dos contratos” do PDTIC 2015-2018.
Provimento de SISTEMAS DE INFORMAÇÃO		
AÇÃO	RESULTADOS	ALINHAMENTO ESTRATÉGICO
Implantação e sustentação de solução tecnológica (CKAN) para suportar o Portal de Dados	Integração com as demais plataformas de dados abertos do Governo Federal e maior	Esta ação está alinhada ao Objetivo Estratégico OE 02 – Prover soluções de TIC; ao Tema T2 – Presidência Digital; à

Abertos da PR.	transparência nas informações prestadas aos cidadãos e à sociedade.	Necessidade 43 – Plano de dados abertos; e à meta 33 e suas ações relativas à publicação do Plano de Dados Abertos e a abertura dos dados do PDTIC 2015-2018.
Consolidação da implantação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, com a incorporação de novas funções técnicas destinadas a aumentar a celeridade na atuação dos processos, tais como a disponibilização do sistema na internet para utilização em ambientes externos à PR e a inclusão de usuários externos.	Redução significativa do uso de papel, dos custos operacionais e de armazenamento da documentação resultando em maior sustentabilidade na gestão documental na PR.	Esta ação está alinhada ao Objetivo Estratégico OE 02 – Prover soluções de TIC; ao Tema T2 – Presidência Digital; e à meta 20 - Implantar processo administrativo eletrônico do PDTIC 2015-2018.
Implantação do Boletim Eletrônico no SEI-PR, em substituição ao Boletim Interno, permitindo que todas as autoridades competentes da PR, ou servidores por elas designados, possam publicar atos administrativos no boletim eletrônico, não se restringindo mais à Secretaria de Administração.	Agilidade na publicação dos atos e facilidade na busca de informações, com o uso do mecanismo que permite consulta parametrizada de conteúdo.	Esta ação está alinhada ao Objetivo Estratégico OE 02 – Prover soluções de TIC; é ao Tema T2 – Presidência Digital do PDTIC 2015-2018.
Implementação de solução técnica de gerenciamento do ciclo de vida da aplicação (ALM), destinada a proporcionar melhorias nas etapas de controle, segurança e padronização do processo de desenvolvimento de software.	Melhoria na qualidade do produto desenvolvido e maior eficiência e eficácia nas entregas de sistemas de informação.	Esta ação está alinhada ao Objetivo Estratégico OE 02 – Prover soluções de TIC; e ao Tema T5 – Atendimento de Excelência à Presidência da República e, relação às demandas de TIC do PDTIC 2015-2018.
Elaboração de nova metodologia de desenvolvimento de sistemas e portais.	Melhoria na qualidade, segurança e produtividade.	Esta ação está alinhada ao Objetivo Estratégico OE 02 – Prover soluções de TIC; ao Tema T5 – Atendimento de Excelência à Presidência da República e, relação às demandas de TIC; e à meta 18 - Rever modelo de desenvolvimento de portais do PDTIC 2015-2018.
Gestão do ATENDIMENTO ao usuário final		
AÇÃO	RESULTADOS	ALINHAMENTO ESTRATÉGICO
Renovação de cerca de 25% do parque de estações de trabalho da PR.	Melhoria do atendimento aos usuários da PR.	Esta ação está alinhada ao Objetivo Estratégico OE 02 – Prover soluções de TIC; e ao Tema T5 – Atendimento de Excelência à Presidência da República e, relação às demandas de TIC do PDTIC 2015-2018.
Revisão do modelo do serviço de outsourcing de impressão.	Melhoria da oferta do serviço.	Esta ação está alinhada ao Objetivo Estratégico OE 02 – Prover soluções de TIC; e ao Tema T5 – Atendimento de Excelência à Presidência da República e, relação às demandas de TIC do PDTIC 2015-2018.
Gestão da SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO em meios tecnológicos		
AÇÃO	RESULTADOS	ALINHAMENTO ESTRATÉGICO
Aquisição de equipamentos (câmera e coletor de biometria) para a implementação de coleta biométrica para emissão de	Atender às normas legais para obter maior segurança na certificação digital.	Esta ação está alinhada ao Objetivo Estratégico OE 02 – Prover soluções de TIC; à necessidade 05 – Certificação Digital; e à meta 2 – Manter capacidade de emissão de

certificados digitais, de acordo com a resolução nº 14/ITI.		certificados digitais com suas ações “Manter adequação às normas do comitê gestor da ICP-Brasil” do PDTIC 2015-2018.
Aquisição de Plataformas Criptográficas Portáteis (PCP) contendo criptografia com algoritmo de estado, desenvolvido pelo CEPESQ (ABIN)	Aumento da segurança no manuseio de documentos com grau de sigilo pelo CMRI, bem como garantir a comunicação segura de voz e vídeo entre usuários das PCP	Esta ação está alinhada ao OE 06 – Aprimorar a gestão de SI em meios tecnológicos; à necessidade 02 – TIC segura e 03 – Segurança eletrônica do PDTIC 2015-2018.
Prospecção e definição de tecnologia de segurança para uso da telefonia segura (móvel e fixa).	Aumento da segurança das comunicações entre as autoridades do governo federal.	Esta ação está alinhada ao OE 06 – Aprimorar a gestão de SI em meios tecnológicos; à necessidade 02 – TIC segura e 03 – Segurança eletrônica; e à meta 05 – Garantir a segurança eletrônica e das comunicações da Presidência da República com sua ação “Prospectar solução de telefonia móvel segura” do PDTIC 2015-2018.
GESTÃO e GOVERNANÇA de TIC.		
AÇÃO	RESULTADOS	ALINHAMENTO ESTRATÉGICO
Análise e implementação dos seguintes processos de gestão ITIL (Gerenciamento de Configuração e Ativos de Serviço, Gerenciamento de Mudanças, Gerenciamento de Incidentes, Requisição de Serviços e Gerenciamento de Problemas), com revisão e adequação da ferramenta Sysaid.	Melhoria da governança e gestão dos serviços de TIC; Melhoria da eficiência e eficácia no atendimento às demandas de TIC; Melhoria da qualidade do atendimento aos usuários dos órgãos da PR; Facilidade no registro e acompanhamento das solicitações; Atendimento às recomendações da Secretaria de Controle Interno da Secretaria-Geral da Presidência da República (CISSET/PR).	Esta ação está alinhada ao Objetivo Estratégico 05 – Aperfeiçoar a gestão de TIC; à necessidade 29 – Aprimorar maturidade em Governança; e à meta 26 – Implantar Governança do PDTIC 2015-2018.
Implantação da nova estrutura organizacional da DITEC.	Reorganização de serviços afins; Otimização dos processos de trabalho, de forma a não aumentar o quantitativo de servidores; Melhoria da gestão de TIC.	Esta ação está alinhada ao OE 03 – Promover entrega de valor estratégico das soluções de TIC e 05 – Aperfeiçoar a gestão de TIC; à necessidade 29 – Aprimorar maturidade em Governança; à meta 26 – Implantar Governança e à 31 – Propor readequação da estrutura do PDTIC 2015-2018.

FORÇA DE TRABALHO DE TI

Em 2017, a força de trabalho da DITEC totalizava 194 colaboradores, dos quais: 12 servidores em exercício descentralizado da carreira de TI; 139 servidores requisitados de outros órgãos e esferas, sendo 24 militares; 10 servidores sem vínculo efetivo com a administração pública e 9 estagiários. Não constam terceirizados na composição da força de trabalho dessa Diretoria.

PLANO DE CAPACITAÇÃO DE PESSOAL EM TI

O Plano de Capacitação da DITEC é um dos elementos importantes na reciclagem profissional do servidor, pois permite estar em sintonia com as novas tecnologias e seus recursos e assim realizar, de forma mais qualificada e efetiva, as ações e metas previstas no PDTIC.

Deste Plano, a Diretoria de Tecnologia capacitou 111 servidores nos temas listados abaixo:

- Biometria e GBS
- Gestão de Riscos
- UX e Usabilidade Aplicados em Mobile e Web
- Aquisições e Contratações Públicas
- Sistemas Autônomos
- Agile Trends Gov 2017
- Sistema Eletrônico de Informações
- Colóquio Técnico de ETIR's 2017
- Arquitetura e Protocolo de Redes TCP-IP

4.3.1 PRINCIPAIS SISTEMAS DE INFORMAÇÕES

SECRETARIA GERAL							
SIGLA SISTEMA	NOME SISTEMA	ÁREA RESPONSÁVEL	OBJETIVO	RESPONSÁVEL TÉCNICO	CRITICIDADE	Manutenção	Despesa Anual com Manutenção
GERCONT	Sistema de gerenciamento de contratos, cadastro, orçamento e financeiro	Diretoria de Logística (DILOG) e Diretoria Financeira (DIROF)	Permitir o gerenciamento dos contratos firmados com a PR incluindo a correspondente execução financeira.	Marcelo de Araújo Pereira	Média	Própria	
SIATRANS	Sistema integrado de administração de transportes	Diretoria de Logística (DILOG)	Permitir o gerenciamento das atividades do setor de transportes, integrando pessoal, viagens, combustíveis, manutenção de veículos e atendimento.	Simone Saturnino	Média	Própria	
SISAU	Sistema de Gestão de Serviços de Saúde	Diretoria de Gestão de Pessoas (DIGEP)	Gerenciar marcação e atendimento de consulta médica e odontológica. controla agenda de atendimento odontológico. gera relatórios gerenciais de atendimentos.	Horácio Noboru Naito	Média	Própria	
MIDIAWEB	Sistema de Gestão de	SECOM – Secretaria de	Permitir que órgãos da administração pública	Carlos Márcio Chaves	Alta	Terceirizada	1.012.404,78

	Ações de Mídia.	Comunicação Social da Presidência da República.	direta e entidades participantes do SICOM possam submeter suas propostas de ações de mídia para avaliação dos assessores do Departamento de Mídia da SECOM, permitindo que esta monitore os investimentos gerais.				
Portal BRASIL	Portal Brasil	SECOM – Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.	Publicar as principais notícias do Governo Federal	Camilla Constantino Soto	Alta	Terceirizada	
Portal Planalto	Portal Planalto	SECOM – Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.	Site oficial da PR. Agrega todas as informações referentes à instituição e às atividades diárias do presidente da República	Camilla Constantino Soto	Alta	Terceirizada	

4.3.2 INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (PETI) E SOBRE O PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – PDTI

PETIC/PR 2014-2018

O Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação da Presidência da República (PETIC/PR) foi elaborado originalmente em 2014 e revisado, em 2017, por Grupo de Trabalho constituído pela Resolução nº 5, de 11 de outubro de 2017, do CGD/PR, e tem como objetivo apresentar, de forma estruturada e de fácil entendimento, os Objetivos Estratégicos, as Diretrizes e Princípios que regem a Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) no âmbito dos órgãos integrantes da PR.

A figura a seguir apresenta o Mapa Estratégico de TIC da PR, aprovado pelo Comitê de Governança Digital – CGD/PR, que apresenta sua Missão, Visão e Valores e organiza, de uma maneira lógica, a relação de causa e efeito entre os Objetivos Estratégicos resultantes da Análise Ambiental, e as perspectivas que montam as dimensões estratégicas.

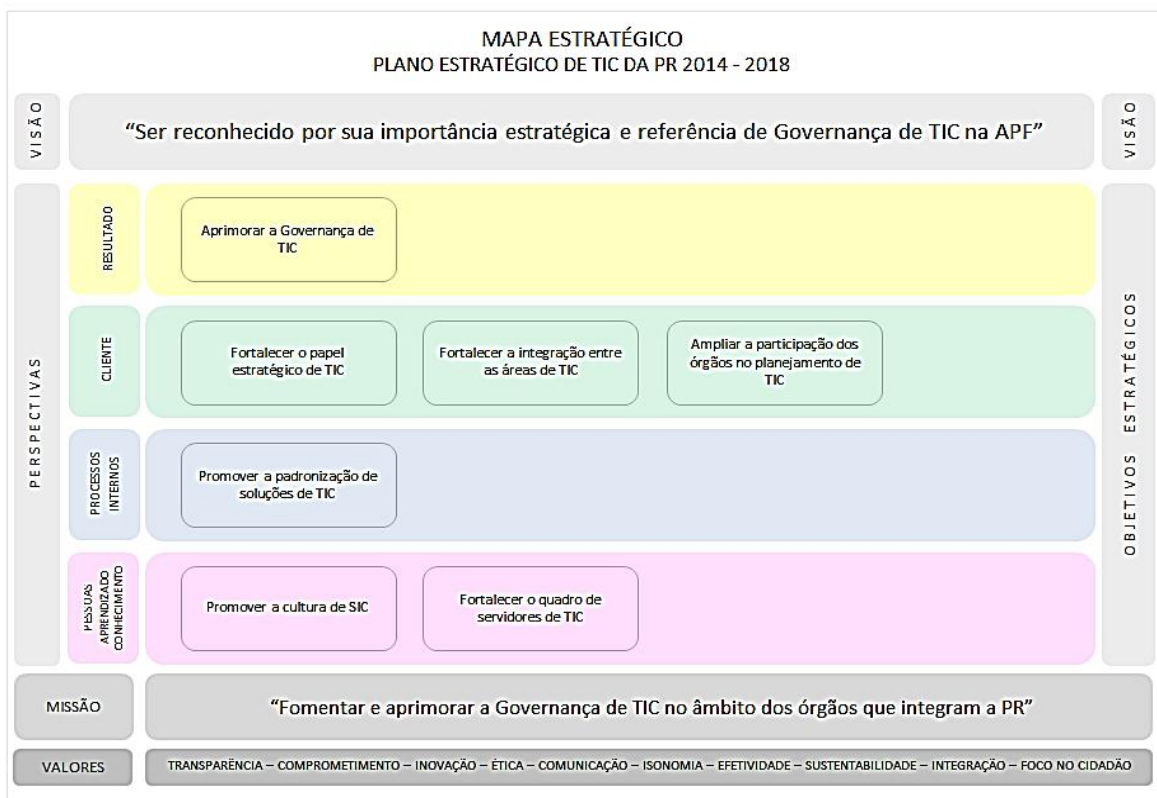


Figura 1 – Mapa Estratégico PETIC/PR 2014-2018

PDTIC/PR 2015-2018

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) da DITEC possui vigência de 2015 a 2018 e foi baseado na Estratégia Geral de Tecnologia da Informação (EGTIC 2014-2015) e na Estratégia de Governança Digital (EGD), que é o atual documento orientador e integrador das iniciativas relativas à governança digital na APF.

A construção do PDTIC segue as recomendações do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação PETI/PR 2014-2018, e define 5 (cinco) diretrizes principais, as quais estão elencadas na figura abaixo, com seus respectivos relacionamentos com o PETIC. Revisão

<p>D01 Soluções de TIC alinhadas às conformidades regulatórias pertinentes (EGTIC, EGD, PEI, PETIC, Normativos de SIC e Acórdãos do TCU)</p>	<p>PD01, PD02, PD19</p>
<p>D02 Continuidade dos serviços e projetos estratégicos de TIC alinhados aos objetivos do negócio dos órgãos da PR</p>	<p>PD17, PD18</p>
<p>D03 SI em meios tecnológicos em consonância com as normas do GSI e APF</p>	<p>PD12, PD19</p>
<p>D04 Participação na formulação das políticas de TIC nas instâncias colegiadas da APF (SISP, CGTI, CGSI, CG-ICP Brasil)</p>	<p>PD03, PD05, PD16</p>
<p>D05 Aplicações e serviços padronizados e seguros, contemplando, dentre outros, o uso de dispositivos móveis e de tecnologias abertas.</p>	<p>PD04, PD06, PD07, PD08, PD09, PD10, PD11, PD12, PD13, PD14, PD15, PD19</p>

DIRETRIZ

PD DO PETIC

Figura 2 – Diretrizes do PDTIC

A Presidência da República está composta por Órgãos Integrantes, Órgãos de Consulta, Órgão vinculado, Órgãos de Assessoramento Imediato e Conselhos, atualmente atendidos direta ou indiretamente pela área de Tecnologia, conforme demonstrado a seguir:

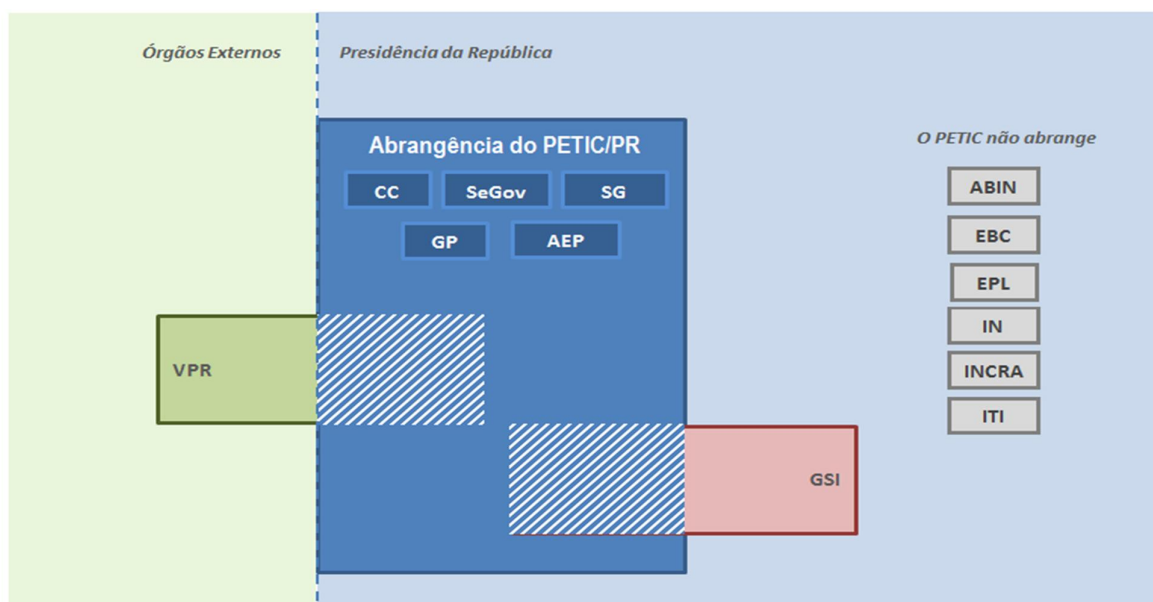


Figura 3: Abrangência do PETIC/PR e PDTIC/PR. Siglas: CC – Casa Civil; SeGov – Secretaria de Governo; SG – Secretaria-Geral; GP – Gabinete Pessoal; AEP – Assessoria Especial do Presidente da República; VPR – Vice-Presidência da República; GSI – Gabinete de Segurança Institucional; ABIN – Agência Brasileira de Inteligência ; EBC – Empresa Brasil de Comunicação; EPL – Empresa de Planejamento e Logística; IN – Imprensa Nacional; INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação.

Racionalização dos Recursos Disponíveis

A Secretaria-Geral da Presidência da República, por intermédio da Secretaria de Administração, vem adequando aos seus princípios e valores a política dos 5R's (Recuperar, Reduzir, Reaproveitar, Reciclar e Recusar). Nesse contexto, a SA orienta suas ações e atividades com o propósito de propiciar atitudes racionais de utilização dos recursos naturais e bens públicos pelos usuários das instalações da PR, focando na promoção da mudança de paradigma, invertendo a lógica das manutenções corretivas por preventivas e preditivas, privilegiando/intensificando essas últimas.

Nesse sentido tem buscado implementar uma agenda ambiental em todas as áreas de sua atuação, objetivando imprimir sua própria identidade sustentável, adotando sistematicamente medidas técnico-administrativas que visam à promoção da racionalização do uso dos recursos disponíveis e a preservação ambiental.

PR Sustentável

Em 2017, foi criado um Grupo de Trabalho, GT Sustentabilidade, composto por servidores de diversas áreas da Presidência da República para promover e acompanhar ações de sustentabilidade no âmbito da Presidência da República. Alguns dos principais focos de atuação do grupo são: elaboração do Plano de Gestão de Logística Sustentável - PLS e proposta para instituição da Comissão Gestora do PLS.

Desde sua criação, o referido grupo cumpre o papel de canal de comunicação entre os servidores e colaboradores e atua, também, no acompanhamento do consumo de água, energia elétrica e material de consumo com foco no consumo consciente.

Mudança de Cultura

Foi criado o Programa PR Sustentável por meio do qual foram realizadas ações de sustentabilidade em parceria com diversas áreas. Merece destaque a renovação da reserva verde da Presidência da República, com o plantio de mais de oitenta novas mudas de árvores em nas dependências da Presidência.

O Programa PR Sustentável implementou, ainda, ações voltadas para a mudança de cultura organizacional com propósito de remover crenças limitantes e conscientizar as pessoas quanto à importância da preservação ambiental. Dentro dessa premissa, o PR Sustentável organizou palestras educativas sobre o tema e estabeleceu diálogo com outras instituições no sentido de promover a troca de vivências e de informações.

Gestão Ambiental

Instituída em 2012, a Comissão de Gestão Ambiental da Presidência da República atua na ampliação do pensamento sustentável e na difusão da consciência ambiental entre os servidores, colaboradores e fornecedores. Desde que foi estabelecida, a Comissão cuida da elaboração da Agenda Ambiental da Presidência da República e tem a atribuição de coordenar e fiscalizar o Programa de Coleta Seletiva Solidária.

A atuação da referida Comissão é alinhada com os seguintes objetivos:

Promover a reflexão sobre os problemas ambientais;

- Estimular a adoção de atitudes e procedimentos que levem ao uso racional dos recursos naturais e dos bens públicos;
- Estimular e promover mudanças de hábitos de seus membros, demais servidores e colaboradores em atividade na Presidência da República. Em 2017 uma nova comissão foi instituída pela Portaria SA nº 194-A, de 30 de maio de 2017. A Portaria SA nº 194-B, de 30 de maio de 2017, designou os servidores para compor a Comissão.

Coleta Seletiva Solidária

No exercício de 2017, foi realizado procedimento para seleção de quatro cooperativas ou associações de catadores de materiais recicláveis para o recolhimento dos resíduos recicláveis descartados pela Presidência da República para os dois anos subsequentes: 2018 e 2019, cumprindo cada entidade selecionada o encargo do recolhimento por seis meses, nos termos do Decreto nº 5.940/2006.

Durante 2017, enquanto o processo de seleção de cooperativas não havia sido concluído, a coleta foi realizada em parceria com o Serviço de Limpeza Urbana – SLU.

A Cooperativa de Coleta Seletiva de Materiais recicláveis e Resíduos Sólidos - RECICLO é atualmente a entidade responsável por realizar a coleta dos resíduos recicláveis na Presidência da República. Com 30 cooperados e com sede no Recanto das Emas/DF, a referida cooperativa realizará a coleta dos materiais recicláveis um período de seis meses. A formalização do acordo se deu por meio do Termo de Compromisso nº 03/2017, publicado no D.O.U nº 247, de 24 de dezembro de 2017.

A ordem de classificação das entidades foi a seguinte: 1º: RECICLO; 2º: Construir – Cooperativa de Trabalho de Reciclagem Ambiental; 3º COOPERNOES – Cooperativa de trabalho e de Material Reciclado e de Educação Ambiental Nova Esperança; 4º: ARCAN – Associação dos Recicladores de Resíduos Sólidos da Candangolândia.

Cada uma dessas cooperativas irá explorar a coleta dos materiais recicláveis pelo período de 06 (seis) meses, sucessivamente, conforme a ordem de classificação, publicada no D.O.U nº236, de 11 de dezembro de 2017.

Medidas de Racionalização dos Recursos Naturais

A sustentabilidade é pauta prioritária da Secretaria Geral, seja nas ações específicas executadas por meio do GT Sustentabilidade, do Programa PR Sustentável, da Comissão de Gestão Ambiental ou nas atividades cotidianas.

Com foco no uso racional da água, diversas ações foram implantadas em 2017.

Os protocolos de higienização, asseio e limpeza das áreas internas, externas, esquadrias e vidraças foram alterados. As mangueiras ligadas diretamente à rede hidráulica foram substituídas por regadores e baldes, permitindo assim a dosagem da quantidade de água a ser empregada em cada operação, evitando desperdícios e gerando economia.

Houve também a inclusão de meios tecnológicos para o serviço de limpeza, possibilitando que a limpeza de uma grande área pavimentada seja realizada de forma rápida e por apenas dois

operadores. Essa nova forma de limpeza reduziu consideravelmente o consumo de água e de produtos de limpeza.

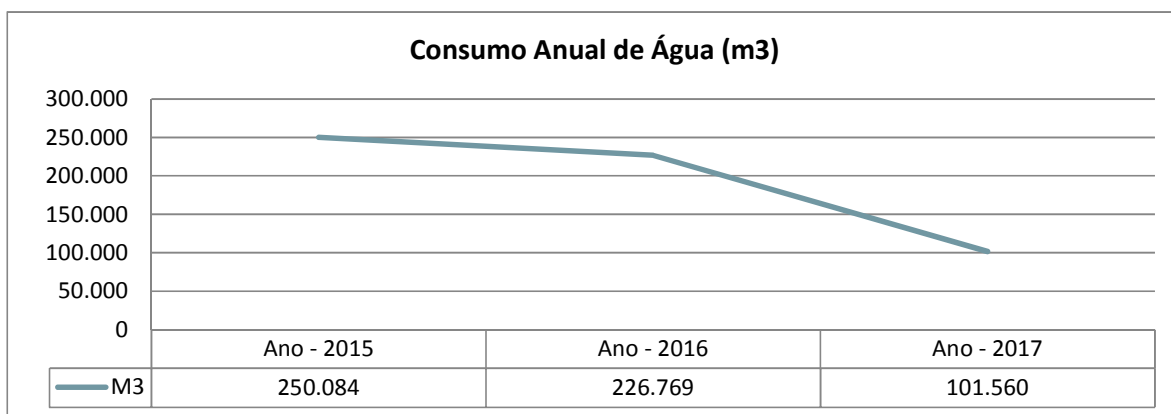
Nesse mesmo propósito, foi adotado um novo conceito para “carro sujo”, que impactou em uma nova metodologia para lavagem dos veículos da frota oficial. Antes da medida, os veículos eram lavados diariamente, o que elevava o consumo de água. O novo conceito trouxe inovação às operações de limpeza dos carros ao implantar um sistema de lavagem a seco, que higieniza o veículo internamente, diminuindo a frequência com que são lavados. Assim, o conjunto de ações implantadas produziu, neste setor, uma redução de consumo de oitenta metros cúbicos de água para vinte metros cúbicos/mês.

De forma ampla, ações de conscientização foram iniciadas junto aos colaboradores no sentido de reavaliar os procedimentos de limpeza e de utilização de materiais e de recursos naturais. Os primeiros resultados foram percebidos na diminuição do quantitativo de material envolvido nas operações e do volume de água e de energia elétrica empregados nos trabalhos.

Essa parceria com os colaboradores produz consciência sustentável e se traduz em ações práticas. Cumpre esclarecer que as áreas continuam sendo limpas com a mesma eficiência, sem perda da qualidade dos serviços prestados.

Ainda sobre o uso da água, foram adotadas medidas de prevenção e controle do consumo com a implementação de hidrometração de trechos das redes de abastecimento de água das edificações. Tal ação permitiu o controle mais preciso dos índices de consumo de água por secções, a gradativa revisão dos equipamentos hidro sanitários, com a finalidade de sanar possíveis vazamentos de água existentes.

Estas ações foram iniciadas ao final de 2016, continuadas no exercício de 2017, e, desde então, vem promovendo impactos ambientais e econômicos positivos para Presidência da República, conforme pode ser observado no gráfico a seguir:



Ao final do exercício de 2017 foram iniciadas tratativas com a Universidade Católica de Brasília – UCB, com o objetivo de promover o intercâmbio de informações, cooperação técnico-científica, acadêmica e cultural para revitalização do Sistema de Reuso de água do Palácio do Planalto, por intermédio de um Acordo de Cooperação Técnica - ACT.

Além do esforço realizado com foco no uso racional da água, em 2017, o consumo de energia elétrica também esteve em foco. A Coordenação-Geral de Engenharia, da Secretaria de Administração, realizou estudos e ações com o objetivo de promover maior eficiência no consumo de energia elétrica e modernizar a parte energética das edificações da PR por meio de

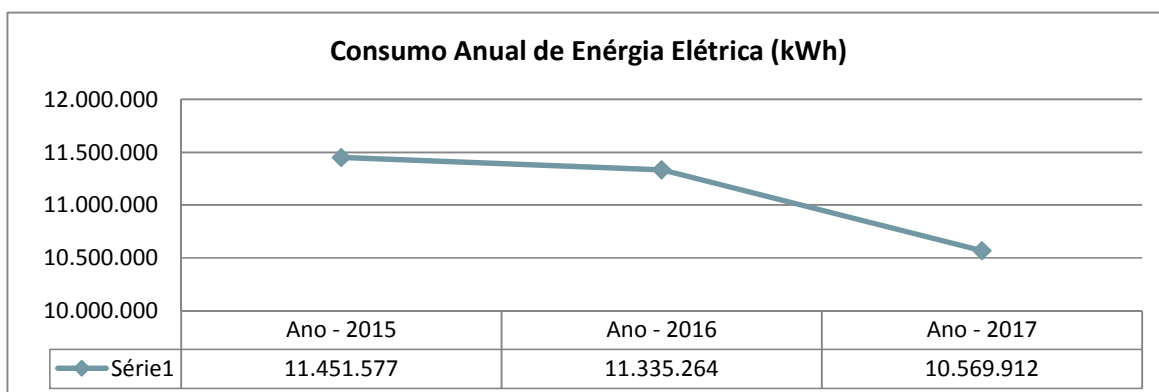
retrofits de ativos operacionais e instalações elétricas e hídricas, além de adequação de procedimentos.

Um fato importante foi a recuperação do Sistema de Automação do Palácio do Planalto que liga/desliga remota e automaticamente os aparelhos condicionadores de ar e a iluminação, monitora as ocorrências de falhas nos elevadores e no sistema de combate a incêndios, controla o nível de CO2 nas garagens dos subsolos acionando o sistema de exaustão, além de acompanhar o consumo de água e energia elétrica do Palácio do Planalto.

Foi iniciado, também, um projeto de aprimoramento do sistema de iluminação externa do Palácio do Planalto, com o intuito de oferecer melhoria na eficiência e modernização energética. Na primeira etapa foram substituídas as 84 luminárias embutidas no piso e 28 canhões posicionados nas laterais do Palácio do Planalto por lâmpadas de LED, possibilitando uma economia energética estimada de aproximadamente 36.000 kWh por ano.

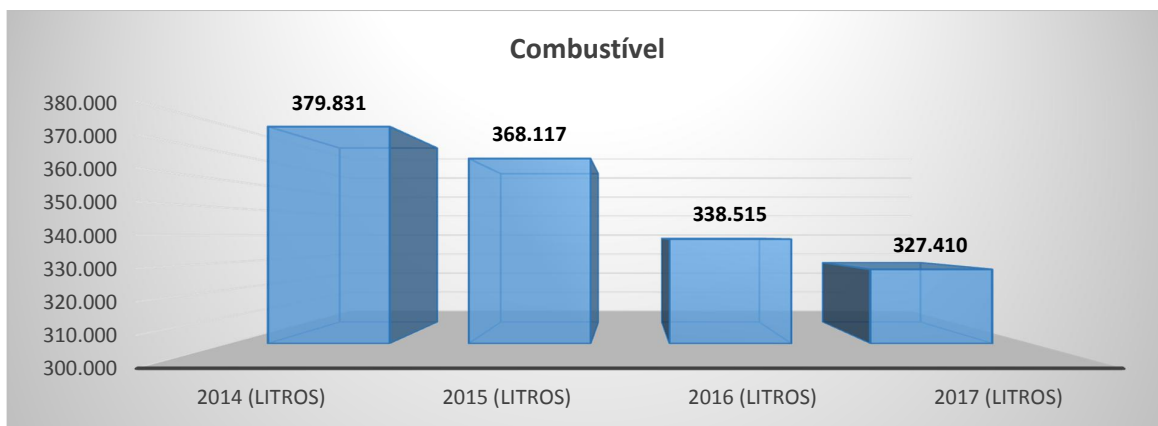
Em 2017 teve continuidade a troca de lâmpadas comuns, a vapor e fluorescentes por lâmpadas frias, de LED, bem como de aparelhos de ar condicionados de janela por aparelhos do tipo *Split*. Foram realizados *retrofits* em quadros elétricos e bem como a divisão de circuitos elétricos, principalmente, em grandes espaços físicos (galpões) dos imóveis do Complexo da Via N2 da PR. As ações realizadas têm como fim mitigar possíveis desperdícios de energia elétrica.

O gráfico abaixo apresenta o consumo de economia energia elétrica na Presidência da República nos anos de 2015, 2016 e 2017:



Ainda com foco na gestão ambiental e na sustentabilidade, em 2017, a Secretaria de Administração realizou a contratação de empresa especializada para elaboração de estudos ambientais com vistas à futura desativação do posto de combustível existente nas dependências da Presidência da República. O estudo foi concluído e protocolado no Instituto Brasília Ambiental – IBRAM. A PR aguarda autorização ambiental para dar continuidade ao processo.

Observa-se, também, uma redução no número de quilômetros rodados, comparando-se os anos de 2016 e 2017, que resultou na redução do uso de combustível fóssil, e, conseqüentemente, redução da emissão de poluentes. O gráfico abaixo demonstra a evolução do consumo de combustível em litros.



Tecnologia e Sustentabilidade

Uma das realizações alcançadas no ano de 2017 foi a implantação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI-PR. Desde 2 de janeiro de 2017, todos os novos processos gerados no âmbito da Presidência da República passaram a tramitar em formato eletrônico, evitando, portanto, a impressão excessiva de documentos. Essa medida se adequa ao estabelecido no Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, do qual destaca-se:

- Promover a eficiência administrativa, conferindo segurança, transparência e economicidade, além de maior acesso do cidadão às instâncias administrativas;
- Substituição do suporte físico de documentos institucionais por meio eletrônico, possibilitando compartilhamento de informações em tempo real;
- Economia ao Erário;
- Navegabilidade e usabilidade (sistema amigável sob o ponto de vista do acesso de usuário);
- Acesso remoto, por múltiplos usuários e com níveis de controle.

Cabe destacar, ainda, que no exercício de 2017, a Secretaria de Administração, por meio da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos, estabelecida pela Portaria nº 184, de 7.8.2015, DOU de 10.8.2015, deu continuidade ao processo de eliminação de documentos que se encontravam com seu prazo de guarda expirado e, conseqüentemente passíveis de eliminação, eliminando 854 (oitocentos e cinquenta e quatro caixas), correspondente a 92,26 metros lineares de arquivo de processos relativos à área de Organização e Funcionamento, Pessoal, Material, Patrimônio, Documentação e Informação e Comunicações, do período de 1992-1998, da Presidência da República.

Com esse trabalho, o material gerado pela eliminação foi doado à Cooperativa de Coleta Seletiva de Materiais Recicláveis e Resíduos Sólidos – Reciclo/DF, entidade selecionada pelo Programa Coleta Seletiva Solidária, responsável pelo Termo de Compromisso nº 03/2017, assinado junto a Presidência da República.

4.4.1 ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS E NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS

Compras Sustentáveis

A Secretaria-Geral da Presidência da República atua na adequação, racionalização e otimização dos recursos disponíveis orientando e acompanhando a execução dos serviços prestados, por meio de seus gestores e fiscais, de modo a garantir que as contratadas adotem sempre procedimentos ambientalmente corretos. Essa consciência afeta o setor de compras também. Os setores de logística trabalham com foco em resultados, ou seja, maior custo-benefício, redução de custos e menor impacto ambiental.

Neste contexto, sem prejuízos à livre concorrência e à competitividade dos certames, em observância ao Decreto nº 7.746/2012, são incluídas nos termos de referência e editais cláusulas que visem garantir que serão adotados critérios de sustentabilidade e respeito ao meio ambiente nas contratações. Citamos como exemplo as compras de copos descartáveis, lápis e sacos de lixo biodegradáveis, os quais, em contato com o solo, entram em decomposição em no máximo noventa dias. No setor de material de limpeza, sempre que possível, as compras são direcionadas para a aquisição de produtos que respeitem o meio ambiente.

Com o advento da Instrução Normativa nº 05 de 25 de maio de 2017, os estudos preliminares referentes às novas contratações de compras e serviços já incluem esses critérios de sustentabilidade como padrão.

5 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

A Secretaria-Geral da Presidência da República por intermédio da Secretaria de Administração, por meio da Coordenação-Geral de Relações Públicas – COREP, relaciona-se com a sociedade por meio dos Programas de Visitação oferecido aos cidadãos para que conheçam os Palácios do Planalto e Alvorada. As visitas têm como objetivo aproximar a população brasileira e também os estrangeiros, à sede do Poder Executivo.

No Palácio do Planalto as visitas podem ser públicas aos domingos, escolares, nas terças, quintas e sextas-feiras e também podem ser agendadas, com atendimento de acordo com a demanda. No Palácio da Alvorada a visitação é pública e ocorre nas tardes de quarta-feira.

5.1 CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO

Há diversos canais de acesso ao cidadão, destacando-se:

- O site de agendamento das visitas públicas, publicado no Portal do Planalto, telefone e e-mail da Coordenação Geral de Relações Públicas da Presidência da República - COREP para que os cidadãos possam entrar em contato direto e agendar as visitas escolares. Os interessados nas Visitações Públicas podem escolher o dia e horário mais conveniente para o agendamento pela internet.

- O endereço eletrônico da Secretaria-Geral da Presidência da República da Presidência da República (www.secretariageral.gov.br) são disponibilizadas informações institucionais e as agendas das autoridades, que seguem as recomendações da Resolução nº 11/2017 da Comissão de Ética Pública (CEP). No tocante à Lei de Acesso à informação, destaca-se o Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC).

- A Ouvidoria/PR, vinculada à Secretaria de Controle Interno da Secretaria-Geral, que foi instituída em 5 de maio de 2017, por meio da entrada em vigor do Decreto nº 9.038, de 26 de abril de 2017. A Portaria nº 21, de 28 de junho de 2017, da Secretaria de Controle Interno, publicada no Diário Oficial da União de 29 de junho de 2017, estabeleceu procedimentos para implantação da Ouvidoria/PR, cuja responsabilidade é promover a mediação direta entre o cidadão e os órgãos integrantes da Presidência, bem como suas entidades vinculadas, e a Vice-Presidência da República.

A Ouvidoria/PR aderiu ao Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal (e-OUV), desenvolvido pelo Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU) e utilizado por diversos órgãos e entidades, com a função de promover, no tratamento das manifestações, a mediação direta entre o cidadão e os órgãos integrantes da Presidência, bem como suas entidades vinculadas, e a Vice-Presidência da República.

Além do canal e-Ouv, a Ouvidoria/PR funciona de forma presencial no horário de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 14h às 18h, e fica localizada no Palácio do Planalto – Anexo III, Ala B, sala 210.

- A Biblioteca da Presidência da República, que realiza o serviço de atendimento direto ao cidadão.

Criada em 1951, a Biblioteca da PR é uma biblioteca especializada em Ciências Sociais, com ênfase em Direito, Economia e Administração. Atua como facilitadora no processo de gestão da informação da PR, sendo responsável pela administração dos acervos físico e digital

bibliográficos e pela oferta de informações aos servidores, estagiários e cidadãos em geral, em especial sobre solicitações relativas a ex-presidentes, publicações oficiais, legislação e informações bibliográficas diversas. Para tanto, disponibiliza vários canais de atendimento:

- 1) presencial;
- 2) não presencial (e-mail e telefone); e 3) virtual (<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br> ou <http://www2.planalto.gov.br/acervo/biblioteca-da-presidencia>).

A Biblioteca conta um acervo físico de 34 mil exemplares, e seu diferencial é possuir um acervo digital com mais de 27 mil arquivos relativos a todos os ex-Presidentes e ex-Vice-Presidentes da República, bem como sobre a organização do Poder Executivo Federal em cada mandato presidencial desde 1891. Esse conteúdo tem por objetivo preservar os materiais histórico-governamentais e divulgá-los à população, ampliando o acesso a documentos que tratam de assuntos relacionados ao Brasil.

A organização da Biblioteca Digital permite o acesso a seis repositórios para uso do cidadão:

- Presidência – dados biográficos do Presidente em exercício;
- Presidente – link externo para o Portal Planalto;
- Sobre a Biblioteca – conteúdos relativos à história da Biblioteca, normas de funcionamento, canal de atendimento ao usuário, contatos, eventos e exposições;
 - Ex-presidentes – conteúdos relativos aos dados biográficos dos ex-presidentes e vice-presidentes, órgãos de assessoramento, ministérios, discursos em texto e áudio, Mensagens ao Congresso Nacional, programas de rádio, imagens, viagens nacionais e internacionais;
 - Publicações oficiais – materiais bibliográficos produzidos pela Presidência da República e seus órgãos; e
 - Criação e extinção dos órgãos da PR – informações sobre a legislação que cria, altera e extingue a estrutura regimental dos ministérios e dos órgãos da Presidência da República.

Em 2017, os atendimentos presenciais e não presenciais, considerando os dados de empréstimo domiciliar e entre bibliotecas, pesquisas bibliográficas e de legislação e as solicitações por e-mail da Biblioteca digital, somaram 2.662 atendimentos. Houve um aumento significativo nas consultas ao catálogo on-line, que foi de 7.013 em 2017, em relação a 2.927 de 2016.

Os atendimentos virtuais, exceto os telefônicos, no ano, foram assim distribuídos:

- 81,50 % foram sobre informações bibliográficas diversas (pesquisas, solicitação de publicações e artigos);
- 7,60% foram sobre legislação;
- 10,90% foram sobre ex-presidentes da República e publicações oficiais;

5.2 CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO

Não há, pois a Secretaria-Geral da Presidência da República não presta serviços ao cidadão, não se enquadrando, desta forma, nas determinações do art. 11 do Decreto 9.094, de 17 de julho de 2017, que, dentre outras coisas, institui a Carta de Serviços ao Usuário.

5.3 AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS

Por ser a de maior procura, a Visitação Pública ao Palácio do Planalto foi escolhida para aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários. Após o término da visita, questionários são deixados à disposição para que os visitantes preencham informando se gostaram ou não do atendimento, incluído um espaço para observações, críticas ou dúvidas.

Para aqueles que devolvem o formulário com dados de identificação (não obrigatório), a COREP envia como resposta, por e-mail, um cartão de agradecimento pelas contribuições no processo de aferição da satisfação dos serviços.

Em relação à Biblioteca da PR, ela coloca à disposição canais para que os cidadãos-usuários possam esclarecer dúvidas, criticar, elogiar ou expressar alguma percepção sobre o serviço prestado. Há o email institucional, a página na internet <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/fale-com-o-bibliotecario>, e o endereço no facebook <https://www.facebook.com/bibliotecapresidencia/>

Destaca-se que, em março de 2017, houve 160 e-mails de reclamações devido a um problema que ocorreu na galeria de ex-presidentes na Biblioteca Digital. Depois que a instabilidade tecnológica foi resolvida, manifestações não foi mais postadas.

5.4 MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE

Dentre os mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação dessa unidade, verifica-se no quadro abaixo a quantidade de visitantes atendidos no ano de 2017, com a quantidades e percentuais de avaliações respondidas, bem como o percentual de satisfação e insatisfação dos mesmos.

Em conformidade ao disposto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e no Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, há duas frentes de atuação: atualização constante da agenda pública e revisão e tratamento dos pedidos de informação recebidos através do sistema e-SIC (transparência passiva).

Transparência ativa

Em relação à transparência ativa, na aba “Acesso à informação” do endereço eletrônico da Secretaria-Geral da Presidência da República (www.secretariageral.gov.br), estão publicadas as informações conforme quadro abaixo:

Institucional	Quem é quem
Agenda de Autoridades	Gabinete Cerimonial Controle Interno Secretaria de Comunicação SPPI Secretaria de Administração Secretaria de Assuntos Estratégicos
Auditorias	Secretaria de Administração Relatórios de Gestão Secretaria de Controle Interno Link para sistema Ciset <i>Esta aba contém informações referentes ao resultado de inspeções, auditorias, prestações e tomada de contas realizadas por órgãos externos e interno.</i>
Convênios	Secretaria de Administração Convênios <i>Esta aba contém detalhes sobre repasses e transferências de recursos financeiros</i>
Despesas	Ordem cronológica de pagamento Diárias e Passagens Gastos diretos da SG por meio da consulta ao Portal da Transparência do Governo Federal Execução orçamentária da SG por meio de consulta à página da Transparência da CGU Cartão de Pagamento – 2003/2010 <i>Esta aba contém informações detalhadas sobre a execução orçamentária e financeira</i>
Licitações, contratos e editais	Secretaria de Administração Licitações Contratos Atas de Registro de Preços Compras diretas Terceirizados Outros instrumentos Licitações e contratos por meio de consulta À Página da Transparência da SG <i>Esta aba contém informações detalhadas sobre licitações, contratos e editais, dos diversos órgãos da SG</i>
Servidores	Link para Portal da Transparência <i>Esta aba contém a relação dos servidores públicos lotados ou em exercício na SG</i>

Informações Classificadas	Arquivos de informações classificadas e desclassificadas de 2013 a 2018 <i>Esta seção tem o objetivo de atender ao disposto nos incisos I e II do Artigo 45 do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, que regulamenta a Lei de Acesso à Informação</i>
Serviço de Informação ao Cidadão	Informações sobre funcionamento, localização e dados o SIC-PP Formulários para solicitação de informações, reclamação e recursos Autoridade de monitoramento Relatórios de desempenho
Dados Abertos	Links para: Portal da Transparência Governo do Brasil Dados Abertos

Destaca-se que em 2017 houve a implantação e sustentação de solução tecnológica (CKAN) para suportar o Portal de Dados Abertos da PR, proporcionando a integração com as demais plataformas de dados abertos do Governo Federal e maior transparência nas informações prestadas aos cidadãos e à sociedade.

No referido portal e considerando o Plano de Dados Abertos da SG, a partir de outubro de 2017, passou-se a publicar periodicamente dados de pessoal sobre ex-Presidentes

Transparência passiva

Em 2017, foram recebidas, no Gabinete da Secretaria-Geral da Presidência da República e na Secretaria-Executiva, 12 pedidos de informação com fundamento na Lei nº 12.527/2011. Desses, 4 pedidos foram objeto de recurso de 1ª instância e 3 pedidos, de recurso de 2ª instância.

Quadro 26 - SÍNTESE: Período: 2 de fevereiro a 31 de dezembro de 2017

Local	Número de visitantes	Avaliações respondidas / (%)	Gostaram da visita / (%)	Não gostaram / (%)
Visitação Pública - Palácio do Planalto	7.039	2.237 / 31,78%	2.223 / 99,38%	14 / 0,62%
Visitação Pública - Palácio da Alvorada	4.548	Sem avaliação	-	-
Visitação Escolar - Palácio do Planalto	5.060	Sem avaliação	-	-
Visitação Agendada -Palácio do Planalto	788	Sem avaliação	-	-
Totais	17.435	2.237 / 31,78%	2.223 / 99,38%	14 / 0,62%

5.5 MEDIDAS PARA GARANTIR ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES

A preocupação com a acessibilidade arquitetônica, comunicacional e de transportes tem sido enfatizado na gestão organizacional da Presidência da República, desde 2013, quando se implantou o Programa de Inclusão de Pessoas com Deficiência, (PIPD) que tinha como objetivo a promoção efetiva de utilização dos recursos e serviços da Presidência da República pelas pessoas com deficiência (PCD).

Considerando-se as obras já realizadas, destacam-se ao final de 2017 os seguintes avanços, tais como:

- rotas externas de acessibilidades nos Palácios do Planalto, da Alvorada e do Jaburu;
- adaptações de banheiros e exclusivos e de elevadores com botoeira em braille e alerta sonoro, principalmente, nos Anexos I, II e III do Palácio do Planalto;
- auditório do Anexo I do Palácio do Planalto com requisitos de acessibilidade arquitetônica;
- rampas e banheiros adaptados no percurso destinado às visitas públicas dos Palácios do Planalto e da Alvorada;
- destinação de espaço físico acessível para o PIPD, com troca de maçaneta da porta para maçaneta acessível, ação que deve ser revista para possível ampliação na Presidência da República; e
- confecção de novas rampas de acessibilidade (metálicas, portáteis, removíveis, com inclinações adequadas à mobilidade de PNE's) à piscina do Palácio da Alvorada, que são instaladas quando de visita pública.

Salienta-se que a implementação de ações para novas programações e sinalizações visuais e outras que visem quaisquer adaptações arquitetônicas internas nessas edificações, no âmbito de competência da COENGE/DILOG, deverão ser objeto de amplo debate com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, por se tratar de edificações tombadas, com inventários de Contextualização Histórica, Política e Arquitetônica realizada por aquela Superintendência, desde 2009.

Por fim, em 2017, o Programa de Inclusão de Pessoas com Deficiência (PIPD) da Presidência da República foi incorporado ao processo de redesenho do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho da PR. Destaca-se que nesta revisão pretende-se ampliar o contexto da inclusão para além da pessoa com deficiência, avançando para outros segmentos da diversidade humana como gênero e etnia.

Tecnologia da Informação

Em 2017, dando continuidade ao projeto de reestruturação de front-end e aprimoramento de acessibilidade e usabilidade do Portal Participa (<http://participa.br>), foram desenvolvidos novos temas para o perfil de usuário e gestão de comunidades. Este projeto encontra-se em fase de homologação, estando a implantação em produção prevista para o primeiro semestre de 2018.

Em acompanhamento e execução dos compromissos firmados no Plano de Trabalho encaminhado ao Ministério Público Federal, pelo Relatório Circunstanciado de Acessibilidade Digital, foi desenvolvida uma nova versão para o IDG-Plone, com a correção de falhas e erros de acessibilidade que foram detectados na validação automática para o Portal da Secretaria de Governo. A atualização em produção do Portal Segov está prevista para o primeiro semestre de 2018. Essa versão também poderá ser utilizada nos demais portais da Presidência

6.1 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

6.1.1. Aplicação dos dispositivos contidos na NBC T 16.9 e NBC T 16.10

A Presidência da República deprecia seus bens móveis e imóveis conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público, NBC T 16.9 e NBC T 16.10.

6.1.2. Metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo.

6.1.2.1. Ativo Imobilizado – Bens Imóveis

Consiste no disposto no Manual SIAFI - item 02.03.30 – Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquia e Fundações.

Além disso, é utilizada a metodologia constante na Portaria Conjunta MF/MPOG nº 703, de 10 de dezembro de 2014, que dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e de depreciação dos bens imóveis da União, Autarquias e Fundações Públicas Federais.

6.1.2.2. Ativo Imobilizado – Bens Móveis

Consiste no disposto no Manual SIAFI - item 02.03.30 – Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquia e Fundações.

6.1.3 Metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão

6.1.3.1. Ativo Imobilizado – Bens Imóveis

As informações da depreciação dos bens imóveis da Presidência da República são apuradas pelo SPIUnet, e para fins contábeis, após mensuração e lançamento nos sistemas corporativos da SPU, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais são:

I - atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação;

II - reavaliados, aqueles nos quais:

- a) seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU;
- b) houver alteração de área construída, independentemente do valor investido;
- c) seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, é apurado mensal e automaticamente pelo sistema sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle, expressa na seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2$$

onde: Kd=coeficiente de depreciação; n=vida útil da acessão e
x=vida útil transcorrida da acessão

Para fins da depreciação, a vida útil é definida com base no laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e as características dos bens imóveis.

Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor. O valor residual é estabelecido pela STN e comunicado à SPU.

6.1.3.2 Ativo Imobilizado Bens Móveis

As informações da depreciação dos bens móveis da Presidência da República são apuradas pelo Sistema Asi. Com base nas informações emitidas pelo sistema, mensalmente são realizados lançamentos no SIAFI de maneira a conciliar os valores das contas contábeis. A metodologia de cálculo está pautada nas Normas Brasileiras de Contabilidade do Setor Público e de acordo com a macro função SIAFI/ STN 020330.

6.1.4. O Impacto da utilização dos critérios contidos na NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado no exercício.

A depreciação, amortização e exaustão dos bens do Órgão 20101 Presidência da República, gerou uma variação patrimonial diminutiva de R\$ 18.641.226,45 no exercício de 2017, tendo como fonte de informações SIAFI, Demonstrativo Contábil DVP, Órgão 20101, 4º trimestre.

6.2 SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE

A qualidade das informações, nos sistemas estruturantes SIAPE, SIORG e SIAFI, é um fator fundamental para a transparência e gestão da métrica de custos. A Secretaria-Geral da Presidência da República por intermédio da Secretaria de Administração tem desenvolvido e acompanhado as alterações e validações nas informações do Portal de Custos, realizando associações entre as informações contidas nos sistemas estruturantes e a estrutura organizacional das Unidades da Presidência da República.

A Coordenação-Geral de Contabilidade e Custos – CGCONT, criada com a edição do Decreto nº 9.038/2017, que aprovou as estruturas Regimentais e os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Secretaria-Geral da Presidência da República, é a unidade responsável pelas atividades relacionadas a contabilidade e custos no âmbito da Presidência da República.

6.3 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS

6.3.1 BALANÇOS FINANCEIROS

6.3.1.1 UG 110001 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2018	PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
EMISSÃO 05/03/2018	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	110001 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR
ORGAO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	77.349.466,13	375.314.745,66
Ordinárias	-	-	Ordinárias	77.319.466,13	371.174.314,16
Vinculadas	-	-	Vinculadas	30.000,00	4.140.431,50
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	30.000,00	4.140.431,50
Transferências Financeiras Recebidas	59.302.480,17	336.235.789,11	Transferências Financeiras Concedidas	923.827,84	8.304.292,46
Resultantes da Execução Orçamentária	54.002.330,17	296.566.430,64	Resultantes da Execução Orçamentária	742.709,61	7.247.075,97
Repasso Recebido	108.000,00	1.261.884,16	Repasso Concedido	742.709,61	7.211.075,97
Sub-repasso Recebido	53.894.330,17	295.304.546,48	Sub-repasso Concedido	-	36.000,00
Independentes da Execução Orçamentária	5.300.150,00	39.669.358,47	Independentes da Execução Orçamentária	181.118,23	1.057.216,49
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	5.300.000,00	35.945.183,31	Demais Transferências Concedidas	-	68.546,88
Demais Transferências Recebidas	-	3.724.175,16	Movimento de Saldos Patrimoniais	181.118,23	988.669,61
Movimentação de Saldos Patrimoniais	150,00	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Despesas Extraorçamentárias	28.253.982,27	34.111.743,71
Recebimentos Extraorçamentários	49.032.717,44	77.955.004,15	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	7.253.432,20	1.610.759,82
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	122.039,57	7.858.707,30	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	20.842.921,24	31.743.311,24
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	44.558.063,75	68.321.271,50	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	157.628,83	757.672,65
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.032.218,38	757.672,65	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	2.320.395,74	1.017.352,70			
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	1.372.342,51	23.542,25			
Arrecadação de Outra Unidade	948.053,23	988.669,61			
Demais Recebimentos	-	5.140,84			
Saldo do Exercício Anterior	7.996.802,93	11.536.791,50	Saldo para o Exercício Seguinte	9.804.730,30	7.996.802,93
Caixa e Equivalentes de Caixa	7.996.802,93	11.536.791,50	Caixa e Equivalentes de Caixa	9.804.730,30	7.996.802,93
TOTAL	116.332.000,54	425.727.584,76	TOTAL	116.332.000,54	425.727.584,76

6.3.1.2 UG 110005 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PR/SET ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	110005 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PR-SET. ORC. E FIN.
ORGAO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

EXERCÍCIO 2018	PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
EMISSÃO 05/03/2018	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
Receitas Orçamentárias	226.151.372,75	1.111.463.256,96	Despesas Orçamentárias	-	-
Ordinárias	-	6.251.281,96	Ordinárias	-	-
Vinculadas	226.151.372,75	1.105.474.732,49	Vinculadas	-	-
Educação	-	509.075,65			
Alienação de Bens e Direitos	766.935,00	111.795,00			
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	225.384.437,75	1.104.853.861,84			
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-262.757,49			
Transferências Financeiras Recebidas	1.966.229.513,43	9.286.804.756,79	Transferências Financeiras Concedidas	2.021.190.665,89	9.191.405.911,16
Resultantes da Execução Orçamentária	1.884.181.877,75	8.483.946.870,10	Resultantes da Execução Orçamentária	1.913.805.255,83	8.496.798.433,02
Cota Recebida	1.683.702.113,00	8.477.831.776,55	Repasse Concedido	343.031.883,09	3.109.713.786,19
Repasse Devolvido	410.000,00	6.110.253,35	Sub-repasse Concedido	1.529.643.160,63	5.381.080.096,74
Sub-repasse Devolvido	69.764,75	4.840,20	Cota Devolvida	41.130.212,11	6.004.550,09
Independentes da Execução Orçamentária	82.047.635,68	802.857.886,69	Independentes da Execução Orçamentária	107.385.410,06	694.607.478,14
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	82.044.812,64	800.685.200,12	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	107.381.710,26	691.976.317,54
Demais Transferências Recebidas	2.823,04	2.172.686,57	Demais Transferências Concedidas	2.823,04	2.172.686,57
Aporte ao RPPS	-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	876,76	458.474,03
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
			Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	-	-	Despesas Extraorçamentárias	226.150.495,99	1.111.004.782,93
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	-	-	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	-	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	226.150.495,99	1.111.004.782,93
			Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	226.150.495,99	1.111.004.782,93
Saldo do Exercício Anterior	110.896.261,69	15.038.942,03	Saldo para o Exercício Seguinte	55.935.985,99	110.896.261,69
Caixa e Equivalentes de Caixa	110.896.261,69	15.038.942,03	Caixa e Equivalentes de Caixa	55.935.985,99	110.896.261,69
TOTAL	2.303.277.147,87	10.413.306.955,78	TOTAL	2.303.277.147,87	10.413.306.955,78

6.3.1.3 UG 110355 – SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS – SAE/PR



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2018	PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
EMISSÃO 05/03/2018	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	110355 - SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATEGICOS-SAE/PR
ORGAO SUPERIOR	61000 - SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATEGICOS

INGRESSOS		DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	-	-
Ordinárias	-	-	Ordinárias	-	-
Vinculadas	-	-	Vinculadas	-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-			
Transferências Financeiras Recebidas	-	-	Transferências Financeiras Concedidas	-	3.638,84
Resultantes da Execução Orçamentária	-	-	Resultantes da Execução Orçamentária	-	3.638,84
Independentes da Execução Orçamentária	-	-	Independentes da Execução Orçamentária	-	3.638,84
Aporte ao RPPS	-	-	Movimentações para Incorporação de Saldos	-	3.638,84
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
			Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	-	-	Despesas Extraorçamentárias	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	-	-	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	-	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Saldo do Exercício Anterior	-	3.638,84	Saldo para o Exercício Seguinte	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	3.638,84	Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-
TOTAL		3.638,84	TOTAL		3.638,84

6.3.1.4 UG 110740 – SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS SAE/PR



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2018

PERÍODO
QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMIÇÃO
05/03/2018

PÁGINA
1

SUBTÍTULO 110740 - SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATEGICOS/SAE/PR

ÓRGÃO SUPERIOR 20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS		DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
Receitas Orçamentárias	-	-	- Despesas Orçamentárias	213.000,00	-
Ordinárias	-	-	- Ordinárias	213.000,00	-
Vinculadas	-	-	- Vinculadas	-	-
(+) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	-	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	50.000,00	-	- Transferências Financeiras Concedidas	-	-
Resultantes da Execução Orçamentária	50.000,00	-	- Resultantes da Execução Orçamentária	-	-
Sub-repasso Recebido	50.000,00	-	- Independentes da Execução Orçamentária	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	-	-	- Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	- Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	-	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	191.204,20	-	- Despesas Extraorçamentárias	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	-	- Pagamento dos Restos a Pagar Processados	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	191.204,20	-	- Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	-	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-	- Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	-	- Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Saldo do Exercício Anterior	-	-	- Saldo para o Exercício Seguinte	28.204,20	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-	- Caixa e Equivalentes de Caixa	28.204,20	-
TOTAL	241.204,20	-	TOTAL	241.204,20	-

6.3.2 BALANÇOS ORÇAMENTÁRIOS

6.3.2.1 UG 110001 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	110001 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR
ORGAO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

EXERCICIO 2017	PERIODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
EMISSAO 15/02/2018	PAGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
EMISSION 15/02/2018	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	110001 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR
ORGAO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobilária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobilária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
DEFICIT	-	-	375.314.745,66	375.314.745,66
TOTAL	-	-	375.314.745,66	375.314.745,66
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	-	-	371.670.456,06	306.768.914,52	298.910.207,22	-371.670.456,06
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	220.571.006,23	189.732.000,82	182.747.873,18	-220.571.006,23
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	151.099.449,83	117.036.913,70	116.162.334,04	-151.099.449,83
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	3.644.289,60	224.559,64	224.559,64	-3.644.289,60
Investimentos	-	-	3.644.289,60	224.559,64	224.559,64	-3.644.289,60
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	-	-	375.314.745,66	306.993.474,16	299.134.766,86	-375.314.745,66
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobilária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobilária	-	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	110001 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR
ORGAO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
EMISSÃO 15/02/2018	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dividas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	375.314.745,66	306.993.474,16	299.134.766,86	-375.314.745,66
TOTAL	-	-	375.314.745,66	306.993.474,16	299.134.766,86	-375.314.745,66

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	12.319.869,35	57.135.039,05	31.076.935,97	31.076.935,97	12.939.485,39	25.438.487,04
Pessoal e Encargos Sociais	9.378.401,81	33.250.335,05	14.587.203,04	14.587.203,04	8.208.488,75	19.833.045,07
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	2.941.467,54	23.884.704,00	16.489.732,93	16.489.732,93	4.730.996,64	5.605.441,97
DESPESAS DE CAPITAL	777.151,60	712.326,75	666.375,27	666.375,27	92.152,86	730.950,22
Investimentos	777.151,60	712.326,75	666.375,27	666.375,27	92.152,86	730.950,22
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	13.097.020,95	57.847.365,80	31.743.311,24	31.743.311,24	13.031.638,25	26.169.437,26

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	190.064,56	1.606.511,78	1.610.759,82	3.480,65	182.335,87
Pessoal e Encargos Sociais	123.433,22	557.154,47	557.154,47	-	123.433,22
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	66.631,34	1.049.357,31	1.053.605,35	3.480,65	58.902,65
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	190.064,56	1.606.511,78	1.610.759,82	3.480,65	182.335,87

6.3.2.2 UG 110005 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PR/SET ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
EMISSÃO 15/02/2018	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	110005 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PR-SET. ORC. E FIN.
ORGAO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	4.755.156.809,00	4.755.156.809,00	1.111.351.461,96	-3.643.805.347,04
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profs.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	4.334.023.026,00	4.334.023.026,00	1.088.187.609,67	-3.245.835.416,33
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	593.525,55	593.525,55
Valores Mobiliários	670.688.369,00	670.688.369,00	1.087.594.084,12	416.905.715,12
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	3.663.334.657,00	3.663.334.657,00	-	-3.663.334.657,00
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	383.985.000,00	383.985.000,00	-	-383.985.000,00
Receitas de Serviços	37.148.783,00	37.148.783,00	16.997.048,67	-20.151.734,33
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	37.148.783,00	37.148.783,00	16.997.048,67	-20.151.734,33
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	6.166.803,62	6.166.803,62
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	142.527,43	142.527,43
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	5.773.396,82	5.773.396,82
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	250.879,37	250.879,37
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	111.795,00	111.795,00
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	111.795,00	111.795,00
Alienação de Bens Móveis	-	-	111.795,00	111.795,00
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
EMISSÃO 15/02/2018	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	110005 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-SET.ORÇ.E FIN.
ORGAO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	4.755.156.809,00	4.755.156.809,00	1.111.463.256,96	-3.643.693.552,04
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	4.755.156.809,00	4.755.156.809,00	1.111.463.256,96	-3.643.693.552,04
TOTAL	4.755.156.809,00	4.755.156.809,00	1.111.463.256,96	-3.643.693.552,04
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	838.463.977,00	942.783.134,00	-	-	-	942.783.134,00
Pessoal e Encargos Sociais	246.000.955,00	221.325.262,00	-	-	-	221.325.262,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	592.463.022,00	721.457.872,00	-	-	-	721.457.872,00
DESPESAS DE CAPITAL	28.878.098,00	21.551.397,00	-	-	-	21.551.397,00
Investimentos	28.878.098,00	21.551.397,00	-	-	-	21.551.397,00
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	867.342.075,00	964.334.531,00	-	-	-	964.334.531,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 15/02/2018

PÁGINA 3

SUBTÍTULO 110005 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-SET. ORC. E FIN.

ORGAO SUPERIOR 20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	867.342.075,00	964.334.531,00	-	-	-	964.334.531,00
SUPERAVIT			1.111.463.256,96			-1.111.463.256,96
TOTAL	867.342.075,00	964.334.531,00	1.111.463.256,96	-	-	-147.128.725,96

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-

6.3.2.3 UG 110355 – SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS – SAE/PR



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 15/02/2018

PÁGINA 1

SUBTÍTULO 110355 - SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATEGICOS-SAE/PR

ORGAO SUPERIOR 81000 - SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATEGICOS

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
EMIÇÃO 15/02/2018	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	110355 - SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATEGICOS-SAE/PR
ORGAO SUPERIOR	61000 - SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATEGICOS

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobilária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobilária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobilária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobilária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	110355 - SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATEGICOS-SAE/PR
ÓRGÃO SUPERIOR	61000 - SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATEGICOS

EMISSÃO 15/02/2018 PÁGINA 3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA							
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO	
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-	
TOTAL	-	-	-	-	-	-	

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-

6.3.3 BALANÇO PATRIMONIAL

6.3.3.1 UG 110001 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	110001 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR
ORGAO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

EXERCICIO 2017	PERIODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
EMISSAO 15/02/2018	PAGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO CIRCULANTE	11.890.739,49	18.322.279,61	PASSIVO CIRCULANTE	30.301.604,20	13.645.807,22
Caixa e Equivalentes de Caixa	7.996.802,93	11.536.791,50	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	29.755.951,33	12.307.597,22
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	1.694.630,89	4.786.293,09	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	485.686,53	1.013.007,34
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	258,33	-
Estoques	2.199.305,67	1.999.195,02	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Provisões a Curto Prazo	-	-
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	59.708,01	325.202,66
ATIVO NÃO CIRCULANTE	341.499.356,39	335.339.082,92	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	6.983,92	6.983,92	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	6.983,92	6.983,92	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Resultado Diferido	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	30.301.604,20	13.645.807,22
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-			
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-			
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-			
Imobilizado	337.128.361,70	331.665.826,64			
Bens Móveis	96.132.993,63	116.363.229,63			
Bens Móveis	140.936.188,17	151.786.574,22			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-42.803.194,54	-35.423.344,59			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			
Bens Imóveis	236.995.368,07	215.302.597,01			
Bens Imóveis	240.051.540,45	215.478.804,44			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-1.056.172,38	-176.207,43			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	4.364.010,77	3.666.272,36			
Softwares	3.309.505,19	2.611.766,78			
Softwares	3.361.427,27	2.648.517,51			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-51.922,08	-36.750,73			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	1.054.505,58	1.054.505,58			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	1.054.505,58	1.054.505,58			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	110001 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR
ORGAO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
EMISSÃO 15/02/2018	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	353.390.095,88	353.661.362,53	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	353.390.095,88	353.661.362,53

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO FINANCEIRO	7.996.802,93	11.536.791,50	PASSIVO FINANCEIRO	102.580.290,59	72.765.959,50
ATIVO PERMANENTE	345.393.292,95	342.124.571,03	PASSIVO PERMANENTE	22.212.022,37	11.824.234,47
			SALDO PATRIMONIAL	228.597.782,92	269.071.168,56

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	5.530.794,87	5.562.247,99	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	185.794.736,63	459.127.307,04
Execução dos Atos Potenciais Ativos	5.530.794,87	5.562.247,99	Execução dos Atos Potenciais Passivos	185.794.736,63	459.127.307,04
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	4.016.384,01	4.016.384,01	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Convenidos e Outros Instrumentos Cong	402.232,01	433.685,13	Obrigações Convenidas e Outros Instrum Congên	1.044.930,44	4.045,61
Direitos Contratuais a Executar	1.112.178,85	1.112.178,85	Obrigações Contratuais a Executar	184.749.806,19	459.123.261,43
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	5.530.794,87	5.562.247,99	TOTAL	185.794.736,63	459.127.307,04

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-92.229.226,03
Recursos Vinculados	-2.354.261,63
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-2.354.261,63
TOTAL	-94.583.487,66



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
EMISSION 15/02/2018	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	110005 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-SET. ORC. E FIN.
ORGAO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	110.896.261,69	15.038.942,03	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	110.896.261,69	15.038.942,03

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO FINANCEIRO	110.896.261,69	15.038.942,03	PASSIVO FINANCEIRO	-	-
ATIVO PERMANENTE	-	-	PASSIVO PERMANENTE	-	-
			SALDO PATRIMONIAL	110.896.261,69	15.038.942,03

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	-	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	-	-
Execução dos Atos Potenciais Ativos	-	-	Execução dos Atos Potenciais Passivos	-	-
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	-	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	-	-	TOTAL	-	-

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	110.896.261,69
Recursos Vinculados	-
TOTAL	110.896.261,69



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
EMIÇÃO 15/02/2018	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	110355 - SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATEGICOS-SAE/PR
ORGAO SUPERIOR	61000 - SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATEGICOS

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	-	3.638,84	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-	3.638,84

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO FINANCEIRO	-	3.638,84	PASSIVO FINANCEIRO	-	-
ATIVO PERMANENTE	-	-	PASSIVO PERMANENTE	-	-
			SALDO PATRIMONIAL		3.638,84

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	-	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	-	-
Execução dos Atos Potenciais Ativos	-	-	Execução dos Atos Potenciais Passivos	-	-
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	-	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	-	-	TOTAL	-	-

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-
Recursos Vinculados	-
TOTAL	-

6.3.4 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

6.3.4.1 UG 110001 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO 2017	PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
SUBTÍTULO	110001 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR	EMISSÃO 15/02/2018	PÁGINA 1
ORGAO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA	VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	394.529.597,61	396.046.132,91
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	360,00	-
Contribuições Sociais	360,00	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	593.553,99	551.511,86
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	182,22
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	593.553,99	551.329,64
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	5.970,46	254.730,66
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	5.970,46	254.730,66
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	388.427.500,55	394.460.578,72
Transferências Intragovernamentais	336.282.486,39	387.743.050,50
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	52.145.014,16	6.717.528,22
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	4.252.071,99	173.418,59
Reavaliação de Ativos	3.172.681,50	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	689.898,45	171.394,68
Ganhos com Desincorporação de Passivos	389.492,04	2.023,91
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	1.250.140,62	605.893,08
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2017

PERÍODO
QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	110001 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR
ORGAO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

EMISSÃO
15/02/2018

PAGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	1.250.140,62	605.893,08
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	402.827.166,25	383.734.301,64
Pessoal e Encargos	234.071.621,26	214.666.990,82
Remuneração a Pessoal	113.897.731,10	96.832.121,96
Encargos Patronais	12.417.274,58	11.417.804,30
Benefícios a Pessoal	18.630.383,90	7.076.000,43
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	89.126.231,68	99.341.064,13
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	106.891,83	165.531,59
Aposentadorias e Reformas	106.265,82	165.531,59
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	626,01	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	123.875.148,53	152.291.760,50
Uso de Material de Consumo	7.441.455,33	10.304.016,94
Serviços	106.513.590,20	132.596.240,80
Depreciação, Amortização e Exaustão	9.920.103,00	9.391.502,76
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	69.021,97	58.558,54
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	69.021,97	58.558,54
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	17.998.218,33	12.258.000,19
Transferências Intragovernamentais	8.305.662,62	7.572.333,17
Transferências Intergovernamentais	68.332,08	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	9.624.223,63	4.685.667,02
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	26.012.829,71	1.516.731,91
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	22.620.068,44	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	1.301.563,99	626.977,13
Incorporação de Passivos	46.697,28	889.754,78
Desincorporação de Ativos	2.044.500,00	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2017

PERÍODO
QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	110001 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR
ÓRGÃO SUPERIOR	20101 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

EMIÇÃO
15/02/2018

PÁGINA
3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
Tributárias	40.506,90	72.958,71
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	39.946,90	72.958,71
Contribuições	560,00	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custo dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	652.927,72	2.703.769,38
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	652.927,72	2.703.769,38
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-8.297.568,64	12.311.831,27
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2017	2016

6.3.4.2 UG 110005 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PR/SET ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	110005 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/PR-SET. ORC. E FIN.
ORGAO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

EXERCICIO 2017	PERIODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
EMISSAO 15/02/2018	PAGINA 1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	9.287.263.230,82	33.029.405.672,44
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	-	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	140,84
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	140,84
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	9.286.804.756,79	9.452.607.207,15
Transferências Intragovernamentais	9.286.804.756,79	9.452.607.207,15
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	-	23.576.735.750,48
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	-	23.576.735.750,48
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	458.474,03	62.573,97
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	110005 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-SET. ORC. E FIN.
ORGAO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

EXERCICIO 2017	PERIODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
EMISSAO 15/02/2018	PAGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	458.474,03	62.573,97
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	9.191.405.911,16	26.421.401.264,69
Pessoal e Encargos	-	-
Remuneração a Pessoal	-	-
Encargos Patronais	-	-
Benefícios a Pessoal	-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	-	-
Uso de Material de Consumo	-	-
Serviços	-	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	-	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	9.191.405.911,16	9.438.619.070,14
Transferências Intragovernamentais	9.191.405.911,16	9.438.619.070,14
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	-	16.982.762.194,55
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	16.982.760.674,40
Desincorporação de Ativos	-	21.520,15



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
EMIÇÃO 15/02/2018	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	110005 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-SET.ORG.E FIN.
ORGAO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
Tributárias		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados		
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	95.857.319,66	6.608.004.407,75
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2017	2016

6.3.4.3 UG 110355 – SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS – SAE/PR



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
EMISSÃO 15/02/2018	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	110355 - SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATEGICOS-SAE/PR
ORGAO SUPERIOR	61000 - SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATEGICOS

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	-	29.237.583,78
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	-	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	-	29.235.968,24
Transferências Intragovernamentais	-	29.235.968,24
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	-	1.615,54
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	-	1.615,54
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	-	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	110355 - SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATEGICOS-SAE/PR
ORGAO SUPERIOR	61000 - SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATEGICOS

EXERCICIO 2017	PERIODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
EMISSAO 15/02/2018	PAGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	-	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	3.638,84	29.233.944,94
Pessoal e Encargos	-	-
Remuneração a Pessoal	-	-
Encargos Patronais	-	-
Benefícios a Pessoal	-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	-	1.501,01
Uso de Material de Consumo	-	-
Serviços	-	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	-	1.501,01
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	3.638,84	29.232.443,93
Transferências Intragovernamentais	3.638,84	12.131.703,18
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	17.100.740,75
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	-	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	-
Desincorporação de Ativos	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2017

PERÍODO
QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	110355 - SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATEGICOS-SAE/PR
ORGAO SUPERIOR	61000 - SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATEGICOS

EMISSÃO
15/02/2018

PAGINA
3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
Tributárias	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-3.638,84	3.638,84
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2017	2016

7 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

7.1 TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

Cumprimento das deliberações atendidas no exercício

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
044.735/2012-0	Acórdão nº 2063/2017-Plenário	9.1 e 9.2	Ofício 5988/2017-TCU/Sefip, de 25/10/2017	06/11/2017
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Secretaria de Administração, SECOM e SPPI				
Descrição da determinação/recomendação				
Irregularidade quanto à não aplicação do teto remuneratório sobre os valores de reembolso devidos às empresas estatais em decorrência da cessão de empregados públicos. Solicita que as entidades públicas referidas no citado acórdão deem ciência aos organismos vinculados à sua estrutura hierárquica, devendo atender o prazo de notificação (31/12/2017), para não ensejar aplicação de multa aos responsáveis, bem como esclarece que aquele Tribunal deve ser notificado após o cumprimento de medidas.				
Justificativa do cumprimento e medidas adotadas				
No que tange à determinação sobre a incidência do teto remuneratório estabelecido no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal, sobre o valor total custeado com recursos do Tesouro Nacional, incluindo o reembolso de que trata o Decreto 4.050/2001 e a retribuição pelo exercício do cargo em comissão dos empregados de empresas estatais cedidos a esta Presidência da República – PR, informa-se que foi levantado todos os valores referentes aos períodos de fevereiro a setembro de 2017, e, quitados todos os reembolsos em cumprimento ao Acórdão TCU nº 2063/2017 – Plenário, bem como participado o TCU sobre os procedimentos adotados por esta Presidência da República por meio do Ofício SEI nº 367/2017 (Processo 00030.002075/2017-24).				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
012.014/2017-7	Acórdão nº 1.953/2017	9.1.1	Ofício 0018/2018-TCU/SECEX-RS	03/07/2018
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Secretaria de Administração				
Descrição da determinação/recomendação				
Identifica cinco transferências voluntárias que estariam com vigência expirada e não tiveram nenhum desembolso, que deveriam, portanto, estar na situação extinta ou anulada, mas constam, no Siconv, em situação diversa.				

Justificativa do cumprimento e medidas adotadas

Foi expedido o Ofício nº 70/2018/SA-PR (00133.000050/2018-19) para o TCU informando que, após a devida consulta ao Siconv pela unidade técnica responsável da SA, verificou-se que apenas o convênio de nº 802010, dentre os cinco relacionados no Ofício, permanece sob gestão desta PR, mais especificamente no âmbito da Unidade Gestora 110235 - Secretaria Nacional de Juventude, vinculada à Secretaria de Governo da Presidência da República, a qual será devidamente cientificada pela Secretaria-Geral da PR para cumprimento do *decisum* dessa colenda Corte, nos termos de seus itens 9.1.1 e 9.1.2. Por outro lado, no tocante à transferência voluntária de nº 700310, cumpre informar que, após reiteradas consultas ao Siconv, não foram retornados quaisquer dados acerca desse instrumento, de forma que colhemos do ensejo para solicitar os bons ofícios de Vossa Senhoria na verificação e ratificação desse número de convênio, para fins de prosseguimento de providências por parte do respectivo órgão titular dessa transferência voluntária.

Quanto aos convênios de nº 700555 e 700744, devido à ocorrência pregressa de reforma administrativa no âmbito do Poder Executivo Federal, essas transferências voluntárias tiveram seus saldos transferidos da Unidade Gestora 110246 da PR para a Unidade Gestora 200246, do Ministério da Justiça e Segurança Pública. De igual modo, o convênio de nº 753236 teve seus saldos transferidos da Unidade Gestora 110323 da PR para a Unidade Gestora 390081, do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

Assim, a SEGOV foi notificada, uma vez que, das cinco Transferências Voluntárias já expiradas, apenas o convênio de nº 802010 permanece sob gestão da PR, mais especificamente no âmbito da Unidade Gestora 110235 - Secretaria Nacional de Juventude - SNJ, vinculada à Secretaria de Governo.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
045.700/2012-5	2207/2016 – 1ª Câmara	9.5	Aviso 39/2016	6/4/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Secretaria de Controle Interno - Ciset/SG-PR.				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>Determinar à Secretaria de Controle Interno da Secretaria de Governo da Presidência da República – Ciset/SG-PR que consigne no Relatório de Auditoria de Gestão das próximas contas da Codern manifestação conclusiva sobre o cumprimento por aquela companhia dos subitens 9.5.5, 9.5.9, 9.5.9.1, 9.5.9.2, 9.5.9.3, 9.5.9.4 e 9.5.9.5 do Acórdão 1.774/2011-Plenário, bem como dos demais itens da presente decisão, incluindo o saneamento das ocorrências irregulares das quais se decidiu dar ciência à Codern.</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>Com a edição da Lei nº 13.341 e do Decreto nº 8.865, ambos de 29 de setembro de 2016, foram transferidas as competências da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República e da Secretaria de Portos da Presidência da República para o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil. Dessa forma, a competência para acompanhamento das recomendações e determinações do TCU dirigidas à Companhia Docas do Rio Grande do Norte (CODERN), passou a ser do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU).</p> <p>Desta forma, resta justificado o cumprimento pregresso da determinação/recomendação, retificando, na oportunidade, a informação prestada no Relatório de Gestão do Exercício de 2016, por inexistir pendência.</p>				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
017.054/2009-0	Acórdão nº 2.514/2010-TCU - Plenário, com reexame por meio do Acórdão nº 2.194/2016-TCU-Plenário	9.1.1	Aviso nº 761 – GP/TCU (Acórdão nº 2.194/2016)	29/11/2010 (Acórdão nº 2.514) e 14/09/2016 (Acórdão nº 2.194)
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Secretaria de Administração				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>Com fulcro na Macrofunção SIAFI 02.11.21, abstenha-se de escriturar a movimentação registrada nas contas relativas à utilização do CPGF (fatura e saque) com o código da Unidade Gestora para gastos que não são classificados em lei como sigilosos e observe o disposto no Decreto-lei 200/1967, no Decreto nº 93.872/1986 e no item 2.2 da Norma III-202, de junho de 2002, da Casa Civil da Presidência da República no tocante à necessidade de manutenção de registros sobre os agentes supridos, inclusive em processos administrativos internos, e suas prestações de contas;</p>				
Justificativa do cumprimento e medidas adotadas				
<p>Com o advento do § 2º do art. 24 da Lei nº 12.527/2011: “As informações que puderem colocar em risco a segurança do Presidente e Vice-Presidente da República e respectivos cônjuges e filhos(as) serão classificadas como reservadas e ficarão sob sigilo até o término do mandato em exercício ou do último mandato, em caso de reeleição”, é indicado o inciso 02, no preenchimento das notas de empenho das concessões de suprimento de fundos relacionados às peculiaridades da Presidência da República.</p> <p>Em razão deste dispositivo, a Secretaria de Administração emite as notas de empenho de acordo com a Macrofunção 02.11.21 – Suprimento de Fundos, atentando em especial ao item 16.3: “16.3 - Emitir Nota de Empenho NE modalidade de licitação 09, em nome do suprido ou da Unidade Gestora, conforme procedimentos internos de cada órgão, nos elementos de despesas 339030, 339031, 339033, 339036, 339039, 339047, ou, quando devidamente autorizados pelo ordenador de despesas, nos elementos 449052, 449030 ou 449039, observando os valores máximos estabelecidos na legislação vigente, sempre no subitem 96 (Pagamento Antecipado) e informando, para cada caso, o amparo Decreto 93.872/96 e inciso, sendo 01 para despesas eventuais, 02 para despesas de caráter sigiloso e 03 para despesas de pequeno vulto. As opções poderão ser consultadas por meio da tecla F1 - ajuda.”</p> <p>Desta forma, resta justificado o cumprimento pregresso da determinação/recomendação, retificando, na oportunidade, a informação prestada no Relatório de Gestão do Exercício de 2016, por inexistir pendência.</p>				

Quadro 27 Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
023.480/2016-5	Acórdão nº 1.154/2017-TCU – Plenário	9.1	Ofícios 0921 e 0922/2017-TCU/SecexAdministração, de 14/8/2017	18/08/2017
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Secretaria de Administração				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>9.1. determinar à Secretaria de Administração da Presidência da República (SA/PR) que:</p> <p>9.1.1. publique, ao final dos mandatos presidenciais, em atendimento ao que dispõe o art. 24, §4º da Lei 12.527/2011, as despesas de caráter reservado da Presidência e Vice-Presidência da República em sítio eletrônico, com detalhamento das principais despesas desses órgãos, mantendo a divulgação de tabela consolidada discriminando os gastos por natureza de despesa;</p> <p>9.1.2. publique, tão logo sejam realizadas, as informações relativas das despesas com cartões de pagamento do Governo Federal para aquisição de gêneros alimentícios e materiais de higiene e limpeza, fornecimento de alimentação e hospedagem e locação de meios de transporte, em atendimento ao que dispõe o art. 24, § 2º, do da Lei 12.527/2011;</p> <p>9.1.3. publique, ao final dos mandatos presidenciais, a relação de todos os presentes recebidos e incorporados ao patrimônio da Nação;</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Após recurso de reexame, o Ministro Relator suspendeu os efeitos dos retrotranscritos itens 9.1, 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 do referido Acórdão em relação à Secretaria-Geral da Presidência da República e à Agência Brasileira de Inteligência - Abin, os quais permanecem pendentes de apreciação quanto ao mérito, conforme notícia o Ofício nº 1140/2017-TCU/SecexAdministração (Processo SEI 00001.005743/2017-12).				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
027.629/2015-5	11.203/2016 - 2ª Câmara	1.8	Ofício nº 590/2016	21/10/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Secretaria de Governo da Presidência da República – SG/PR, em conjunto com a Secretaria de Controle Interno - Ciset/SG-PR.				
Descrição da determinação/recomendação				
Recomendar à Secretaria de Governo da Presidência da República que, em conjunto com a Secretaria de Controle Interno (Ciset/PR), analise a conveniência e oportunidade de elaborar estudo com vistas a adequar os recursos para a Secretaria de Controle Interno da Presidência da República (Ciset/PR) necessários ao bom desempenho de suas atividades frente à quantidade de unidades jurisdicionadas a que ela está incumbida de fiscalizar para que possa realizar a contento seu papel de órgão setorial do Sistema de Controle Interno do Poder executivo				

Federal, adotando as medidas para dar provimento a tais necessidades, se for o caso.

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

Em virtude das alterações na estrutura da Presidência da República durante o ano de 2017, bem como da readequação na estrutura interna da Secretaria de Controle Interno, não foi possível realizar totalmente o estudo proposto. Todavia, em que pese não ter sido realizado o estudo completo, medidas pontuais foram adotadas para fortalecer a Ciset/PR frente à quantidade de unidades jurisdicionadas a que ela está incumbida de fiscalizar, citando-se, por exemplo, o incremento das ações de capacitação da Secretaria e a mencionada readequação de sua estrutura organizacional interna, fatores que contribuirão para a melhoria do desempenho da Secretaria de Controle Interno

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
011.591/2016-1	2.255/2016 – Plenário	9.2	Aviso 727/2016	1º/9/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Secretaria de Administração e Gabinete Pessoal do Presidente da República.				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>9.2. determinar à Secretaria de Administração da Presidência da República e ao Gabinete Pessoal do Presidente da República que:</p> <p>9.2.1 incorporem, com fulcro no art. 3º, parágrafo único, inciso II, do Decreto 4.344/2002, ao patrimônio da União todos os documentos bibliográficos e museológicos recebidos pelos presidentes da República, nas denominadas cerimônias de troca de presentes, bem assim todos os presentes recebidos, nas audiências com chefes estado e de Governo, por ocasião das visitas oficiais ou viagens de Estado ao exterior, ou das visitas oficiais ou viagens de Estado de chefes de Estado e de Governo estrangeiros ao Brasil, excluídos apenas os itens de natureza personalíssima ou de consumo direto pelo Presidente da República;</p> <p>9.2.2 no prazo de 120 dias, identifiquem todos os atuais mantenedores e os mantenedores que já deixaram a função, bem como a respectiva localização, entre os 568 bens recebidos pelo ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, incluídos no Sistema de Gestão de Acervos Privados da Presidência da República-Infoap (doc. 47), bem como adotem as providências necessárias à incorporação ao acervo público daqueles cujas características atendem ao disposto no art. 3º, parágrafo único, inciso II, do Decreto 4.344/2002, consoante o entendimento consignado no subitem 9.2.1;</p> <p>9.2.3. no prazo de 120 dias, adotem todas as providências necessárias à imediata incorporação ao acervo público dos bens constantes da relação de 144 bens recebidos pela Presidente afastada Dilma Vanna Rousseff, incluídos no Sistema de Gestão de Acervos Privados da Presidência da República-Infoap (doc. 59), que atendem ao disposto no art. 3º, parágrafo único, inciso II, do Decreto 4.344/2002, consoante o entendimento consignado no subitem 9.2.1;</p> <p>9.2.4. no prazo de 120 dias, identifiquem os atuais mantenedores e a respectiva localização, entre os demais bens inseridos no Sistema de Gestão de Acervos Privados da Presidência da República-Infoap, após a publicação do Decreto 4.344/2002, bem como adotem todas as providências necessárias à incorporação ao acervo público daqueles cujas características atendem ao disposto no art. 3º, parágrafo único, inciso II, do Decreto 4.344/2002, consoante o entendimento consignado no subitem 9.2.1.</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>A Secretaria de Governo da Presidência da República opôs embargos de declaração em face do Acórdão nº 2.255/2016 - Plenário alegando omissão no subitem 9.2 do Acórdão, porquanto não teria explicitado quais de seus subitens deveriam ser cumpridos pela Secretaria de Administração e quais estariam a cargo do Gabinete Pessoal do Presidente da República.</p> <p>Com consequência foi editado o ACÓRDÃO TCU nº 2.493/2016 – Plenário, de 28/9/2016, determinando ao Gabinete Pessoal do Presidente da República que dê cumprimento ao subitem 9.2.5 do ACÓRDÃO TCU nº 2.255/2016 – Plenário.</p> <p>Quanto aos demais itens (9.2.1 a 9.2.4), o atendimento dessas determinações é composto por duas fases. A primeira fase, em andamento, sob a gestão da Diretoria de Documentação</p>				

Histórica, refere-se à identificação dos bens, catalogação e instrução processual. Trata-se de trabalho minucioso que envolve uma ampla conferência de dados, com checagem de datas, viagens, agendas, enfim, todas as informações que possam comprovar de que maneira os presentes foram recebidos. A fase seguinte, isto é, a efetiva incorporação dos bens permanentes (emplaquetamento, conferência física, conferência documental, inclusão de dados no sistema de controle de patrimônio e financeiro e emissão de guias) ao patrimônio da Presidência da República, será realizada pela Diretoria de Recursos Logísticos após o encerramento dos procedimentos da fase anterior.

Considerando a complexidade e o detalhamento das recomendações, foi solicitada ao TCU a prorrogação do prazo para o cumprimento daquelas referentes aos itens 9.2.2, 9.2.3 e 9.2.4, conforme Ofício-SEI nº 58/2017/SA-PR, de 10/02/2017.

Em 26/12/2017 foi encaminhado ao TCU o Ofício-SEI nº 390/2017/SA-PR noticiando sobre a manifestação dos representantes dos mencionados ex-presidentes da República LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA e DILMA VANA ROUSSEFF, solicitando a prorrogação do prazo fixado para atendimento da notificação por mais 90 (noventa) e 60 (sessenta) dias, respectivamente, sob o argumento central de que as diligências necessárias para o atendimento são diversas e complexas. Posteriormente, por solicitação dos demandados, foi enviado o Ofício nº 53/2018/SA-PR, em 16/02/2018, solicitando a ampliação do prazo concedido no Acórdão nº 956/2017 TCU-Plenário por mais 120 (cento e vinte) dias, aguardando-se deliberação do TCU

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
010.638/2016-4	Acórdão 1469/2017- Plenário	9.1	Aviso nº 515-TCU- Plenário	27/07/2017
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
SA/SECOM/SPPI/SAE/CISET				
Descrição da determinação/recomendação				
Item 9.1.3 do referido Acórdão recomendou que se "avalie a oportunidade e a conveniência de intensificar a divulgação aos cidadãos das plataformas digitais de participação social disponíveis, a exemplo dos portais Participa.br, e-Cidadania e e-Democracia, por meio dos canais de contato com a sociedade mantidos pelos órgãos e demais entes do Poder Executivo Federal, em atenção ao disposto na Lei 12.965/2014, arts. 24, I, VI, IX, e 25, V, e no Decreto 8.638/2016, arts. 3º, VII, 4º, II, e 6º, II".				

Justificativa do cumprimento e medidas adotadas

Processo SEI nº 00001.003565/2017-95. As áreas da SG responderam na forma seguinte:

- a) Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos – SPPI: No sítio eletrônico do Programa de Parcerias de Investimentos - www.avancarparcerias.gov.br - estão disponíveis informações sobre o PPI e também sobre a SPPI/SG-PR, sendo um espaço de ampla divulgação do trabalho. Além disso, existe a possibilidade do cidadão interagir com a Secretaria por meio do envio de dúvidas pelo Serviço de Informações ao Cidadão do Palácio do Planalto - sicplanalto@presidencia.gov.br - e recebimento da newsletter do Programa.
- b) Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos – SAE: Todas as informações não classificadas, em especial publicações e estudos, produzidos no âmbito desta Secretaria Especial, são divulgados na íntegra no sítio www.secretariageral.gov.br/assuntos/assuntos-estrategicos.
- c) Secretaria Especial de Comunicação Social – SECOM - A Subsecretaria de Comunicação Digital deu início a um projeto de construção de plataforma de conversas públicas, que possui o intuito de aprimorar a comunicação com a sociedade, sendo um novo hub, com maior abrangência, de fácil utilização e que, agregará as iniciativas existentes dos órgãos do Sistema de Comunicação do Poder Executivo Federal (Sicom).
- d) Secretaria de Controle Interno – Ciset: Estão publicados os canais de contato com a sociedade na página da Secretaria de Controle Interno da Secretaria-Geral (www.secretariageral.gov.br/assuntos/controle-interno), na forma proposta pelo arquivo "Anexo links - Acórdão TCU (0433642)", como medida para intensificar a divulgação das plataformas digitais de participação social.
- e) Secretaria de Administração – SA: não dispõe de uma *plataforma digital de participação social* ou de canais de comunicação voltados aos diversos públicos da sociedade civil.

7.2 TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

Quadro 28 Recomendações atendidas no exercício

Unidade Prestadora de Contas	
Órgão da recomendação	
Secretaria de Administração – Presidência da República	
Recomendações do OCI	
Relatório de Auditoria	Item
Auditoria Operacional 02/2016	43
Descrição da Deliberação:	
Promover a adequação da metodologia de trabalho de forma a realizar o registro da Conformidade dos Registros de Gestão em até 3 (três) dias úteis a contar da data do registro da operação no SIAFI, em todos os estágios da despesa.	
Providências Adotadas/ Resultados Obtidos	
Setor responsável pela implementação	
Diretoria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade	
Síntese da providência adotada/resultado obtido:	
<p>No sentido de incorporar a análise da emissão dos empenhos no momento da emissão, e não no ato da liquidação, a Diretoria de Planejamento, Orçamento e Finanças elaborou um plano de ação, que foi aprovado pelo Controle Interno. Basicamente o plano consistiu na:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Realização de mapeamento dos processos que perpassam a Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira - COFIN; 2) Realização da reavaliação de riscos dos processos desenvolvidos pela COFIN. 3) Reavaliação da distribuição das atividades dentro da COFIN, considerando a avaliação do risco. 	

Unidade Prestadora de Contas	
Órgão da recomendação	
Secretaria de Administração – Presidência da República	
Recomendações do OCI	
Relatório de Auditoria	Item
Auditoria Operacional 02/2016	1
Descrição da Deliberação:	
Adotar providências com vistas à apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano que permitam a reposição dos bens ou ressarcimento ao Erário.	
Providências Adotadas/ Resultados Obtidos	
Setor responsável pela implementação	
Diretoria de Recursos Logísticos	
Síntese da providência adotada/resultado obtido:	
<p>Recomendação Atendida. processos de sindicância abertos:</p> <ol style="list-style-type: none"> a) 00140.000114/2016-21: apuração do extravio dos bens relacionados nos processos 00088.002290/2015-06, 00088.002333/2015-45 e 00088.002399/2014-54; b) 00140.000113/2016-86: apuração do extravio dos bens relacionados no processo 00088.002397/2014-65; c) 00088.000665/2016-76: apuração dos bens não localizados nos exercícios anteriores a 2010; d) 00088.000681/2016-69: apuração do extravio de seis obras de arte da Presidência da República e uma obra de arte do Museu de Belas Artes do Rio de Janeiro; e) 00040.000229/2016-43: apuração dos bens não localizados nos exercícios de 2010, 2011 e 	

2013;
 f) 00040.000230/2016-78: apuração do extravio dos bens relacionados nos processos 00088.002286/2015-30, 00088.002276/2015-02 e 00088.002314/2015-19 e dos bens não localizados no exercício de 2014;
 g) 00040.000231/2016-12: apuração dos bens não localizados no exercício de 2015.
 Os processos seguem rotina das respectivas Comissões. Alguns estão ainda em fase de instrução diante da complexidade, outros concluídos e submetidos à análise da área jurídica ou para julgamento.

Unidade Prestadora de Contas	
Órgão da recomendação	
Secretaria de Administração – Presidência da República	
Recomendações do OCI	
Relatório de Auditoria	Item
Auditoria Operacional 02/2016	4
Descrição da Deliberação:	
Promover revisão, remodelagem e reestruturação dos mecanismos de controles internos administrativos relacionados à gestão de bens móveis.	
Providências Adotadas/ Resultados Obtidos	
Setor responsável pela implementação	
Diretoria de Recursos Logísticos	
Síntese da providência adotada/resultado obtido:	
<p>Recomendação atendida. Ações realizadas:</p> <p>a) Alteração na metodologia de realização do Inventário Anual: Criação de Comissão de Inventário para conferência física de todos os bens;</p> <p>b) Implantação de Sistema de Agendamento de Movimentação de Bens: Solução de informática que possibilitará maior controle e organização quanto à movimentação de bens. Sistema em uso desde 17/10/2016;</p> <p>c) Alteração nos procedimentos de retirada de bens da condição de extraviado. Neste novo modelo, o servidor da Sepat realiza a conferência física do bem anteriormente à retirada do bem da condição de extraviado. Procedimento implantado em 03/10/2016.</p> <p>d) Análise e aprovação do que foi proposto pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 107, de 29 de julho de 2016.</p> <p>e) Norma de Patrimônio atualizada e publicada em 29/12/2017 (Norma VII-103 – Gestão Patrimonial de Bens Móveis).</p>	

Unidade Prestadora de Contas	
Órgão da recomendação	
Secretaria de Administração – Presidência da República	
Recomendações do OCI	
Relatório de Auditoria	Item
Auditoria Operacional 02/2016	5
Descrição da Deliberação:	
Promover, em articulação com a Secretaria de Segurança Presidencial do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, revisão dos procedimentos de segurança patrimonial.	
Providências Adotadas/ Resultados Obtidos	
Setor responsável pela implementação	
Diretoria de Recursos Logísticos	
Síntese da providência adotada/resultado obtido:	
<p>Ações Realizadas:</p> <p>Por meio do Ofício 180/2016/Gab.SA/SG/PR, de 21/06/2016 iniciaram-se tratativas junto à Secretaria de Segurança Presidencial do Gabinete de Segurança Institucional – SPR/GSI quanto à necessidade de articulação em prol de aperfeiçoamento das medidas e serviços relacionados à segurança patrimonial e das instalações presidenciais complementares entre si. Em complementação a essa articulação, foi insstituída a Comissão Especial do Sistema de Proteção das Instalações Presidenciais (PROPR) e seu Grupo de Apoio por intermédio da Portaria Interministerial GSI/CC/SG/SEGOV Nº 3, de 22/03/2017, com a competência de estabelecer o escopo do Sistema de Segurança, definindo seus subsistemas e sua abrangência física.</p>	

Unidade Prestadora de Contas	
Órgão da recomendação	
Secretaria de Administração – Presidência da República	
Recomendações do OCI	
Relatório de Auditoria	Item
Auditoria Operacional 02/2016	6
Descrição da Deliberação:	
Apurar eventuais responsabilidades das empresas contratadas para os serviços de segurança do complexo de depósitos de bens móveis de responsabilidade da Secretaria de Administração.	
Providências Adotadas/ Resultados Obtidos	
Setor responsável pela implementação	
Diretoria de Recursos Logísticos	
Síntese da providência adotada/resultado obtido:	
<p>Processo Administrativo nº 00010.001401/2016-35 concluído em 30/10/2017. Conforme o responsável pelo processo: "não foram encontrados elementos que possam identificar relação de causalidade entre os citados extravios e as atribuições previstas para o "Posto 03 ALMOXARIFADO", dispostas no Inciso I (Obrigações da contratada) da Cláusula Segunda do Contrato nº 24/2009 (Processo nº 00185.000933/2009-22) durante o período de vigência, de 30 de dezembro de 2009 a 30 de dezembro de 2015, tendo em vista não haver referência ao controle dos bens acondicionados no interior do Almoxarifado e suas dependências, por parte da empresa.</p>	

Unidade Prestadora de Contas	
Órgão da recomendação	
Secretaria de Administração – Presidência da República	
Recomendações do OCI	
Relatório de Auditoria	Item
Auditoria Operacional 02/2016	7
Descrição da Deliberação:	
Realizar um mapeamento de todo mobiliário e objetos/reíquias que possam ser classificados como obras de arte, promovendo a devida reclassificação no sistema de registro patrimonial e no SIAFI.	
Providências Adotadas/ Resultados Obtidos	
Setor responsável pela implementação	
Diretoria de Recursos Logísticos	
Síntese da providência adotada/resultado obtido:	
<p>Ações Realizadas: Publicação da Portaria nº 168 em 06/10/2016 para instituir Grupo de Trabalho (GT) (servidores PR, VPR e Ibram) para executar ações prevista no Acordo de Cooperação Técnica nº 001/2016; dentre elas, o mapeamento de todo mobiliário e objetos/reíquias que possam ser classificados como obras de arte, com a promoção posterior da devida reclassificação no sistema de registro patrimonial e no SIAFI.</p> <p>Ações em andamento: O Grupo de Trabalho está realizando visitação às instalações dos Palácios Presidenciais para realização de inventário de bens culturais.</p>	

Unidade Prestadora de Contas	
Órgão da recomendação	
Secretaria de Administração – Presidência da República	
Recomendações do OCI	
Relatório de Auditoria	Item
Auditoria Operacional 02/2016	8
Descrição da Deliberação:	
Desenvolver, em parceria com a Diretoria de Documentação Histórica - DDH, políticas de gestão de obras de arte, inclusive com a definição de responsabilidades e competências.	
Providências Adotadas/ Resultados Obtidos	
Setor responsável pela implementação	
Diretoria de Recursos Logísticos	
Síntese da providência adotada/resultado obtido:	
Minuta da Política de Gestão de Bens Artísticos e Históricos inclusive com a definição de responsabilidades e competências em tratamento no processo nº 00140.000158/2017-31 Acatada no PPP	

Unidade Prestadora de Contas	
Órgão da recomendação	
Secretaria de Administração – Presidência da República	
Recomendações do OCI	
Relatório de Auditoria	Item
Auditoria Operacional 02/2016	9
Descrição da Deliberação:	
Realizar censo e registro, incluindo a catalogação fotográfica (de perspectivas diferentes do objeto), com descrição detalhada, acervo documental (processual) - impresso e digitalizado, fazendo para ambos cópias de segurança a serem mantidas em cofres - individualizado de todos os bens móveis classificados como obras de arte.	
Providências Adotadas/ Resultados Obtidos	
Setor responsável pela implementação	
Diretoria de Recursos Logísticos	
Síntese da providência adotada/resultado obtido:	
Recomendação atendida Publicação da Portaria nº 168 em 06/10/2016 para instituir Grupo de Trabalho (GT) (servidores PR, VPR e Ibram) para executar ações prevista no Acordo de Cooperação Técnica nº 001/2016; dentre elas, Realizar censo e registro, incluindo a catalogação fotográfica (de perspectivas diferentes do objeto), com descrição detalhada, acervo documental (processual) - impresso e digitalizado, fazendo para ambos cópias de segurança a serem mantidas em cofres - individualizado de todos os bens móveis classificados como obras de arte.	

Unidade Prestadora de Contas	
Órgão da recomendação	
Secretaria de Administração – Presidência da República	
Recomendações do OCI	
Relatório de Auditoria	Item
Auditoria Operacional 02/2016	10
Descrição da Deliberação:	
Apurar os fatos, promovendo a identificação dos responsáveis e a quantificação do dano ao Erário, de acordo com o tratamento exigido para cada uma das obras de arte extraviadas ou danificadas, bem como realizar procedimento para a efetiva reposição ou ressarcimento.	
Providências Adotadas/ Resultados Obtidos	
Setor responsável pela implementação	
Diretoria de Recursos Logísticos	
Síntese da providência adotada/resultado obtido:	
Instaurada a processo 00088.001605/2016-71 para apurar os fatos conforme solicitado, a Comissão Sindicante apresentou relatório final, encontrando-se o feito para análise da área jurídica;	

Unidade Prestadora de Contas	
Órgão da recomendação	
Secretaria de Administração – Presidência da República	
Recomendações do OCI	
Relatório de Auditoria	Item
Auditoria Operacional 02/2016	11
Descrição da Deliberação:	
Promover a sensibilização e capacitação de servidores, trabalhadores e visitantes da Presidência da República, incluindo os moradores das residências oficiais, quanto ao devido trato, manuseio, guarda e controle de bens classificados como obras de arte.	
Providências Adotadas/ Resultados Obtidos	
Setor responsável pela implementação	
Diretoria de Recursos Logísticos	
Síntese da providência adotada/resultado obtido:	
<p>a) Publicação da Portaria nº 168 em 06/10/2016 para instituir Grupo de Trabalho (GT) (servidores PR, VPR e Ibram) para executar ações prevista no Acordo de Cooperação Técnica nº 001/2016; dentre elas, Promover a sensibilização e capacitação de servidores, trabalhadores e visitantes da Presidência da República, incluindo os moradores das residências oficiais, quanto ao devido trato, manuseio, guarda e controle de bens classificados como obras de arte.</p> <p>Ações/Etapas concluídas:</p> <p>b) Palestra de sensibilização e treinamento dos servidores quanto à conservação, manuseio e guarda de bens culturais ocorrida em 11/11/2016</p>	

Unidade Prestadora de Contas	
Órgão da recomendação	
Secretaria de Administração – Presidência da República	
Recomendações do OCI	
Relatório de Auditoria	Item
Auditoria Operacional 02/2016	12
Descrição da Deliberação:	
Promover o mapeamento de todo bem móvel encaminhado por outros órgãos, procedendo ao devido registro e emplaquetamento patrimonial, e consequentes ajustes/regularizações nos sistemas ASI – LinkData e SIAFI.	
Providências Adotadas/ Resultados Obtidos	
Setor responsável pela implementação	
Diretoria de Recursos Logísticos	
Síntese da providência adotada/resultado obtido:	
<p>a) Alteração na metodologia de realização do Inventário Anual: Criação de Comissão de Inventário para conferência física de todos os bens, e</p> <p>b) Publicação da Portaria nº 168 em 06/10/2016 para instituir Grupo de Trabalho (GT) (servidores PR, VPR e Ibram) para executar ações prevista no Acordo de Cooperação Técnica nº 001/2016; dentre elas, promover o mapeamento de todo bem móvel encaminhado por outros órgãos, procedendo ao devido registro e emplaquetamento patrimonial, e consequentes ajustes/regularizações nos sistemas ASI – LinkData e SIAFI.</p>	

Unidade Prestadora de Contas	
Órgão da recomendação	
Secretaria de Administração – Presidência da República	
Recomendações do OCI	
Relatório de Auditoria	Item
Auditoria Operacional 02/2016	14
Descrição da Deliberação:	
Elaborar Programa para a Gestão de Riscos ao Patrimônio, conforme metodologia elaborada pelo IBRAM, para as obras de arte constantes do acervo da Presidência da República.	
Providências Adotadas/ Resultados Obtidos	
Setor responsável pela implementação	
Diretoria de Recursos Logísticos	
Síntese da providência adotada/resultado obtido:	
O Grupo de Trabalho (GT), constituído pela Portaria nº 168 em 06/10/2016 e composto por servidores PR, VPR e Ibram, executa ações prevista no Acordo de Cooperação Técnica nº 001/2016; dentre elas, elaborar Programa para a Gestão de Riscos ao Patrimônio, conforme metodologia elaborada pelo IBRAM, para as obras de arte constantes do acervo da Presidência da República.	

Unidade Prestadora de Contas	
Órgão da recomendação	
Secretaria de Administração – Presidência da República	
Recomendações do OCI	
Relatório de Auditoria	Item
Auditoria Operacional 02/2016	15
Descrição da Deliberação:	
Promover estudos que permitam a identificação de boas práticas na gestão de bens móveis classificados como obras de arte, que subsidiem a tomada de decisões dos dirigentes da Secretaria de Administração.	
Providências Adotadas/ Resultados Obtidos	
Setor responsável pela implementação	
Diretoria de Recursos Logísticos	
Síntese da providência adotada/resultado obtido:	
O Grupo de Trabalho (GT), constituído pela Portaria nº 168 em 06/10/2016 e composto por servidores PR, VPR e Ibram, promove estudos que permitam a identificação de boas práticas na gestão de bens móveis classificados como obras de arte, que subsidiem a tomada de decisões dos dirigentes da Secretaria de Administração.	

Unidade Prestadora de Contas	
Órgão da recomendação	
Secretaria de Administração – Presidência da República	
Recomendações do OCI	
Relatório de Auditoria	Item
Auditoria Operacional 02/2016	16
Descrição da Deliberação:	
Definir prioridades para a salvaguarda e preservação do acervo em caso de emergência.	
Providências Adotadas/ Resultados Obtidos	
Setor responsável pela implementação	
Diretoria de Recursos Logísticos	
Síntese da providência adotada/resultado obtido:	
O Grupo de Trabalho (GT), constituído pela Portaria nº 168 em 06/10/2016, e composto por servidores PR, VPR e Ibram, vem definido prioridades para a salvaguarda e preservação do acervo em caso de emergência.	

Unidade Prestadora de Contas	
Órgão da recomendação	
Secretaria de Administração – Presidência da República	
Recomendações do OCI	
Relatório de Auditoria	Item
Auditoria Operacional 02/2016	17
Descrição da Deliberação:	
Promover a revisão, remodelagem e reestruturação dos mecanismos de controles internos administrativos relacionados à gestão de bens móveis.	
Providências Adotadas/ Resultados Obtidos	
Setor responsável pela implementação	
Diretoria de Recursos Logísticos	

Síntese da providência adotada/resultado obtido:

O Grupo de Trabalho (GT), constituído pela Portaria nº 168 em 06/10/2016 e composto por servidores PR, VPR e Ibram, busca promover a revisão, remodelagem e reestruturação dos mecanismos de controles internos administrativos relacionados à gestão de bens móveis.

Unidade Prestadora de Contas	
Órgão da recomendação	
Secretaria de Administração – Presidência da República	
Recomendações do OCI	
Relatório de Auditoria	Item
Auditoria Operacional 02/2016	18
Descrição da Deliberação:	
Apurar os fatos, promovendo a identificação dos responsáveis e a quantificação do dano ao Erário, de acordo com o tratamento exigido para um bem com tal classificação, bem como realizar procedimento para a efetiva reposição ou ressarcimento.	
Providências Adotadas/ Resultados Obtidos	
Setor responsável pela implementação	
Diretoria de Recursos Logísticos	
Síntese da providência adotada/resultado obtido:	
Recomendação atendida Processo nº 00088.000681/2016-69. Portaria nº 64, de 20/05/2016, publicada no BI nº 21 de 20/05/2016, para apurar a não localização de bens registrados na conta contábil de Obras de Arte. A Comissão Sindicante apresentou Relatório Final, que se encontra em análise pela área jurídica, para posterior julgamento.	

Unidade Prestadora de Contas	
Órgão da recomendação	
Secretaria de Administração – Presidência da República	
Recomendações do OCI	
Relatório de Auditoria	Item
Auditoria Operacional 02/2016	19
Descrição da Deliberação:	
Apurar os fatos, promovendo a identificação dos responsáveis e a quantificação do dano ao Erário, de acordo com o tratamento exigido para um bem com tal classificação, bem como realizar procedimento para a efetiva reposição ou ressarcimento.	
Providências Adotadas/ Resultados Obtidos	
Setor responsável pela implementação	
Diretoria de Recursos Logísticos	
Síntese da providência adotada/resultado obtido:	
Processo nº 00088.000681/2016-69. Portaria nº 64, de 20/05/2016, publicada no BI nº 21 de 20/05/2016, para apurar a não localização de obra de arte de propriedade de terceiros. A Comissão Sindicante apresentou Relatório Final, que se encontra em análise pela área jurídica, para posterior julgamento.	

Unidade Prestadora de Contas	
Órgão da recomendação	
Secretaria de Administração – Presidência da República	
Recomendações do OCI	
Relatório de Auditoria	Item
Auditoria Operacional 02/2016	21
Descrição da Deliberação:	

Realizar censo e registro, incluindo a catalogação fotográfica (de perspectivas diferentes do objeto), com descrição detalhada, acervo documental (processual) individualizada de cada uma das peças de terceiros que estão sob a responsabilidade da Presidência da República.
Providências Adotadas/ Resultados Obtidos
Setor responsável pela implementação
Diretoria de Recursos Logísticos
Síntese da providência adotada/resultado obtido:
Publicação da Portaria nº 168 em 06/10/2016 para instituir Grupo de Trabalho (GT) (servidores PR, VPR e Ibram) para executar ações previstas no Acordo de Cooperação Técnica nº 001/2016; dentre elas, realizar censo e registro, incluindo a catalogação fotográfica (de perspectivas diferentes do objeto), com descrição detalhada, acervo documental (processual) individualizada de cada uma das peças de terceiros que estão sob a responsabilidade da Presidência da República.

Unidade Prestadora de Contas	
Órgão da recomendação	
Secretaria de Administração – Presidência da República	
Recomendações do OCI	
Relatório de Auditoria	Item
Auditoria Operacional 02/2016	22
Descrição da Deliberação:	
Promover a instituição de normas, manuais, procedimentos que versem acerca do tratamento da alienação de bens móveis.	
Providências Adotadas/ Resultados Obtidos	
Setor responsável pela implementação	
Diretoria de Recursos Logísticos	
Síntese da providência adotada/resultado obtido:	
Recomendação atendida. Encontram-se em estudo e implementação as sugestões apresentadas no Relatório do Grupo de Trabalho (GT), constituído pela Portaria nº 174 de 20/10/2016 (processo nº 00088.002065/2016-42) com a finalidade de analisar e elaborar manual de rotinas e procedimentos de desfazimento de bens móveis. Desde produto, encontra-se em elaboração minuta da instrução normativa sobre desfazimento (processo nº 00140.000635/2017-69 (em análise pela SA).	

Unidade Prestadora de Contas	
Órgão da recomendação	
Secretaria de Administração – Presidência da República	
Recomendações do OCI	
Relatório de Auditoria	Item
Auditoria Operacional 02/2016	23
Descrição da Deliberação:	
Apurar os procedimentos adotados quanto à forma de desfazimento dos bens relacionados nos processos números 00088.003490/2014-97, 00088.000709/2015-87 e 00088.002213/2015-48, promovendo a identificação de eventuais fragilidades ou irregularidades quanto à atuação da Comissão Permanente de Cessão e Alienação de Bens Móveis.	
Providências Adotadas/ Resultados Obtidos	
Setor responsável pela implementação	
Diretoria de Recursos Logísticos	
Síntese da providência adotada/resultado obtido:	
Recomendação atendida Constituída Comissão de Sindicância pela Portaria nº 165 em 28/09/2016, foi apresentado Relatório Final, que se encontra em análise pela área jurídica, para posterior julgamento.	

Unidade Prestadora de Contas	
Órgão da recomendação	
Secretaria de Administração – Presidência da República	
Recomendações do OCI	
Relatório de Auditoria	Item
Auditoria Operacional 02/2016	26
Descrição da Deliberação:	
Realizar censo e registro, incluindo a catalogação fotográfica (de perspectivas diferentes do objeto), com descrição detalhada, acervo documental (processual) individualizada de cada uma das peças e os devidos registros nos Sistemas ASI- Data Link e SIAFI.	
Providências Adotadas/ Resultados Obtidos	
Setor responsável pela implementação	
Diretoria de Recursos Logísticos	
Síntese da providência adotada/resultado obtido:	
Grupo de Trabalho (GT), constituído pela Portaria nº 168 em 06/10/2016, segue com a execução das ações previstas no Acordo de Cooperação Técnica nº 001/2016; dentre elas, realizar censo e registro, incluindo a catalogação fotográfica (de perspectivas diferentes do objeto), com descrição detalhada, acervo documental (processual) individualizada de cada uma das peças e os devidos registros nos Sistemas ASI- Data Link e SIAFI.	

Unidade Prestadora de Contas	
Órgão da recomendação	
Secretaria de Administração – Presidência da República	
Recomendações do OCI	
Relatório de Auditoria	Item
Auditoria Operacional 02/2016	29
Descrição da Deliberação:	
<p>Instituir uma política de gestão de bens móveis, com o estabelecimento de atribuições aos diversos agentes envolvidos, incluindo as fases de: planejamento, requisições, aquisições, distribuições e armazenagem, bem como o estabelecimento de padrões dos bens, limites máximos de quantidade a ser adquirida.</p>	
Providências Adotadas/ Resultados Obtidos	
Setor responsável pela implementação	
Diretoria de Recursos Logísticos	
Síntese da providência adotada/resultado obtido:	
<p>Constituído Grupo de Trabalho pela Portaria nº 105, de 29/07/2016, para a construção de uma política de gestão de bens móveis, com o estabelecimento de atribuições aos diversos agentes envolvidos, incluindo as fases de: planejamento, requisições, aquisições, distribuições e armazenagem, bem como o estabelecimento de padrões dos bens, limites máximos de quantidade a ser adquirida, foi apresentado Relatório Final, apresentando uma minuta da política para discussão. Outras sugestões do GT já foram incorporadas da revisão da Norma de patrimônio (Norma VII-103/DEZ-2017), publicada em 29/12/2017.</p>	

Unidade Prestadora de Contas	
Órgão da recomendação	
Secretaria de Administração – Presidência da República	
Recomendações do OCI	
Relatório de Auditoria	Item
Auditoria Operacional 02/2016	30
Descrição da Deliberação:	
<p>Adotar providências imediatas para adequação dos espaços físicos e garantia mínima de conforto e segurança patrimonial e laboral.</p>	
Providências Adotadas/ Resultados Obtidos	
Setor responsável pela implementação	
Diretoria de Recursos Logísticos	
Síntese da providência adotada/resultado obtido:	
<p>Constituído Grupo de Trabalho, por meio da Portaria nº 104, de 29/07/2016, para estudos e adoção de providências imediatas para adequação dos espaços físicos e garantia mínima de conforto e segurança patrimonial e laboral.</p>	

Unidade Prestadora de Contas	
Órgão da recomendação	
Secretaria de Administração – Presidência da República	
Recomendações do OCI	
Relatório de Auditoria	Item
Auditoria Operacional 02/2016	32

Descrição da Deliberação:
Promover treinamento e capacitação de servidores/trabalhadores para o correto manuseio e guarda dos bens armazenados nos depósitos.
Providências Adotadas/ Resultados Obtidos
Setor responsável pela implementação
Diretoria de Recursos Logísticos
Síntese da providência adotada/resultado obtido:
Abertura de processo de capacitação nº 00088.001362/2016-71, com vistas à implementação das capacitações de servidores/trabalhadores para o correto manuseio e guarda dos bens armazenados nos depósitos.

Unidade Prestadora de Contas	
Órgão da recomendação	
Secretaria de Administração – Presidência da República	
Recomendações do OCI	
Relatório de Auditoria	Item
Auditoria Operacional 02/2016	33
Descrição da Deliberação:	
Desenvolver, em parceria com o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, políticas de acesso e segurança mais restritivas, tanto para pessoas físicas, quanto para veículos automotores, incluindo-se para os últimos, a previsão do procedimento de revista interna e de seus respectivos bagageiros;	
Providências Adotadas/ Resultados Obtidos	
Setor responsável pela implementação	
Diretoria de Recursos Logísticos	
Síntese da providência adotada/resultado obtido:	
<p>Recomendação atendida. Em 21jul2016 foi expedido ofício 180/2016-GAB.SA/SG/PR, registrando junto ao titular da secretaria de segurança presidencial - SPR, do Gabinete de Segurança Institucional – GSI/PR a necessidade de aperfeiçoamento das medidas e serviços relacionados à segurança patrimonial e das instalações presidenciais complementares entre si. Assim, foram realizadas as seguintes ações que se encontram concluídas ou em andamento:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Revisão de normas de acesso ao palácio do planalto e anexos; 2. Reuniões de articulações com autoridades e demais dirigentes da SA e GSI, apresentando os seguintes resultados: <ol style="list-style-type: none"> 2.1. Previsão de fase específica no âmbito do sistema integrado de supervisão - SIS, coordenado pelo GSI; 2.2. Antecipação da instalação do circuito fechado de TV - CFTV (preliminar); 2.3. Instituído novo sistema de acesso às dependências do palácio do planalto e anexos; 2.4. Implantação de novos procedimentos a serem adotados pelos agentes de segurança e pelas recepcionistas, a partir da revisão das normas de acesso 3. Instituída a comissão especial do sistema de proteção das instalações presidenciais (PROPR) e o seu grupo de trabalho de apoio por intermédio da portaria interministerial GSI/CC/SG/SEGOV nº 3, de 22 de março de 2017, com a competência de estabelecer o escopo do sistema eletrônico de segurança, definindo os seus subsistemas e sua abrangência física, além de confeccionar o termo de referência para a contratação de empresa especializada na elaboração dos projetos básico e executivo do sistema a ser implantado nas instalações da presidência da república. 4. Instaurado pelo GSI-PR processo nº 00185.014141/2017-45 para a contratação de empresa para a prestação de serviço técnico especializado para a elaboração de anteprojeto, projeto 	

básico e projeto executivo, destinados à implantação do projeto de segurança das instalações presidenciais (PROPR).

Unidade Prestadora de Contas	
Órgão da recomendação	
Secretaria de Administração – Presidência da República	
Recomendações do OCI	
Relatório de Auditoria	Item
Auditoria Operacional 02/2016	34
Descrição da Deliberação:	
Elaborar o plano de segurança patrimonial, incluindo-se, o mapa de riscos.	
Providências Adotadas/ Resultados Obtidos	
Setor responsável pela implementação	
Diretoria de Recursos Logísticos	
Síntese da providência adotada/resultado obtido:	
<p>O Grupo de Trabalho, constituído pela Portaria nº 106, de 29/07/2016, para realização de estudos com o objetivo de elaborar o plano de segurança patrimonial, incluindo-se o mapa de riscos, apresentou Relatório Final com propostas (Processo 00140.000303/2016-01)</p> <p>O Processo 00140.000612/2017-54 que trata dos estudos realizados pelo Grupo de Trabalho da Política de Segurança Patrimonial e Mapa de Riscos da Presidência da República já se encontra em análise na Coordenação de Material e Patrimônio.</p>	

Unidade Prestadora de Contas	
Órgão da recomendação	
Secretaria de Administração – Presidência da República	
Recomendações do OCI	
Relatório de Auditoria	Item
Auditoria Operacional 02/2016	35
Descrição da Deliberação:	
Promover o treinamento e a capacitação de servidores/trabalhadores para o correto manuseio e guarda dos bens armazenados nos depósitos.	
Providências Adotadas/ Resultados Obtidos	
Setor responsável pela implementação	
Diretoria de Recursos Logísticos	
Síntese da providência adotada/resultado obtido:	
<p>Abertura de processo de capacitação nº 00088.001362/2016-71, com vistas à implementação das capacitações de servidores/trabalhadores para o correto manuseio e guarda dos bens armazenados nos depósitos.</p> <p>Recomendação atendida</p> <p>Curso realizado pela ESAF em Julho/2017.</p>	

Unidade Prestadora de Contas	
Órgão da recomendação	
Secretaria de Administração – Presidência da República	
Recomendações do OCI	
Relatório de Auditoria	Item
Auditoria Operacional 02/2016	40, 41 e 42
Descrição da Deliberação:	
<p>- Instituir procedimentos internos que permitam o adequado e tempestivo registro contábil dos fatos concernentes à gestão de bens;</p> <p>- Promover os ajustes necessários nos sistemas eletrônicos utilizados pela Unidade para gerenciar os bens móveis de forma a vincular às respectivas contas contábeis</p> <p>- Promover a imediata regularização dos saldos contábeis no âmbito do SIAFI, de forma a refletir todas as situações identificadas na gestão de bens móveis.</p>	
Providências Adotadas/ Resultados Obtidos	
Setor responsável pela implementação	
Diretoria de Recursos Logísticos	
Síntese da providência adotada/resultado obtido:	
<p>a) Publicação da Portaria SA/PR nº 107 em 29/07/2016 para instituir Grupo de Trabalho (GT) a fim promover estudos que permitam a identificação de boas práticas, para analisar e elaborar propostas que contemplem a revisão de métodos, rotinas e procedimentos adotados também para o registro contábil de bens extraviados e/ou não localizados ou em processo de saneamento.</p> <p>b) Realização de Benchmarking em diversos órgãos da Esplanada:</p> <p>c) Análise das práticas adotadas à luz das normas e legislações vigentes;</p> <p>d) Averiguação da aplicabilidade das práticas pesquisadas em outros órgãos à realidade da Presidência da República.</p>	

Unidade Prestadora de Contas	
Órgão da recomendação	
Secretaria de Administração – Presidência da República	
Recomendações do OCI	
Relatório de Auditoria	Item
Auditoria Operacional 02/2016	45
Descrição da Deliberação:	
Alterar a Norma Administrativa nº 18/98, com vistas a ajustar os procedimentos de envio do Relatório de Movimentação de Bens para o servidor responsável pela Conformidade de Registro de Gestão.	
Providências Adotadas/ Resultados Obtidos	
Setor responsável pela implementação	
Diretoria de Recursos Logísticos	
Síntese da providência adotada/resultado obtido:	
Em dezembro de 2017, foi publicada na Norma VII-103, DEZ/2017 – Gestão Patrimonial de Bens Móveis, com os ajustes recomendados.	

Unidade Prestadora de Contas	
Órgão da recomendação	
Secretaria de Administração – Presidência da República	
Recomendações do OCI	
Relatório de Auditoria	Item
Auditoria Operacional 02/2016	24 e 25
Descrição da Deliberação:	
<p>- Implementar procedimentos de controle de utilização das plaquetas de identificação patrimonial, de forma a não permitir o uso de numeração fora de ordem sequencial.</p> <p>- Ajustar o sistema de registro patrimonial para que o controle e crítica da utilização sequencial sejam feitos automaticamente por este.</p>	
Providências Adotadas/ Resultados Obtidos	
Setor responsável pela implementação	
Diretoria de Recursos Logísticos	
Síntese da providência adotada/resultado obtido:	
<p>Ações realizadas:</p> <p>a) Adesão ao Sistema Integrado de Administração de Serviços – SIADS para aprimorar o controle e eliminar a duplicidade de registro.</p> <p>b) Orientação aos servidores dos setores envolvidos (Operacional e Registro de Dados) quanto a necessidade de obedecer rigorosamente a sequência numérica crescente de identificação e registro patrimonial no sistema atual (ASI), até a implantação definitiva do Siads. Atualmente, a equipe que realiza o registro das plaquetas é composta apenas por três servidores, os quais também foram orientados.</p> <p>Ações em andamento:</p> <p>a) Migração do Sistema de Controle Patrimonial: Encontra-se em fase de implantação, no bojo do Processo nº 00094.000412/2016-13, o recentemente contratado Sistema de Controle Patrimonial – Siads. Conforme informações do Serpro – Serviço Federal de Processamento de Dados, vinculado à Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da fazenda, o Siads, após implementado, não permitirá a utilização das plaquetas de identificação patrimonial fora da ordem sequencial, o que, conseqüentemente, levará ao saneamento do achado em epígrafe.</p> <p>b) Treinamento dos Servidores da Divisão de Patrimônio e dos Agenstes Patrimoniais das Unidades da Presidência</p>	

Unidade Prestadora de Contas	
Órgão da recomendação	
Secretaria de Administração – Presidência da República	
Recomendações do OCI	
Relatório de Auditoria	Item
Auditoria Operacional 02/2016	28
Descrição da Deliberação:	
Realizar planejamento da utilização dos espaços nos depósitos com vistas a coibir a permanência de bens novos sem utilização por longo período; e	
Providências Adotadas/ Resultados Obtidos	
Setor responsável pela implementação	
Diretoria de Recursos Logísticos	
Síntese da providência adotada/resultado obtido:	
<p>Ações realizadas:</p> <p>a) Diagnóstico da utilização dos espaços nos depósitos;</p>	

- b) Levantamento das demandas por bens permanentes dos órgãos internos da PR;
 c) Realocação dos bens a partir das demandas.

Ações em andamento:

- a) Levantamento, estudo e deliberação quanto às solicitações de bens de outros órgãos;
 b) Instrução dos respectivos processos de cessão e desfazimento;
 c) Articulação com a política de gestão de bens móveis e demais desdobramentos.
 d) Saneamento de bens inservíveis armazenados no Depósito Central da PR. Atualmente o Depósito central encontra-se com menos de 8 mil bens armazenados, em Janeiro de 2017 este volume ultrapassava os 20 mil itens.

Unidade Prestadora de Contas	
Órgão da recomendação	
Secretaria de Administração – Presidência da República	
Recomendações do OCI	
Relatório de Auditoria	Item
Auditoria Operacional 02/2016	36, 37, 38 e 39
Descrição da Deliberação:	
<p>- Implementar procedimentos de depreciação dos bens móveis que foram adquiridos antes do exercício de 2010 conforme definido no Manual do SIAFI, editado em 1/10/2010, Macrofunção 020300, item 16 que definiu os prazos máximos para a regularização da depreciação;</p> <p>- Prover os ajustes a valor presente dos bens móveis constantes da Secretaria de Administração, conforme disposto no Manual do SIAFI, editado em 1/10/2010, Macrofunção 020300, item 16, inclusive a redução ao valor recuperável;</p> <p>- Realizar a reavaliação ou o "<i>impairment</i>", no âmbito da Secretaria de Administração com vista a sanar as irregularidades relacionadas ao valor dos bens do ativo imobilizado, e trazer fidedignidade ao valor dos bens que compõem o acervo da Presidência da República com base os atuais normativos que tratam deste assunto, em consonância com os passos constantes do Manual SIAFI;</p> <p>- Promover o registro do ajuste por reavaliação ou "<i>impairment</i>" no ASI, ou no sistema que vier a substituí-lo e no SIAFI de forma a regularizar os valores dos bens registrados nas constas de ativos bens móveis.</p>	
Providências Adotadas/ Resultados Obtidos	
Setor responsável pela implementação	
Diretoria de Recursos Logísticos	
Síntese da providência adotada/resultado obtido:	
<p>Ações realizadas:</p> <p>a) Realização de Benchmarking em diversos órgãos da Esplanada;</p> <p>b) Análise das práticas adotadas à luz das normas e legislações vigentes;</p> <p>c) Averiguação da aplicabilidade das práticas pesquisadas em outros órgãos à realidade da Presidência da República.</p> <p>d) Produção de relatório com o resultado dos estudos realizados de boas práticas na gestão de bens móveis.</p> <p>e) Instrução de processo para treinamento e capacitação dos servidores da Coordenação de Patrimônio e Suprimentos, Diretoria de Planejamento, orçamento e Finanças quanto aos normativos e procedimentos para realização da depreciação, ajustes a valor presente, realização do teste de <i>impairment</i> (Processo de Capacitação: 00088.001362/2016-71).</p>	
Ação em andamento:	

a) Valoração/reavaliação dos bens das demais contas patrimoniais pela Comissão Permanente de Valoração de Bens Móveis da Presidência da República - CPVBM/PR (aproximadamente 70 mil bens).

Unidade Prestadora de Contas	
Órgão da recomendação	
Secretaria de Administração – Presidência da República	
Recomendações do OCI	
Relatório de Auditoria	Item
Auditoria Operacional 02/2016	43
Descrição da Deliberação:	
Promover a adequação da metodologia de trabalho de forma a realizar o registro da Conformidade dos Registros de Gestão em até 3 (três) dias úteis a contar da data do registro da operação no SIAFI, em todos os estágios da despesa.	
Providências Adotadas/ Resultados Obtidos	
Setor responsável pela implementação	
Diretoria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade	
Síntese da providência adotada/resultado obtido:	
<p>Atualmente as atividades desenvolvidas pela área de Conformidade envolvem: análise de todos os processos de liquidação e pagamento, quanto a pertinência do valor cobrado em relação ao contratado, tributos, eventuais aplicações de multas por descumprimento e atraso, entre outros. Análise dos processos de contratação previamente à emissão da nota de empenho em casos de aplicação de reajuste, repactuação e reequilíbrio, bem como o pagamento referente a valores retroativos decorrentes desses ajustes. Análise de todos os processos de concessão de suprimento de fundos, de saque da conta vinculada, prestação de contas de TEDs, entre outros. Com o intuito de incorporar a análise da emissão dos empenhos no momento da emissão, e não no ato da liquidação, determinada pela Ciset, a Dirof elaborou um plano de ação com:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Realização de mapeamento dos processos que perpassam a Cofin; 2) Realização da reavaliação de riscos dos processos desenvolvidos por esta Cofin. 3) Reavaliar a distribuição das atividades dentro da Cofin, para atender à recomendação da Ciset, considerando a avaliação do risco. 	

7.3 MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIO

No exercício de 2017, não houve danos ao erário que ocasionassem a instauração de Tomadas de Contas Especial, no âmbito da Secretaria-Geral, nos termos dos arts. 5º e 6º da IN TCU 71/2012.

Outrossim, a apuração de fatos e de responsabilidades que porventura venha gerar processo de ressarcimento ao erário encontram-se descritas no item **3.2 ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS** deste Relatório de Gestão.

Acrescenta-se, também, que no exercício de 2017, não houve adoção de medidas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário no âmbito desta UPC.

7.4 DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES COM O DISPOSTO NO ART. 5º DA LEI 8.666/1993

Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o art. 5º da Lei 8.666/1993”

No exercício de 2017 a Secretaria-Geral da Presidência da República por intermédio da Secretaria de Administração aprimorou os controles para garantir a ordem cronológica de pagamento.

Após a implantação do sistema SEI, para tramitação eletrônica dos documentos, foram feitas alterações na instrução processual dos processos de pagamento:

- classificação em concordância com as especificações na Instrução Normativa nº 2, de 6 de dezembro de 2016, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão: Prestação de Serviços, Fornecimento de Bens, Locação, Realização de Obras e Pagamentos até R\$ 8.000,00;
- padronização do documento de ateste; e
- adoção da data de assinatura do documento de ateste como marco inicial da exigibilidade.

Essas alterações permitiram a automatização da extração de dados, a partir do SEI-PR, de todos os processos de pagamento que ocorrem no âmbito das unidades gestoras executadas pela Secretaria de Administração, não pela data de encaminhamento para o setor de pagamento, mas pela data de ateste da despesa, em conformidade com a legislação.

Segue abaixo um excerto da listagem gerada pela solução implementada pela Secretaria de Administração para o cumprimento do cronograma de pagamento:

Nº	Data de assinatura	Processo	Tipo procedimento	Assinatura TRD	Unidade geração	Interessado	Ardamento SEI	Pagamento	UG	GERCONT	Observação
1	27/12/2017 10:10:20	00059.000995/2017-02	Financeiro - Pagamento de Prestação de Serviços	Victor Oliveira Nascimento	COEMA	ENTHERM ENGENHARIA DE SISTEMAS TERMOMECÂNICOS LTDA. / Coordenação de Engenharia e Manutenção / Sistema de Gerenciamento de Contratos	DICONCOFIN 22/01/2018	03/01/2018		NÃO	
2	28/12/2017 14:26:51	00059.000997/2017-03	Financeiro - Pagamento de Prestação de Serviços	Daniel Adriane de Paula	COEMA	Sistema de Gerenciamento de Contratos / RCS TECNOLOGIA LTDA	DICONCOFIN 03/01/2018	03/01/2018		NÃO	
3	28/12/2017 16:12:58	00059.000998/2017-38	Financeiro - Pagamento de Prestação de Serviços	Victor Oliveira Nascimento	COEMA	ENTHERM ENGENHARIA DE SISTEMAS TERMOMECÂNICOS LTDA. / Coordenação de Engenharia e Manutenção / Sistema de Gerenciamento de Contratos	DICONCOFIN 03/01/2018	03/01/2018		NÃO	
4	02/01/2018 14:04:37	00059.000002/2018-01	Financeiro - Pagamento de Prestação de Serviços	Antonio Joaquim do Nascimento Filho	COEMA	Sistema de Gerenciamento de Contratos / CEB DISTRIBUIÇÃO S/A	DICONCOFIN 03/01/2018	03/01/2018	PRISA	SIM	
5	02/01/2018 17:11:14	00057.000993/2017-84	Financeiro - Pagamento de Fornecimento de Bens	Gerardo Dutra Roque	COTRAN	Sistema de Gerenciamento de Contratos / GULLIA SANEAMENTO COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO	DICONCOFIN 03/01/2018	03/01/2018	PRISA	SIM	
6	02/01/2018 18:06:57	00038.000318/2017-41	Financeiro - Pagamento de Prestação de Serviços	Luciano Siqueira Barbosa	DILOO	UNA MARKETNG DE EVENTOS LTDA / Sistema de Gerenciamento de Contratos	ASSESP/SPM/SEGOV/PR 15/02/2018	05/01/2018		NÃO	processo aguardando inscrição de gastos a pagar
7	02/01/2018 18:20:45	00019.001066/2017-51	Financeiro - Pagamento de Prestação de Serviços	Luciano Siqueira Barbosa	DILOO	SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE / UNA MARKETNG DE EVENTOS LTDA / Sistema de Gerenciamento de Contratos	DICONCOFIN 18/01/2018	12/01/2018		NÃO	processo aguardando liberação do orçamento 2018
8	03/01/2018 08:10:59	00087.000727/2017-31	Financeiro - Pagamento de Fornecimento de Bens	Gerardo Dutra Roque	COTRAN	Sistema de Gerenciamento de Contratos / ENOBSMAQ COMPONENTES PARA TRATORES LTDA	DICONCOFIN 11/01/2018	11/01/2018		NÃO	processo aguardando resposta Nota de STN para inclusão de itens em processo liquidado em 2017

A listagem, em formato pdf, está disponível na página da Secretaria-Geral da Presidência da República, <http://www.secretariageral.gov.br/aceso-a-informacao/despesas>, conforme determinação contida na Instrução Normativa nº 2, de 6 de dezembro de 2016, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

7.5 INFORMAÇÕES SOBRE A REVISÃO DOS CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO

Em 2015, a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI informou aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional integrantes do Sistema de Serviços Gerais - SISG, que foi conhecido o pedido de reexame com efeito suspensivo em relação aos itens 9.2 e 9.3 do Acórdão nº 2.859/2013 – Plenário, nos termos do Despacho do Relator, Ministro Raimundo Carreiro (Processo TC 013.515/2013-6), o que impede que os órgãos atendam ao item 9.5 deste relatório, até decisão final do TCU.

No decorrer do exercício de 2017, não foram divulgadas, pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – MP, informação sobre decisão final de mérito do TCU acerca do efeito suspensivo supracitado. Portanto, não foram realizadas revisões referentes à desoneração da folha de pagamento nos contratos da Unidade Gestora - Secretaria de Administração.

A Coordenação-Geral de Licitação e Contrato tem realizado consultas frequentes ao Portal do TCU, no intuito de verificar o andamento e decisão definitiva do Processo de nº 013.515/2013-6, que trata da revisão de preços nos contratos firmados com empresas beneficiadas pelo Plano Brasil Maior, em face da desoneração da folha de pagamento para alguns setores da economia, encontrado-se no aguardo da manifestação definitiva daquele Tribunal de Contas da União

7.6 INFORMAÇÕES SOBRE AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA

Não se aplica, por não existir, na programação dessa UPC, ações de publicidade e propaganda no exercício de 2017.

ANEXOS E APÊNDICES

OUTROS ITENS DE INFORMAÇÃO

ROL DE RESPONSÁVEIS

A ser informado diretamente no sistema E-CONTAS TCU.